

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A HISTÓRIA DOS KAINGANG NA LUTA PELA TERRA
NO RIO GRANDE DO SUL:**
Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002).

Danilo Braga

Terra Indígena Serrinha, março de 2015.

**A HISTÓRIA DOS KAINGANG NA LUTA PELA TERRA NO
RIO GRANDE DO SUL:
Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002).**

SUMÁRIO.....	02
AGRADECIMENTOS.....	03
1 –INTRODUÇÃO.....	11
1.1 - OS KAINGANG NO SÉCULO XIX: O Surgimento dos Aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio.....	29
1.1.1– Breve Panorama da Pré-História Kaingang no RS.....	29
1.2 – Os Séculos XVI, XVII e XVIII e os Primeiros Contatos com os Kaingang do Rio Grande do Sul.....	33
1.3 – A Fundação dos Aldeamentos para os Kaingang no Século XIX.....	35
1.3.1 – O Mito de Origem dos Kaingang.....	35
2 – CAPITULO I: AS AÇÕES DO SPI NAS TERRAS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL: Tutela, Projetos e Repressão aos Kaingang.....	45
2.1 – A Criação do SPI nos Anos Iniciais da República.....	45
2.2 – O Início dos Trabalhos do SPI no Rio Grande do Sul.....	47
2.3 – A Terra Indígena Ligeiro: as ações e projetos do SPI	52
3 - CAPITULO II: A GRANDE REAÇÃO KAINGANG: A Luta Kaingang Pela Terra e Pela Sobrevivência Física e Cultural.....	69
3.1 – Indígenas Kaingang, Iniciando a Luta pela Vida.....	69
3.2 – Os Kaingang, Aprendendo a Escrever a Própria Língua.....	74
3.3 – Perto do Fim: Os Kaingang Sobrevivem as Ações do SPI.....	77
4 – CAPITULO III: RECONQUISTANDO TERRITÓRIOS PERDIDOS: A Marcha Kaingang, o início da Busca das Terras Perdidas.....	81
4.1 – A Reconquista das Terras Perdidas.....	81
4.2 – Os Kaingang Reconquistam as Terras Totalmente Expropriadas.....	85
4.3 – A Reconquista de Monte Caseros: Os Kaingang voltam para casa.....	91
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
FONTES DE PESQUISA.....	107
BIBLIOGRAFIA.....	107
ANEXOS.....	111
ENTREVISTA.....	116

MEMORIAL/AUTOR E AGRADECIMENTOS

A caminhada para chegar a este momento, para mim um sonho, não foi nada fácil, mas aqui estamos para mais um desafio, o de continuar. Em primeiro lugar, o início de tudo aconteceu na aldeia. Vivíamos ali a vida com alegria, subindo em árvores para coletar as frutas ou para esperar a aproximação do pássaro descuidado, caçávamos e procurávamos o rio para nadar ou pescar, mas chegaste o tempo da escola e o tempo agora precisava ser dividido entre o convívio do dia a dia e a escola.

Era hora de começar a estudar e iniciei o pré em 1981 com o professor Darci. Passei para a primeira série fraca, sim era assim que chamavam esta série e as aulas eram com meu pai em 1982, daí veio a inspiração para ser professor. As aulas eram de Kaingang e português e depois é que passava para a primeira série forte e foi o que aconteceu passei e em 1983 iniciei estudos na turma da primeira série forte, daí em diante os professores foram todos fóg (brancos).

A professora Rita, a Lorinete (In memórian) e o polaco, Boleslau Harenza. Nesta época éramos chamados algumas vezes durante o ano para trabalhar nas lavouras, capinar na soja, no milho, e para ajudar na colheita, no caso a do milho. Diziam que isso era para ajudar a escola. A escola era mantida pela FUNAI e as conversas que ouvíamos é que a FUNAI comprava todo material usado pelos alunos, material de limpeza e pagava a merendeira e para tudo isto acontecer era preciso trabalhar mesmo que fosse por alguns dias.

A nossa turma da terceira série era grande, tinha mais de 20 alunos, mas quem passou de ano, foi aprovado para freqüentar a quarta série no ano de 1986, sozinho, isso mesmo, somente eu fui aprovado. Dificilmente faltava aula, então, tudo andou bem. Tinha as novidades e quem trazia era a turma que já freqüentava a quinta série.

A primeira novidade é que tinha que estudar na cidade, em Charrua, que naquela época era apenas distrito, uma grande capela. A segunda novidade é que iria de ônibus, era uma alegria a mais pensar que eu iria para escola de ônibus, todos os dias. A terceira novidade e com a qual eu imaginava fazer um monte de coisas, era que a FUNAI pagava ou concedia Bolsa de Estudo. E quando comecei a freqüentar a quinta série em Charrua veio, infelizmente, para mim a notícia que não imaginava e não esperava. A FUNAI havia cortado as bolsas, só continuaria a pagar as mensalidades do ônibus.

A partir daí, tudo já era difícil, ficou mais difícil ainda, pois minha avó que me criou só recebia a aposentadoria da bisavó e muito pouco sobrava para me ajudar. Era preciso mandar fazer e pagar o uniforme, nós pagamos. Foi preciso comprar um calçado melhor, nós compramos. O inverno era forte, precisava de uma roupa para se aquecer, não tinha, mesmo assim enfrentamos o frio.

O pior ainda estava por vir, comecei a freqüentar as aulas em março e numa consulta médica de rotina recebi a notícia de que tinha problemas no coração, era preciso uma intervenção cirúrgica urgente. Viajei para Passo Fundo para realizar mais uma consulta com médico especialista e exames mais precisos. A cirurgia foi um sucesso, a recuperação melhor ainda e voltei para casa em 16 de abril de 1990.

Meu pai queria que depois da cirurgia, eu morasse com ele em sua casa, mas sempre morei com a minha avó, Otilia Rodrigues de Campos, éramos somente nós dois, não podia deixar ela sozinha, decidi e voltei para casa dela. Depois conversei com meu pai sobre as aulas, ou eu voltava naquele ano ainda e corria o risco de reprovar ou desistia e voltava no próximo ano.

Minha decisão foi de voltar, e voltei em maio. Depois de uma semana de aulas os professores começaram uma greve. Que azar! Os professores voltaram às aulas em agosto, e uma semana depois eles me chamaram. Precisava fazer trabalhos e algumas avaliações, pois tinha faltado muito e além do mais era preciso acompanhar os outros. As provas que eles realizassem, eu também tinha que fazer. Passei horas estudando para dar conta do que tinha entender. Lembro-me de uma manhã quando dormi na sala, minha avó me acordou, ela disse: “Filho ta na hora de ir para a escola”. Já eram 6 horas da manhã. As horas estudando, felizmente foram recompensadas, pois no final do ano fui aprovado, sem recuperação.

O início do curso de ensino médio foi uma novela, outro colega completou o ensino fundamental comigo, o Rogério. As aulas estavam para iniciar e Rogério me procurou, estava preocupado. E aí o que vai ser agora, perguntou ele. Respondi quando iniciar as aulas você vai lá, anota tudo o que é para comprar e aí quando você chegar, depois do almoço nós iremos, até o escritório entregar a lista para o funcionário da FUNAI, vamos ver o que eles dizem para nós. Se a FUNAI vai ajudar ou não, sem a ajuda não temos como continuar, vai ser difícil. Em uma segunda oportunidade participei de uma aula e pedi para professores e a direção o que precisava, principalmente, o que comprar e iniciar o curso de ensino médio de uma vez.

Claro que já sabia o que precisava, pois o colega Rogério já havia nos repassado o que precisava. A idéia era pressionar a FUNAI, porque no papel tínhamos escrito a lista do material e livros que deveríamos comprar. Um papel ou documento com nome da escola e da direção faria com que o funcionário da FUNAI acreditasse em nós, porque o agente oficial estava só nos enrolando, dizia que iria conseguir tudo, mas o tempo estava passando e nada.

O que de fato estava acontecendo é que a chefia do posto estava mudando e ninguém sabia ainda quem iria ser o chefe. Portanto, quem estava nos atendendo era um técnico agrícola que estava cuidando do escritório da FUNAI, junto com ele estava o professor Darci que era quem mais estava nos enrolando. Os funcionários, na verdade, não poderiam sem o chefe de posto ter dado encaminhamento a nada.

O mês de maio chegou e a FUNAI, também, já havia nomeado o chefe de posto para trabalhar no Ligeiro. O nome apresentado foi do senhor Sadi Biavatti (In memorian). Assim que o chefe chegou na aldeia, procurei-o e apresentei o que estava precisando para começar a estudar aquele ano, pois já estávamos em maio e eu ainda não estava indo nas aulas. Sadi chamou o seu técnico e lhe deu ordem para que imediatamente, encaminhasse o que nós estávamos precisando para estudar.

Em primeiro lugar era preciso fazer as matrículas, então, Paulo Sendescki, o técnico iria fazer isso naquele dia e pediu para mim, avisar o Rogério. Meu colega havia casado e me disse que não iria mais estudar. No outro dia fui com o técnico para Tapejara para comprar os livros e encomendar os que faltavam, também fomos a uma loja para comprar o uniforme para a prática de educação física. Comecei a ir para aula já em maio, era o único indígena naquela escola depois de muitos anos.

A ajuda da FUNAI foi somente aquilo, nada mais. Para se manter e concluir o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Senhor dos Caminhos, dizem que este nome é a tradução de Tapejara. O certo é que me mantive e concluí esta etapa de escolaridade graças a grande ajuda de minha avó materna. A avó Rosinha Malaquias trabalhava e ainda trabalha com o artesanato. E foi assim vendendo artesanato que ela me manteve no curso de ensino médio. Dizia ela: “Olha filho você não presta mais para o trabalho na roça, você passou por uma cirurgia e agora só tem que estudar. A vovó vai fazer e vender balaio, negociar, e aí você pode vir aqui durante os finais de semana que a avó vai arrumar um dinheirinho”. E foi assim com a ajuda de minha avó que concluí o ensino médio.

Mais uma etapa fora vencida, agora estava pela frente o ensino superior, não imaginamos nenhuma dificuldade, estávamos no final do ano de 1993. O início de 1994 estava passando, janeiro, fevereiro e nada de novidade. Não sabia se continuaria com os estudos, como a maioria dos jovens, então parti para trabalhar na colheita das maçãs. Fiquei em Vacaria entre os meses de março e abril. Quando voltei esperava por alguma notícia, pois a FUNAI tinha convênio com a Universidade. Mas o tempo passou e nada. Voltei para as maçãs em setembro.

A experiência de trabalhar na colheita das maçãs não é muito boa não, lá tu acabas se envolvendo ou se deixa envolver com a bebida alcoólica, as drogas, em brigas, mas esse é o destino de muitos jovens indígenas: trabalhar na colheita das maçãs. Nos bailes, nas partidas de futebol que se organizava a bebida estava sempre presente. Bebi algumas vezes e procurava me controlar, porém sempre acabava sobrando para mim, pois acabava levando alguns colegas que exageravam na bebida para o alojamento. Quanto às drogas me negava a experimentar, pois nunca não tive coragem.

Voltei para a aldeia no final de outubro e foi quando recebi a notícia de que poderíamos fazer o vestibular em Ijuí, seria em janeiro. Precisava sentar e estudar, revisar as matérias do ensino médio e novamente comecei a estudar sem parar. A professora Andila Inácio havia corrido atrás das inscrições, na época ela tinha assumido como chefe de posto o Ligeiro. Em janeiro fomos fazer o vestibular, dois dias de provas, eu mais duas filhas de Andila, Suzana e Lúcia Fernanda. Eu havia decidido fazer o vestibular para Educação Física e Suzana e Fernanda em Direito.

A opção por História veio depois de um semestre. Eu vinha para casa uma vez por mês e em uma destas vindas machuquei o joelho em uma partida de futebol e quando chegamos a Ijuí a procura para palestras era grande. Ao me preparar para as palestras é que fui me envolvendo com a História dos Kaingang no Rio Grande do Sul. Depois de me machucar, então, decidi mudar de curso e fiz minha transferência de Educação Física para História Licenciatura Plena.

As preocupações novamente vieram, por que o tempo foi passando e nada de ajuda da FUNAI, tínhamos a promessa e nada. A promessa era de que a FUNAI repassaria todo mês uma bolsa de estudos para nós cobrir as despesas com aluguel ou pensão para ficar, com transporte, com alimentação, com compra de livros e os meses passaram e nada. Fomos convidados para uma reunião no final do semestre, foi quando ficamos sabendo que a FUNAI havia cortado recursos, porque os primeiros alunos não

foram bem, não levaram a sério e, então, naquele momento a FUNAI só estaria pagando 50% das mensalidades e os outros 50% nós teríamos que pagar.

Depois da reunião acabamos entrando em contato com o COMIN e pedimos que alguém nos ajudasse. Chegou a Ijuí o Lúcio e assim com ele e outros colegas do COMIN iniciamos negociações com a INIJUI. Negociações feitas, Lúcio deu a idéia de fundar uma associação de universitários, foi o que fizemos e junto a UNIJUI, COMIN e Estudantes elaboramos um projeto de bolsa de estudos e enviamos para Alemanha.

Antes da aprovação do projeto recebemos em julho de 1996 uma comitiva da Alemanha, além de fazer uma visita à instituição, a comitiva queria conhecer os indígenas e por acaso, eu já estava em Ijuí, porque queria adiantar algumas matérias e ainda trabalhava como estagiário no Museu Augusto Pestana, logo não tive férias. O funcionário que deu o aviso foi o Bressan, corri para avisar os outros colegas indígenas que estudavam no período de férias. Todos confirmaram presença, e terminado o expediente foi para a Reitoria, para reunião e lá fui avisado pelo Uli que o encontro seria no CTG. Os visitantes seriam recepcionados com uma janta, um churrasco.

Esperamos os demais alunos e nada. Acabei indo para o encontro sozinho. A surpresa foi que tive de palestrar para os alemães, bom, ocorreu tudo bem tinha um tradutor do lado. O final do ano chegou, e vim para casa passar as férias e em janeiro antes de virem para as aulas de férias a Maria e o Bruno me procuraram, queriam notícias da bolsa. Até eu vir para casa não tinha recebido notícia nenhuma, disse a eles e não sei se em março volto a estudar.

Antes disso para mim o segundo semestre de 1996 foi muito difícil, claro estava trabalhando e até outubro consegui me manter, mas foi em agosto que recebi a notícia mais triste de minha vida. A morte de minha avó, a pessoa mais importante de minha vida. Não foi fácil enfrentar esta situação, foram noites e noites em claro pensando em o que seria de mim sem minha mãe. Para enfrentar a insônia segui o conselho de algumas colegas: “Bom Danilo, se você não consegue dormir, estuda, procure ler, mas não fique sem fazer nada”. O conselho foi bom, porque neste semestre minhas notas não baixaram de 9,0.

Depois de conversarem comigo, Bruno e Maria foram para as aulas de férias, janeiro e fevereiro de 1997 e quando chegaram na cidade de Ijuí receberam a notícia de que a bolsa havia sido aprovada e já estava a disposição, já poderiam receber era só cumprir com algumas exigências legais. Sabendo da novidade, imediatamente, a Maria me ligou e disse: Danilo pode vir para aula em março, a bolsa foi aprovada e esta a

disposição, a Maria fez isso, porque eu havia dito a eles que iria desistir, não tinha mais condições de se manter em Ijuí, pois meu trabalho que era de pesquisa havia terminado. Após receber a notícia, em março corri para prefeitura e consegui fazer com que me levassem para voltar a estudar e desta vez tinha como me manter e concluir o curso que iniciei.

Conclui o curso de História Licenciatura Plena em dezembro de 1998, voltei para a aldeia, onde comecei a trabalhar em maio de 1999, como professor de Kaingang para 1ª e 2ª séries, era o que tinha, pois a escola era de ensino fundamental incompleto, até a 4ª série. Em 2001, numa destas loucuras da vida, sem experiência nenhuma, lancei meu nome e participei de uma eleição para cacique, venci o pleito, era o cacique mais jovem a conquistar este posto no Ligeiro.

Em 2004 levantou-se uma oposição e pediu nova eleição, fui novamente candidato e venci o pleito e em novembro de 2004, a convite da FUNAI aceitei ser chefe de posto. Infelizmente, pois somente agora depois de muito tempo percebo, foi que percebi o objetivo do órgão, era me anular. Estava incomodando demais.

Depois de sair da faculdade em 1998, fiquei praticamente 12 anos parado, trabalhando como professor e liderança tradicional e de movimento. Demorei muito para me lançar e participar de alguma seleção de mestrado e isso se deve muito ao fato de que as informações que recebi da bolsa Capes ou CNPq. Segundo as informações que tinha é de que era, demorada demais, os encaminhamentos igualmente morosos e que a primeira parcela de pagamento tardava uns seis meses. Isso me assustou, pois tinha uma família para pensar e tinha medo de ficar por seis meses em uma cidade sem recurso para se manter.

Em 2002 veio a notícia da bolsa da Fundação Ford e que estaria ocorrendo seleção no Brasil, coordenado pela Fundação Carlos Chagas. O CEPI (Conselho Estadual dos Povos Indígenas) do qual eu já fazia parte como vice-presidente Kaingang. Viajamos à Porto Alegre eu, a Fernanda, a Suzana e o Júlio César e nos reunimos no CEPI para preencher as documentações necessárias e fazer um projeto para poder fazer a inscrição.

Infelizmente, por problemas na aldeia tive de voltar e não pude concluir meu projeto, mesmo assim fizeram minha inscrição. O Júlio foi selecionado e fez o mestrado em agronomia na UFRGS. Em minha inscrição de 2008 é que fui selecionado, aí recebi a oportunidade de fazer o mestrado com uma condição muito boa que a bolsa Ford oferecia. A minha seleção este ano se deve muito ao amigo padre Renato, foi ele que

insistiu para eu participar da seleção de 2008. Ajudou no preenchimento do formulário, juntou todos os documentos que precisava, ajudou a corrigir os erros que o projeto tinha e encaminhou tudo.

Como percebemos, para chegar à condição de mestrando foi um grande desafio, tendo esta experiência de ter recebido Bolsa de Estudo da Alemanha e depois dos Estados Unidos é que cobrei do governo brasileiro um apoio melhor as populações indígenas, pois fiz parte da comissão nacional de educação escolar indígena (CNEEI), onde refizemos o parecer 14 e a resolução 03/1999.

Na comissão de 2010 a 2014 acho que consegui encaminhar algumas sugestões, pois fui um dos relatores da subcomissão de Ensino Superior e ajudei na elaboração e encaminhamento da lei que garante bolsas para indígenas e quilombolas, que estes consigam se manter em uma universidade, então, a dificuldade que passei, não vai se repetir para os mais jovens.

Por tudo isso, quero aqui agradecer as pessoas que uma maneira ou outra foram importantes nesta minha caminhada de estudos:

Sou eternamente grato a Otilia Rodrigues de Campo (In memorian), minha avó paterna, mas ao mesmo tempo pai e mãe em minha vida.

Agradeço, também, a minha avó materna Rosinha Malaquias, pela ajuda e conselhos que com certeza ajudaram a formar a pessoa que sou.

Agradeço a meu pai, Fabrício Fatánh Braga (In memorian) que mesmo nem sempre presente em minha vida, mas para mim sempre foi um exemplo de pessoa e serviu de inspiração para mim, escolher ser um professor.

Agradeço ao COMIN, que nas pessoas de Lúcio e Ingridi (Greice) e ultimamente da Cledes, de uma maneira ou de outra sempre quando os procuramos ajudaram e tem nos ajudado.

Agradeço do fundo de meu coração a meus amores, esposa e filhos: Maria Helena, Danilo Filho, Helen e Rômulo pela paciência e coragem para enfrentar comigo todos os problemas que surgiram em nossas vidas.

Agradeço ao Padre Renato, pela grande ajuda que me deu. Pela amizade que continua. Agradecemos, também, um agradecimento especial a FUNAI que nos ajudou, não como gostaríamos, mas ela esteve ali sempre presente pagando o transporte, pagando a mensalidade (50%) e lá algumas vezes conseguia liberar alguma bolsa.

Agradeço a Fundação Ford pela oportunidade que me ofereceu com a Bolsa para poder iniciar uma pós-graduação. As pessoas de Fúlvia (In memorian) e Regina (In

memorian). A Regina com quem fiz a entrevista na seleção da bolsa. Agradeço não pela entrevista, mas pelo conselho que me deu. A Fúlvia pelos conselhos e orientações.

Agradeço ao professor Eduardo Neumann, que sabe da admiração que tenho desde a época da graduação com sua forma de trabalho e o grande conhecimento que tem. Agradeço não só pelos conselhos e orientações, mas sim, principalmente, por não ter desistido de mim. Porque pelas situações que enfrentei, inclusive de conflitos, onde perdi tudo, eu já tinha desistido. Porém, não tive coragem de comunicar a minha decisão.

1. INTRODUÇÃO

Depois de investigarmos no Rio Grande do Sul as fontes primárias, a bibliografia especializada, os relatórios do governo do estado, do SPI e da FUNAI depositados em arquivos públicos - além de realizar entrevistas com os Kaingang - tais documentos nos revelaram a existência de uma contínua e incessante luta desses indígenas pela terra. Os enfrentamentos desse grupo indígena com os colonos e sucessivos governos gaúchos, pela posse da terra nos últimos sessenta anos do século passado é o principal foco da abordagem desta dissertação.

A minha formação em história e os últimos dez anos de dedicação a causa indígena tanto como liderança tradicional (cacique), ou como liderança de movimento no sul do Brasil (membro do CEPI e ARPINSUL), levaram-me perceber que a história gaúcha procurou consagrar o imigrante europeu como o personagem que ocupou os sertões vazios e selvagens para formar o atual Estado que conhecemos. A história da região desconsiderou a presença dos Kaingang e até mesmo dos Guaranis e Charruas, grupos que atualmente, também, vivem no Rio Grande do Sul, como elementos possuidores de história.

Percebemos que a história indígena ainda é uma enorme lacuna na historiografia do Rio Grande do Sul e porque não dizer na historiografia brasileira. Portanto é evidente o vazio a respeito da história dos Kaingang neste Estado, mesmo se tratando de um período mais recente, como nas últimas seis décadas, período que pretendemos direcionar nossos esforços. Procuramos trabalhar este que é um período de grande agitação política, econômica e administrativa de nosso país e que marcou profundamente, também, a história dessa população originária. Assim, dedicamos atenção a esta lacuna na historiografia sul-rio-grandense. Este é, portanto, o desafio a que nos propomos enfrentar.

A população indígena Kaingang localiza-se hoje, em sua maioria, no norte do Rio Grande do Sul. Nessa região, em meados do século XIX, foram fundados aldeamentos para este grupo. Eles vivem basicamente da agricultura, prática para a qual foram forçados a aprender e praticar (monocultura soja, milho), além, do artesanato que em momentos difíceis ajuda na renda das famílias indígenas.

Atualmente, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio)¹ ainda presta assistência ao grupo. O órgão mantém um funcionário, conhecido como chefe de posto, nas

¹ - FUNAI (Fundação Nacional do Índio), criada pela lei nº 5.371 em dezembro de 1967. A FUNAI incorporou o acervo, o quadro de funcionários e a previsão orçamentária do SPI, do Conselho Nacional

administrações locais, em cidades estratégicas próximas das terras indígenas. A FUNASA (Fundação Nacional da Saúde)² era, até bem pouco tempo, responsável pela saúde. Para atender a saúde indígena e substituir a FUNASA, o governo federal está criando uma Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que está criando os DSEI (Distritos de Saúde Indígena) em cada Estado. Quem responde pela educação, em substituição a FUNAI, desde 1992, onde se iniciou conversações é a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação).³ Mas o grande debate mesmo tem sido a “questão fundiária”, o tema tem dominado as pautas de reuniões das lideranças indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul e é esta temática que pretendemos focar nossos esforços para desenvolver a presente dissertação. Queremos trazer para o debate atual da nova história indígena, “a histórias dos Kaingang no Rio Grande do Sul”. A luta deste povo, por aquilo que consideramos primordial para sobrevivência física e cultural do grupo, “a terra”.

Nos anos que marcam o final da segunda guerra mundial, após 1945, o Rio Grande do Sul e os demais estados do Brasil adotaram e lançaram em prática um modelo de desenvolvimento e modernização da indústria e da agricultura sob a orientação da esfera federal (Marcon, 1994). Era manifesto neste período de pós-guerra, pelo menos nos discursos da época, o desejo que o país se desenvolvesse e se tornasse uma nação moderna.

A necessidade do Brasil em expandir sua indústria e sua capacidade de produção, pressionava o país a ter investimentos de grande volume de bens de capital. O país passa, para atingir esta meta, a estimular uma agricultura de exportação, entrando assim no mercado internacional e para ter um produto de qualidade, competitivo no mercado externo passa a investir em mudanças para melhorar suas técnicas de produção.⁴

de Proteção aos Índios (CNPI) e do Parque Nacional do Xingu (PNX). Atualmente a FUNAI é vinculada ao Ministério da Justiça.

² - FUNASA (Fundação Nacional da Saúde), órgão ligado ao Ministério da Saúde passa no final da década de noventa a responder pela saúde indígena, antes confiada a FUNAI. Atualmente a FUNASA vem passando por um processo de transição, esta sendo substituída pela Secretaria Especial de Saúde Indígena.

³ - A SEC (Secretaria Estadual da Educação) assume a educação indígena no Rio Grande do Sul a partir de 1996. Quem desenvolvia a educação nas terras indígenas era a FUNAI.

⁴ - BRUM, Argemiro. O Desenvolvimento Econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1986.

Para Marcon (1994),⁵o processo de industrialização e modernização não objetivou unicamente a busca de uma racionalidade agrícola em si, mas sim, uma racionalidade compatível com os interesses do capital, em particular com as exigências do crescimento industrial e do agronegócio.

Todo este processo de transformação que ocorreu na agricultura regional a partir dos anos cinquenta acabou chegando também às terras indígenas. O que trouxe consigo profundas marcas no modo de ser e de produzir dos Kaingang. E a execução de tais medidas, acabou chegando para o interior das terras indígenas. Sendo que a sua implantação teve a grande colaboração dos próprios agentes oficiais na administração do SPI (Serviço de Proteção aos Índios)⁶ e mais tarde da FUNAI, que passaram a atuar conforme as orientações modernizantes e desenvolvimentistas.

O SPI (órgão federal criado em 1910 para demarcar terras e proteger os índios) passa nesta nova conjuntura a comprometer-se com fazendeiros, colonos, colonizadores e demais interessados em explorar as terras indígenas. Inclusive os próprios agentes do órgão passam a introduzir e estimular a entrada de colonos para morar dentro das terras indígenas. O que isso pode significar na vida destes indígenas? Percebe-se que o objetivo é fazer com que os Kaingang produzam como os pequenos produtores, como os colonos que viviam no seu entorno e agora, também, passaram a viver dentro das terras indígenas. Além das transformações ocorridas com a agricultura, outra situação que surgiu foi à crescente ocorrência, cada vez mais frequente, de casamentos entre indígenas e não-indígenas. O projeto nada mais é do que fazer com que os indígenas fossem se tornando “civilizados”, objetivo presente ao estado brasileiro desde os tempos de sua formação.

O período de 1955 a 1967 é turbulento e as situações que se apresentaram, ajudaram a enfraquecer a atuação do SPI. O órgão passa a sofrer denúncias pelas ações abusivas de sua gestão, passando assim por investigações que colocaram em dúvida, a sua atuação frente aos indígenas. Aqui no Estado a Assembléia Legislativa até criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. O órgão federal foi extinto e, para substituí-lo, criada a FUNAI no final de 1967.

⁵ - MARCON, Telmo (coord.). História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 1994, p. 175.

⁶ - O SPI foi chamado inicialmente de SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais). O órgão foi criado pelo decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910, no governo de Nilo Peçanha.

Aparentemente uma grande mudança estava por acontecer, mas apenas aparentemente, porque a FUNAI simplesmente herda toda estrutura funcional do antigo órgão, todo quadro de recurso humano, isto é, os mesmos vícios. Assim, as ações continuaram as mesmas, sem mudanças significativas. E ainda hoje se percebe no cotidiano Kaingang as conseqüências destas falsas e aparentes mudanças na política indígena de nosso país. Esta política resultou em impactos profundos na vida desses indígenas que habitavam as terras do planalto no Rio Grande do Sul.

Percebe-se que é neste período de indefinições sobre a questão indígena que, novamente, os governos de Walter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel Brizola se voltam para as terras indígenas. Em nome da modernização investem contra as áreas de Nonoai, Serrinha, Venterra e entre outras, para realizar projetos de colonização ou uma pseudo-reforma agrária em cima de Terras Indígenas espoliadas dos Kaingang (Simonian, 1980).

Esta prática continuou, mesmo diante da recente fundação da FUNAI, em 05 de dezembro de 1967. Como às invasões e ocupações das terras indígenas não cessavam, os próprios Kaingang iniciaram um movimento em 1978, nas reservas de Nonoai (RS), Rio das Cobras (PR). Sob a liderança de Nelson Xangrê e Angelo Kretã, os indígenas iniciaram a expulsão, usando suas próprias forças, dos ocupantes não-indígenas de suas terras.

Depois de articularem a retirada dos colonos não-indígenas de dentro de suas terras. Os Kaingang iniciaram movimento pela retomada, agora de suas terras perdidas, a partir de 1985. Este processo se inicia em Irai e novamente em Nonoai, principal reduto da retomada de luta desses indígenas. As conquistas na constituição de 1988, que passa a garantir o direito à diferença e posse sobre terras ancestrais, ajudaram a dar o impulso para estabelecer a Terra Indígena de Irai. Assim, já nos primeiros anos da década de 1990, acontece a retomada de alguns territoriais, como verificado, em anos anteriores. Os Kaingang de Irai nessa ocasião contaram com a ajuda e apoio da maioria das lideranças, dos demais caciques de outras terras indígenas do Rio Grande do Sul.

Atualmente, como já citamos, esta população indígena tem suas terras localizadas no norte do Estado do Rio Grande do Sul, e vem lutando para recuperar as áreas perdidas. E tanto nos acampamentos novos, como nas áreas antigas ocupadas pelos Kaingang eles reivindicam a devolução de suas terras tradicionais. Este quadro atual e a análise de documentos, mostra que houve sim ao longo século XX, em algum momento, mesmo sob os olhos dos órgãos oficiais (SPI e FUNAI) investidas contra as

terras indígenas deste estado. Todas as aldeias foram parcial ou totalmente reduzidas em suas demarcações iniciais.

Neste contexto é que procuramos registrar no presente trabalho como o Kaingang passa a se organizar frente a este desafio. Como elaboram e manifestam a reação? Porque conforme constatamos nas leituras da história Kaingang, até a década de 1960 e 1970, parece que eles só recuavam, naquele momento uma estratégia de sobrevivência. Mas porque neste momento passaram a reagir? Percebe-se que este momento foi crucial para a sobrevivência e a existência do grupo no Rio Grande do Sul, colocando um limite ao projeto e ao discurso do desaparecimento patrocinado pelo estado brasileiro.

No Rio Grande do Sul, como mencionado, os últimos sessenta anos foram marcantes e decisivos para a vida dos Kaingang. O período marca “o último avanço” de colonos, estimulados por governos da época, sobre as terras indígenas e é decisivo porque os Kaingang, antes dominados pelo silêncio que era consequência das ações repressivas do SPI, agora passam a reagir. Os Kaingang já não recuam mais e iniciam um processo, que nada mais é do que dar respostas ao avanço de colonos sobre suas terras que, tradicionalmente, ocupavam muito antes da chegada das primeiras glebas de conquistadores e colonizadores neste país.

É importante observarmos que para a época os Kaingang, assim como outros povos indígenas do Brasil, eram considerados pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), populações em vias de desaparecimento, principalmente no século XIX. Este grupo, além desta premissa de que em breve poderiam desaparecer, era considerado um povo já assimilado, um povo sem cultura, como uma população que não era mais indígena. Este discurso que desqualifica a imagem do indígena é muito usado para justificar o avanço feito em cima das terras indígenas, se falava em, por exemplo: “para que muita terra para pouco índio”. Como no Rio Grande do Sul os Kaingang foram retirados de suas terras de origem e deslocá-los para outras terras indígenas acabava reforçando esta avaliação. Criando, assim, o “vazio demográfico” observado por Mota (1994) em seu trabalho sobre a mesma população indígena no Paraná. Como verificado no Paraná, no Rio Grande do Sul, os espaços vazios também passaram a ser ocupados ou loteados para a colonização.

Segundo as avaliações vigentes na época, os colonos eram possuidores de capacidade ao trabalho, portanto, capazes de produzir, modernizar e desenvolver o país. Enquanto que o indígena era considerado incapaz, vagabundo, um obstáculo ao desenvolvimento e a modernização que o país tanto buscava alcançar. E ainda pretende nos dias atuais. O desenvolvimentismo segue presente na pauta do Estado Brasileiro.

O indígena era visto como um sujeito sem história pela historiografia brasileira. E a matriz teórica deste pensamento, que tem suas origens no século XIX acabava condenando o nativo brasileiro ao desaparecimento e seus principais fundadores foram os pioneiros da historiografia no Brasil. Essas idéias encontraram espaços em setores da sociedade, se cristalizaram ao longo das décadas e ainda hoje se fazem presentes.

Uma leitura mais profunda sobre a história indígena na historiografia do Brasil, quando comparada com documentação e outros registros de países da América hispânica, é pobre e cheia de lacunas. No Brasil, além de ter sido pouco valorizada a história indígena, a documentação referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII ainda é muito pouco exploradas pelos pesquisadores (Monteiro, 2001).

Como vimos, às teorias pessimistas em relação à história indígena repercutiu em todo país desde os primeiros estudos do ainda Brasil colonial e com muito mais força no século XIX, pois agora estava muito mais elaborado teoricamente. O país, neste período, conquista sua independência e a nação que nascia em forma de império privilegiou a história com tendências dominantes. O que acabou se firmando em vários setores da sociedade nacional.

O pessimismo diante de avaliações que pregavam que os indígenas seriam extintos, perdurou no Brasil bem forte, até os anos de 1980.⁷ Certamente esse pensamento era reflexo da história que Francisco de Adolfo Varnhagen (Varnhagen apud Monteiro, 2001)⁸, escreveu em “História Geral do Brasil” e onde defende que: “de tais povos na infância não há história; há só etnografia.” Outro estudioso do século XIX é Von Martius em seu “O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil” (1982 [1838], 70) escreveu: “não há dúvida: o americano esta preste a desaparecer. Outros

⁷- Segundo Sahlins o pessimismo que caracterizou o pensamento antropológico contemporâneo se deve ao fato de que a antropologia formulou pressupostos históricos para as sociedades indígenas que tinham como aporte teórico a idéia de aculturação. Segundo esse pressuposto: O autor, entretanto, não considera aspectos importantes no que se refere a teorias desenvolvimentistas ou econômicas, etc. A historiografia brasileira do século XIX trabalhava com a idéia de o índio iria desaparecer, “um pessimismo”.

⁸ - MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores. Tese de livre docência. IFCH-Campinas, 2001.

povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno” (Von Martius apud Monteiro, 2001)⁹.

Nota-se a ocorrência de mudanças significativas neste quadro, graças a esforços de antropólogos, alguns historiadores, arqueólogos e linguistas. Se às pesquisas tem contribuído na elaboração, nas últimas décadas, daquilo que podemos chamar de uma “nova história indígena.”. Embora a temática não seja tão nova assim, para a historiografia brasileira, é somente nos últimos anos de 1970 que tais inovações manifestaram impacto na sua prática e na sua teoria.

Atualmente, uma nova vertente de estudo busca unir as preocupações teóricas referentes à relação entre história, antropologia e as demandas cada vez mais militantes de um movimento indígena emergente. Nos últimos anos foram elaborados diversos trabalhos com abordagens importantes para a história na discussão de culturas, das identidades e das políticas indígenas.

O certo é que ainda é pouco presente a temática indígena entre os profissionais da área de História. Segundo a avaliação de Jonh Monteiro (2001) a principal dificuldade dos historiadores em abordar a temática indígena é porque os mesmos não se sentem preparados teórica e metodologicamente em desenvolver estudos de populações que cedo ou tarde tendiam a desaparecer.

Apesar dos avanços na escrita da história no Brasil no sentido de propor novas abordagens, muito há por se fazer pela história indígena. Primeiro para romper com as idéias pessimistas que a matriz historiográfica brasileira oitocentista defendia, cristalizando em vertente dominante no século XIX.¹⁰ Segundo, porque os Kaingang e os indígenas do Brasil estão cada vez mais presentes e através de seus movimentos lutam por educação, saúde, habitação e, o principal, regularização fundiária. Estão eles fazendo uma história diferente no Rio Grande do Sul (Laroque, 2006)¹¹.

Além de toda dimensão simbólica (ver adiante), o processo de reconquista de uma terra indígena desafia e estimula a população nativa, em vista do reconhecimento dos direitos ancestrais, consagrados na Constituição Federal, em seus artigos 231 e 232. As populações originárias passam a compreender que a devolução da sua terra não é um

9 - MONTEIRO, J. Op cit. 2001.

10 - KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

11- LAROQUE, Luis Fernando da Silva. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)*. Tese (doutoramento em história), PPG/UNISINOS, São Leopoldo, 2006.

favor, mas um direito e para que haja esse reconhecimento precisa estar organizado. Por isso, a re-conquista de territórios tradicionais está ajudando os Kaingang a reafirmar sua identidade como população, como grupo social, aumentando sua auto-estima e o sentimento de dignidade.

Para Carneiro da Cunha (1992)¹², nestes processos existe a presença da história, moldando unidades e culturas novas. As sociedades indígenas de hoje não são, portanto produto da natureza, antes suas relações com o meio ambiente são mediatizadas pela história. Neste sentido e seguindo estas observações de Carneiro da Cunha é que entendemos que os Kaingang fazem história desde sua origem, como veremos adiante.

No Rio Grande do Sul as descobertas arqueológicas comprovam a presença de ocupantes desde 12 mil anos atrás (Kern, 1991, p. 90). Aqui se desenvolveram populações que mais tarde ficariam conhecidos pela literatura por Charruas, Minuanos, Guaranis e Kaingang, estes últimos também, muitas vezes chamados pelos nomes Guayaná, Coroados, Gualachos (Becker, 1976)¹³.

Os primeiros contatos estabelecidos pelos conquistadores portugueses foi com grupos tupi-guaranis, os nativos foram assim classificados. No início do século XVI através de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil que os portugueses chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Nessa época iniciaram os primeiros contatos com os Kaingang por meados de 1600. Em ocasiões posteriores tais indígenas foram nomeados de Guaiánas, Gualachos ou Bugres (Mélia, 1984)¹⁴.

Esses grupos indígenas com costumes, tradição e línguas diferentes dos Guaranis, habitavam as matas de araucárias que se estendiam do planalto paranaense até o território sul rio-grandense. Viviam da caça, pesca e coleta, na época abundante de frutos, principalmente o pinhão, fruto da araucária, Meliá (1984)¹⁵.

Os primeiros registros do modo de ser e os costumes dos Guayanas foram descritos já em 1628 e 1630 pelo Pe. Montoya, por ocasião da fundação da Redução da Conceição dos Gualachos nas margens do rio Piquiri, no Paraná (Pe. Montoya, 1630

¹² - CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹³ - BECKER, Ítala I. B. Os Índios Kaingang no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchieta, 1976.

¹⁴ - MELIÁ, Bartolomeu. (Org.) O Índio no Rio Grande do Sul: quem foi, quem é, o que espera. Frederico Westphalen: Coordenação de Pastoral Indígena Interdiocesano Norte – RS, 1984.

¹⁵ - IDEM.

apud D'Angelis e Veiga 1996). Nesta redução, segundo Cortesão (1951), Francisco Dias, também, teria feito as primeiras anotações sobre a língua dos Gualachos.

Depois de passar praticamente todo século XIX sendo chamado de Corados, o grupo passa ser chamado pelo nome de “Kaingang”, o nome foi introduzido ao grupo em 1882, por Telêmaco Morocines Borba, para designar os índios não-guaranis dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Diz A. Metraux (1946): “O nome Caingang foi introduzido em 1882, por Telêmaco Morosini Borba para designar os não-guaranis dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são todos lingüística e culturalmente relacionados uns com os outros e formam o ramo meridional da família “Gê”.

A variedade de denominações de acordo com Teschauer (1929)¹⁶ acabou produzindo grande confusão para os pesquisadores. Segundo Telêmaco a denominação de Kaingang é própria do grupo e o significado seria então Kaa – árvore, mato e ingang – morador do. O que significaria, então, “morador do mato”. Para o grupo apenas Kanhgág já define o significado, seria apenas “HOMEM”.

Já Mabilde¹⁷, um engenheiro belga que supostamente ficou prisioneiro dos Coroados por dois anos, em meados do século XIX, descreve o grupo desta maneira:

(...) os indígenas Guaranis conheciam os Coroados pelo nome de Caúbaba, Os Padres da Companhia ensinavam aos Guaranis a chamarem os Coroados de Curupira (diabo do mato) e de Tapyá-Caápora (homem bravio, mau, gentio).

Durante os séculos XVII e XVIII, enquanto, os Guaranis enfrentavam guerras com as coroas de Espanha e Portugal, os Kaingang permaneciam vivendo livres e independentes: os missionários não os atingiram e os bandeirantes não puderam escravizá-los (Meliá, 1984, p. 13). Processo que veremos adiante não foi bem assim.

No Rio Grande do Sul, um dos estudos mais conhecidos sobre o povo Kaingang é o de Ítala Becker, professora da UNISINOS, São Leopoldo, claro que os últimos anos tem surgido um crescente número de publicações sobre o tema. Becker em sua obra “O Índio kaingang no Rio Grande do Sul,” divide a história dos Kaingang em três grandes períodos: Os Kaingáng dos séculos XVI, XVII e XVIII, Os Kaingáng do século XIX e Os Kaingáng do Século XX.

Para Becker (1976) existe falta de documentação para estudar os séculos XVI, XVII e XVIII. Motivo pelo qual dedicou maior atenção ao século XIX do qual consegue

¹⁶ - TESCHAUER, Carlos. Paranduba Riograndense. Porto Alegre: Globo, 1929.

¹⁷ - MABILDE, Pierre F. A. B. Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroado dos Matos da Província do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBRASA, INL/Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

reunir em sua obra um número muito grande de publicações. Para a autora, os Kaingang nos séculos XVI, XVII e XVIII viviam entre o estado de isolamento e em um contato intermitente com o bandeirante português. Sobre este grupo e nesta época não se estabelece influencia jesuítica, excluída a tentativa de Cristóvão Mendonça entre os Pinaré e de Montoya conforme já citamos acima (Becker, 1976)¹⁸.

Os anos de 1800 marcam o início de um contato mais intenso entre os Kaingang com colonos que chegavam à região para ocupar os espaços onde viviam os nativos. As primeiras levas de imigrantes que chegam, em 1824, o que traz mudanças substanciais nos povoados da região. A imigração se manteve até 1830 e durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) foi interrompida (Nonnenmacher, 2000, p. 7).

Terminada a guerra em 1845, o governo da Província de São Pedro retoma o debate em torno de aldeamentos para indígenas de forma mais sistemática. Nos anos seguintes foram fundados os aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio (Marcon, 1994). O objetivo era deslocar todos os indígenas, habitantes das regiões norte e noroeste da província para estas áreas e assim, dar espaço para a colonização que avançava e através da aberturas de estradas que devastavam os alojamentos de bugres (Mabilde, 1983).

Simultaneamente ao trabalho de aldeamento os indígenas também são levados a aceitar a presença dos missionários, que queriam empreender a catequese dos silvícolas nos aldeamentos. O primeiro padre a tentar levar adiante esta empreitada foi Antonio de Almeida Leite Penteado, que em 1845 deslocou-se para Guarita em companhia de policiais militares, e pretendia levar as primeiras luzes do cristianismo ao seio dos toldos dos indígenas (Marcon, 1994, p. 116).

Como as tentativas de Penteado não avançaram mais tarde quem novamente iniciou tratativas em favor da fundação de aldeamentos foi o padre Bernardo Parés. O padre localizou os Coroados de Fongue, Nonoai e Braga, e em negociações com o governo estadual fundou os aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio. Os espaços que correspondiam a área territorial destes aldeamentos, entre os anos de 1850 a 1900 foram em sua maior parte ocupados pela colonização. O que restou foram pequenos fragmentos de aldeias, que passaram a ser demarcados em 1911 e nem todas as aldeias foram demarcadas.

¹⁸ - BECKER, Ítala I. B. Op. Cit. 1976.

A proclamação da República em 1889 trouxe algumas mudanças no trato com a questão indígena. Os republicanos queriam dar uma atenção qualificada, melhor do que aquela dada pela monarquia aos indígenas. Durante o Império do Brasil, muitas vezes, o monarca acabava declarando guerra de extermínio aos indígenas. A República não queria atuar desta maneira, pelo menos no discurso. A partir de então surgiu uma série de debates polêmicos em torno da questão indígena entre o diretor do Museu Paulista Von Ihering e os positivistas (Souza Lima, 1995)¹⁹.

Após esta série de debates o governo de Nilo Peçanha criou o SPI pelo decreto nº 8.072 em 20 de junho de 1910. O órgão chegou ao Rio Grande do Sul na metade final de 1910 e recebeu a notícia de que aqui os indígenas já estavam pacificados e aldeados, exigiu-se, então, pouco do trabalho do SPI. No Rio Grande as demarcações foram realizadas pela Diretoria de Terras e Colonização da Secretária de Viação e Obras Públicas (Marcon, 1994, p. 146).

O SPI no estado passa somente a assumir a administração da Terra Indígena Ligeiro em 1918, as outras permaneceram sob o controle deste estado através da Diretoria de Terras e Colonização. No ano de 1911 se deu início as demarcações no Rio Grande do Sul, de um conjunto de doze áreas indígenas, que totalizavam 98.583 hectares. Um cantinho se comparado ao território ocupado e onde circulavam os Kaingang antes da chegada dos colonos no século XIX (Marcon, 1994). E mesmo se comparada à demarcação de Nonoai de 1856, que era de 420 mil hectares.

A partir de 1941 quatro toldos Nonoai, Ligeiro, Guarita e Cacique Doble passaram para a administração do Serviço de Proteção (Meliá, 1984, p. 19). Mesmo assim, com a presença do SPI, a chegada de novas levas de migrantes ao Alto Uruguai fez com as terras indígenas passassem a sofrer novas pressões. Em 1949 a reserva de Nonoai foi diminuída e em 1962, no governo de Brizola, Serrinha e Ventarra foram totalmente expropriadas de seus legítimos donos (Simonian, 1980)²⁰.

Diante desta situação, vendo os colonos se apropriar cada vez mais de suas terras os próprios Kaingang de Nonoai, em 1978, passaram a iniciar um movimento de retirada dos colonos de aldeias. O movimento tomou impulso, pois estava amparado

¹⁹ - SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995. O autor aborda como estado brasileiro passa a pensar a política indígena no país.

²⁰ - SIMONIAN, Ligia. "Estado expropria e domina o povo Guarani e Kaingang". Cadernos do Museu. Ijuí, nº 9.

pela lei 6001/73 do estatuto do índio. Por exemplo, no Ligeiro as últimas famílias não índias somente saíram de lá em 1983.

Como dito, a constituição de 1988 garantiu aos indígenas muitos direitos, dentre eles o direito a terra, art. 231 e 232. Pautados pela constituição os Kaingang iniciaram a reconquista/ampliação das terras de Irai. Após esta conquista o movimento tomou novamente impulso e várias terras indígenas, simultaneamente, iniciaram reivindicações para retomada de áreas antigas totalmente expropriadas e ampliação de outras parcialmente reduzidas para a colonização (Zero Hora, 1998, p. 42-46).

Atualmente são mais de 20 mil indígenas vivendo no Rio Grande do Sul, dados da FUNASA (Fundação Nacional da Saúde, 2006)²¹. No caso dos Kaingang, vivem basicamente da agricultura e do artesanato que ajuda na renda familiar, a partir de um momento em que a agricultura, a coleta de frutos e a caça tornaram-se difíceis. A FUNAI os assiste e trabalha hoje basicamente com a questão fundiária. A Secretária Especial de Saúde Indígena esta substituindo a FUNASA na questão da saúde e a educação quem atende é a SEC (Secretária Estadual da Educação).

Acreditamos que a língua é falada por aproximadamente 90% da população²², isto no Rio Grande do Sul. A língua Kaingang é falada nos três estados do sul do Brasil. Segundo o lingüista Aryon Dall'Igna Rodrigues a língua Kaingang pertence à família Jê do tronco Macro-jê. A lingüista e missionária do SIL (Summer Institute of Linguistics) Ursula Wiesemann, classificou a língua dos Kaingang atuais em cinco dialetos²³. Os dialetos diferenciam-se em várias partes de sua estrutura sendo as diferenças mais evidentes as fonológicas.

Voltando a questão da terra, no Rio Grande do Sul o quadro atual é de mais de quinze pedidos de identificação para devolução, revisão e ampliação, não contando com as reivindicações dos Guaranis e Charruas. De posse de documentos que comprovam a legitimidade de seus pedidos, as lideranças indígenas pressionam a FUNAI, pedindo agilidade para solucionar esta demanda tão importante para sua sobrevivência física e cultural de seu povo.

²¹ - A FUNASA, atualmente, esta sendo substituída pela Secretaria Especial de Saúde Indígena.

²² - Não existe nenhuma pesquisa que comprove, só especulações sobre tais dados, que merecem um estudo mais detalhado.

²³- Em São Paulo e Paraná são dois dialetos, um em Santa Catarina e dois no Rio Grande do Sul.

O trabalho sobre um povo indígena desafia o historiador a entrar em uma rede de informações, de significados e símbolos do mundo Kaingang. Embora se pense que não existem mais indígenas no Rio Grande do Sul, eles estão presentes em acampamentos (em processos de retomada de terra), que se localizam nas beiras de estradas, nas periferias de cidades, nas ruas de Porto Alegre e nas Terras Indígenas, conforme já citamos anteriormente. Em toda luta Kaingang pela terra, verifica-se que os indígenas estão cada vez mais organizados para que seus aspectos culturais fundamentais se façam, apesar de tudo, presentes em suas relações sociais e políticas internas, assim como, em suas relações inter étnicas.

O contato com o colonizador, toda a rede de relações que já estabeleciam com outros grupos autóctones antes da chegada do português, o contato mais intenso com os imigrantes europeus que chegam, no século XIX, as correrias, a diminuição de seu espaço de circulação. Enfim, e com os aldeamentos e a catequese e todo este processo pelo qual passou essa população indígena, transformou e foi moldando sua cultura, mas, mesmo assim, não fez o Kaingang desistir de sua luta, o que pode ser formulado em sua reação atual que se iniciou no final da década de 1970 com a luta pela terra.

Turner (1993) partindo de algumas constatações em relação à “resistência” Kayapó traz a tona algumas questões relevantes para a pesquisa com os povos indígenas: 1. A análise das formas sociais e culturais nativas tornou-se inseparável da análise das situações de dependência e conflito inter-étnico, e a recíproca também é verdadeira (...) 2. As diferenças entre tipos de sociedades nativas e entre tipos de situações de contato assumiram uma importância maior (...) 3. As sociedades indígenas aplicam seus próprios sentidos estruturais (sociais e culturais) na construção da situação de contato com a sociedade nacional de modos diversos (...) 4. Os processos políticos e econômicos concretos de que lançam mão as comunidades indígenas para resistir a dominação da sociedade nacional, ou para controlá-la, estão se tornando um tema importante tanto para estudos de casos individuais como para estudos comparativos (...) 5. A transformação e manipulação da autoconsciência cultural. Nesse sentido, segundo o autor, os Kayapó conseguiram se apropriar de toda estrutura montada pelos órgãos oficiais para dominá-los e fazer uso deste conforme sua cultura, sendo hoje os Kayapó uma sociedade indígena que luta pela auto-suficiente e autonomia. Por exemplo, os Kayapó, ao tomarem o garimpo de Maria Bonita, fazem uso dos *royalties* do ouro e da

madeira para benefício de sua comunidade e fortalecimento de suas tradições, o que se dá por meio da “administração da imagem” levada a cabo pelos Kayapó, como segue:

(...) nesta ação, eles encenam simultânea quatro papéis: primeiro o de selvagens ferozes, conforme os esteriótipos da população local; segundo, o de “bons selvagens” a enfrentar o exército brasileiro com armas primitivas, conforme os esteriótipos da opinião pública esclarecida, nacional e internacional; terceiro, um papel que encenam para si mesmos de uma cultura nativa revivificada, com poderes *sui generis*, em pé de igualdade com a tecnologia bélica da sociedade nacional, os xamãs que secundaram a expedição de guerra com sua magia; e finalmente o papel de agentes de sua própria história no contexto político nacional e internacional, papel que encenam ao filmar ação [da tomada do garimpo] com seu próprio aparelho de vídeo, e ao enviar seu próprio *press release* aos escritórios da FUNAI Brasília, depois que capturaram a pista de pouso do garimpo (Turner, 1993, p. 65).

Considerando as especificidades dos contextos regionais, o processo colonizador enfrentado pelos Kaingang no Rio Grande do Sul não foi diferente daquele dos Kayapó, grupo indígena também pertencente à família lingüística Jê, como os Kaingang. O caminho que trilha os Kaingang não é diferente, pois a retomada de terras também é a forma encontrada para a auto-afirmação. A identidade e as tradições que ressurgem com bastante força, neste contexto de retomada.

Aqui, avançamos numa perspectiva já informada por Sahlins (2003)²⁴, importante para a interpretação deste universo de símbolos entre os povos nativos, surgidos no pós-contato:

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática (Sahlins, 2003, p. 07).

Conforme Catafesto (2009, p. 271) não é a ausência de grupos indígenas o que surpreende no Rio Grande do Sul, e sim a falta de reconhecimento sobre sua existência marcante até a atualidade. Esta afirmação deixa evidente que a escrita da história no Rio Grande do Sul marginaliza o indígena como sujeito da história.

Com essa perspectiva propõe-se dialogar, no desenvolvimento da dissertação, com a bibliografia específica sobre esse povo indígena, para investigar questões sociais, culturais e históricas, as quais fundamentam a luta do povo Kaingang pela terra, que infelizmente não foram alvo de análises pelos diversos historiadores especialistas em Kaingang no estado.

²⁴ - SAHLINS, Marshall David. Ilhas de História. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2003.

A obra de Becker foi pioneira e se tornou uma grande fonte para estudos sobre os Kaingang, com destaque para o período dos oitocentos. Entretanto, para o último século, ela comete uma grande ruptura na história dos Kaingang ao dar um salto do início de 1900 para 1970, como se neste intervalo não houvesse mais Kaingang. Ou ela, Becker, não teve acesso aos documentos e pesquisas realizadas no último século ou simplesmente os Kaingang deixaram de fazer história por estarem confinados nas aldeias. Chamo a atenção para esta lacuna de setenta anos que a autora deixa transparecer em seu trabalho. Por que ali reside um período da história dos Kaingangs que merece ser investigada com base nas novas leituras histórico-antropológicas.

Marcon, suprimindo algumas dessas lacunas deixadas por Becker, responde a várias perguntas que muitas vezes levantamos em relação à vida dos Kaingang. Depois de já aldeados, o que aconteceu com estes indígenas? Como passaram a viver? Como sobreviveram? O autor trás noções como “aldeamento”, “órgãos oficiais”, “terras indígenas”, “exploração” das mesmas, um material importante de resgate da história Kaingang no Rio Grande do Sul, mas que merece ser muito mais aprofundado com as novas leituras de antropologia, da nova história indígena, proposta pela produção acadêmica. Uma visão de dentro, de indígena, talvez, contribuiria muito para entender o sentido que essas noções adquirem a partir do movimento Kaingang, por exemplo, de retomada de terras.

Em uma obra recente, Carine é o que mais avança para os domínios da história atual, porém usa destes métodos de leitura da história para tentar provar que não houve relação desigual no acesso a recursos e políticas de Estado naquilo que chama de conflitos de terras no Rio Grande do Sul e sim uma luta entre fracos. O autor pouco explora as percepções indígenas daquele momento de retomada, organização social, língua, crença e tradições. Sua preocupação é – lembro, aqui, do fato desse autor ser prefeito de uma cidade envolvida na questão fundiária –, apresentar o lado da história do colono. O autor relata a história de caminhada, reuniões, articulações dos colonos na tentativa de reverter politicamente a retomada de Serrinha.

A partir da leitura dos autores, acima citados, Laroque²⁵ procura estabelecer outros parâmetros para analisar o modo de ser e se relacionar dos Kaingang. Para ele,

²⁵ - LAROQUE, Luis Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808 – 1889). Pesquisa Antropológica. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2000. p. 2-18. Laroque trabalha que mesmo frente a essas questões advindas do capitalismo e da globalização, os Kaingang e suas lideranças não deixaram de ser protagonistas da historicidade índia porque, afinal de contas,

diante de tudo que acontecia com esse povo indígena, as estratégias adotadas pelos Kaingang do Sul do Brasil, para recuperarem seus territórios, foram orquestradas pela dinâmica de sua própria cultura, o que não deixa ser um procedimento teórico-metodológico que o aproxima daquilo que tenho proposto aqui, pois segundo Sahlins (1990, p. 11) culturas diferentes produzem historicidades diferentes.

Cabe mencionar que existe um campo muito grande de pesquisa na história dos Kaingang no Rio Grande do Sul, mas neste trabalho estamos focando a atenção para a questão da luta pela terra. Porém é sempre preciso lembrar de que estamos falando de um povo indígena e por trás deste grupo étnico existe todo um conjunto de ação, de articulação, de organização e de existência que resulta de uma série de saberes ancestrais, cujo conteúdo é milenar.

Então, também, cabe á nós, os historiadores, desvendar estes mistérios da cultura indígena e com uma leitura histórico-antropológica, conhecer, analisar e escrever a história indígena que o Brasil até bem pouco tempo negou a existência. Pois, como Barros (2009) propõe, compete aos historiadores inovar e propor novos temas. Propomos então a história indígena, considerando a importância do conceito da “história vista de baixo” formulado por Thompson (1965), para quem “resgatar experiências passadas da massa da população (...) é, portanto, uma perspectiva atraente” (Burke, 1992, p. 42).

Conforme Monteiro (1994)²⁶, a historiografia brasileira, ao longo das últimas décadas tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia. Ao mesmo tempo, abordagens antropológicas têm penetrado diversas áreas do conhecimento e da investigação histórica, abrangendo estudos sobre a inquisição, a escravidão, as relações de gênero, as mentalidades, entre tantos outros assuntos. Diante desse quadro, contudo, é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores. Talvez aí esteja a resistência dos historiadores para com temática indígena.

Portanto, existe muito a ser feito pela história indígena e é preciso estar atento as novas leituras e interpretações das novas relações que se estabelecem de diferentes modos nas diversas sociedades. Porque embora se saiba da ocorrência, de que mudanças

segundo Sahlins (1988 e 1990), cultura e história são dinâmicas e, sempre que necessário, podem ser ressignificadas diante dos elementos novos.

²⁶- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

estão ocorrendo o desafio ainda é grande, para se chegar ao que Sahlins procura nos alertar, que diferentes culturas produzem diferentes historicidades.

O nosso objetivo é desenvolver uma pesquisa sistemática que resgate a história de luta dos Kaingang pela posse das suas terras no Rio Grande do Sul, buscando preencher esta lacuna existente na historiografia. Queremos especificar os motivos que levaram esses indígenas a se mobilizar, e iniciarem reivindicações para devolução de suas terras expropriadas, principalmente, a partir de meados do século XIX. Resgatar as trajetórias e as experiências de luta que dessa população e as dificuldades que enfrentaram quando estavam acampados, lutando pela retomada de suas terras. Também pretendemos avaliar a participação de órgãos governamentais no sentido de fornecer laudos que justificassem a ocupação tradicional que possibilitou devolver as terras aos Kaingáng. Enfim, registrar esta ação protagonizada pelos Kaingang será o desafio da presente dissertação.

A historiografia sul-rio-grandense tem nos últimos anos buscado retratar a história indígena, mesmo assim, como observamos acima, está longe de desfazer a imagem cristalizada que se difundiu do indígena do Rio Grande Sul. É na perspectiva de colaborar com a história indígena que nos lançamos ao desafio teórico-metodológico de analisar as novas situações que se apresentam para o povo Kaingang no contexto atual.

Para realizar o presente trabalho baseamo-nos em importantes fontes bibliográficas que com um novo olhar, podem oferecer dados além de novos caminhos que possam dar uma nova dimensão analítica à temática. No momento, temos acesso a informações disponíveis em fontes documentais primárias/relatórios importantes para a dissertação que pretende avançar metodologicamente com Peter Burke (1992) numa perspectiva da “história vista de baixo”; com Manuela Carneiro da Cunha (1992) para a qual os nativos estão produzindo história em todos os momentos de sua existência. Com Marshal Sahlins (2003) e Clifford Geertz (1978) para os quais os povos ameríndios com uma cultura dinâmica podem produzir uma história diferente.

Outra contribuição importante que nos tem apresentado caminhos inovadores a temática são as pesquisas realizadas por Jonh Manuel Monteiro (1994, 1999 e 2001). Em seus trabalhos ele tem sistematizado o que nomeia de uma “nova história indígena”, na qual através dos aportes da “etno história” pretende reconhecer e valorizar a tradição oral dos povos sem escrita, caso dos Kaingang que a bem pouco tempo ainda não

dominavam a escrita. Outra perspectiva atraente e inovadora é estar trabalhando com uma “história vista de dentro”.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. Sendo assim o primeiro capítulo, foi elaborado na pesquisa e análise de fontes documentais e bibliográficas. Aqui se buscou apresentar em que contexto do século XIX surgiu os primeiros aldeamentos para os Kaingang. No capítulo, também, procuramos trabalhar com um panorama da pré-história indígena no Rio Grande do Sul, estabelecendo ligações com os séculos XVI, XVII e XVIII relevante para a reconstituição da história dos povos indígenas.

No segundo capítulo trataremos sobre os aldeamentos existentes no pós - proclamação da república, como se desenvolvem os trabalhos de catequese e políticas de demarcação com o surgimento de um órgão federal, que também passa a desenvolver ações que visam silenciar os Kaingang através de repressões que buscavam forçá-los ao trabalho. Pelo que pesquisamos ainda não existe um trabalho neste sentido, de dar voz a estes indígenas naqueles tempos de SPI. Neste texto nos propomos a trabalhar com a história oral, pois os Kaingang ainda lembram muito bem deste período.

Os capítulos três e quatro, pelo tempo delimitado no tema proposto, seriam o centro de nossas atenções, mas entendemos para uma melhor compreensão do processo histórico dos Kaingang fazer uma reconstituição histórica nos dois capítulos anteriores. O terceiro capítulo, busca fazer uma análise de como se deu a “reação Kaingang”, iniciada a partir da década de 60 e que perdura até os dias atuais.

Dentro deste processo de reação é que desenvolveremos o capítulo quatro, onde procuramos contextualizar como se desenvolveu a experiência de reconquista da Terra Indígena Monte Casero. Sobre esta terra indígena não existe nenhum tipo de produção sistemática, a não ser notícias eventuais publicadas em jornais locais e regionais, além é claro do laudo antropológico feito para identificação e demarcação da referida terra indígena.

1.1– OS KAINGANG NO SÉCULO XIX: O Surgimento dos Aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio.

Tág ki ěg tóg fóg ag pã'ĩ mág, ag ěg mÿ, ěg jámã mág tÿ sĭ ke já vĕj mũ²⁷.

1.1.1 – Breve Panorama da Pré-história Kaingang no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, as pesquisas e descobertas arqueológicas recentes comprovam a presença de ocupantes há mais de 10 mil anos atrás. Esta constatação está presente nos estudos de Pedro Ignácio Schmitz (1975) e em anos recentes nas pesquisas de Arno Alvarez Kern (1994). Ambos procuraram através da arqueologia, reconstituir a história indígena no Estado, ou seja, a pré-história do Rio Grande do Sul. Tanto Schmitz como Kern são especialistas reconhecidos no tema. Aqui, como se trata da pré-história, cabe buscar na arqueologia apoio para avançarmos e dar respostas as várias de nossas perguntas para aquilo que pretendemos desenvolver com a história dos Kaingang deste Estado.

Aqui no Rio Grande do Sul, grupos de caçadores, coletores e horticultores do planalto meridional ocuparam e se desenvolveram desde pelo menos 12 mil anos atrás. Esta ocupação não só se deu no Rio Grande, como ocorreu em um mesmo período em outros estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais. Já na Argentina a ocupação, pelos registros, se deu em anos anteriores (Schmitz,1975).

Um primeiro elemento de classificação, usado pelos autores e outros arqueólogos, é feito pela análise dos instrumentos líticos, as pontas de projétil, encontrados nas escavações. Neste tipo de análise a arqueologia classifica os grupos nativos sul-rio-grandenses como sendo os “Umbus” e os “Humaitas”. Os umbus são, possivelmente, os grupos pampeanos que espanhóis e mais tarde portugueses entraram em contato na época do descobrimento. Os humaitas são, provavelmente, pelas descrições de suas características, os antepassados dos atuais Kaingang. São estes últimos, os grupos que ocuparam todo espaço do planalto meridional do sul do Brasil e com a sua evolução para a cerâmica passaram a ser chamados ou classificados como sendo grupos da Tradição Taquara.

Todo ambiente, flora e fauna, do planalto meridional contribuíram com abundância de recursos de caça, de coleta e de pesca (Kern, 1994). Estes “Gufã”²⁸, além

²⁷ - A partir deste capítulo iremos perceber a transformação de nosso território tradicional em apenas três grandes aldeias: Guarita, Nonoai e Campo do Meio.

de caçarem krág, ójor, kãme e outros animais, pescavam e coletavam caramujos, sementes, além do fág e outros frutos. Estes grupos se movimentaram e colonizaram grandes extensões de terras. Estes caçadores holocênicos chegaram a ocupar os demais estados do sul do Brasil e algumas partes do Uruguai e Argentina (Schmitz, 1991).

Nota-se que estes grupos foram desenvolvendo-se aos poucos e as etapas de classificação da evolução destes coletivos humanos, apresentados pela arqueologia, são o avanço da fase Ibicui a primeira, para fase Humaíta, para fase Tradição Taquara e por último o pós-descobrimento (Becker, 1991). Percebe-se nesta última fase a construção das casas subterrâneas. Da fase Tradição Taquara ao período do descobrimento, o grupo que passa a ser conhecido de Kaingang evoluiu de ceramista para construtores de casas subterrâneas. As casas subterrâneas ajudaram nossos gufã, que aprenderam a desidratar o fág (pinhão) para armazenamento, a conseguirem enfrentar e se defender das baixas temperaturas das regiões mais frias do planalto (Kern, 1994).

A pré-história do Rio Grande do Sul nos revela que a mesma é contada e dividida em várias tradições, a tradição taquara, a tradição vieira e a última, tradição tupi-guarani. A identificação da tradição é feita, principalmente, pela cerâmica, diferente uma da outra. A tradição “Taquara” se subdivide em fases: a fase guatambu, fase taquara, fase caí, fase erveiras, fase guabiju, fase xaxim, fase taquaruçu e fase giruá (Becker, 1991).

A tradição taquara passa a sofrer contato com uma população horticultora de origem amazônica, a qual os arqueólogos nomeiam de Tupi-Guarani. As primeiras aldeias Tupi-Guarani incluem todas, os fragmentos de característica cerâmica Taquara, indicando que esta é anterior à migração daquele povo Tupi Guarani (Becker, 1991). Os estudos e análise em carbono 14 indicam que a migração do povo Tupi Guarani pode ter ocorrido, aproximadamente, há uns dois mil anos antes do descobrimento.

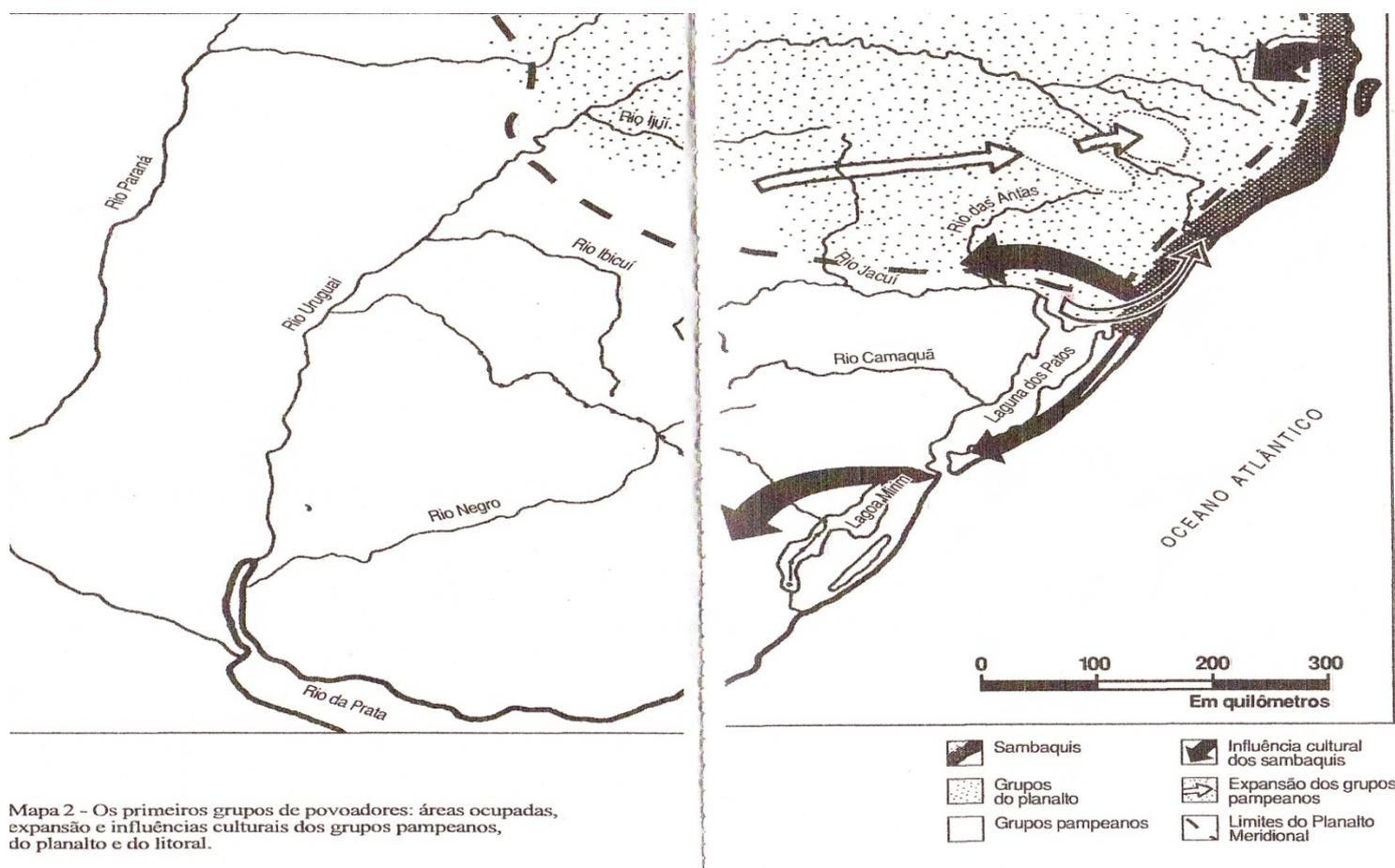
O processo de migração possibilitou e fez surgir grandes transformações na vida e cultura dos povos indígenas. A difusão de elementos culturais foi inevitável, o contato nas periferias de fronteiras para além de conflituoso, também, foi pacífico o que possibilitou a troca de produtos e a miscigenação com grupos taquaras da região. Azara e Teschauer falam sobre a miscigenação de grupos como os Tupis, os Arachanes e até o

²⁸ - As palavras Gufã ou gufã, Krág, Ójor e Kãme escritas no texto, estão em Kaingang, língua dos nativos, no texto objetos de nosso estudo. A língua Kaingang, também dá nome ao grupo. Gufã quer dizer indígena ou nativo de época muito antiga. Estes, os gufã, não falavam o português. Krág significa porco, no texto é então porco do mato. Já Ójor significa “anta” e kãme é “cervo”. Fág quer dizer “pinhão”.

grupo Tape que seriam Guaianás ou Tapuias guaranizados, Becker (1976), Kern (1994), Teschauer (apud Neis, 1975).

Percebe-se que o processo de contato estabelecido com o Tupi Guarani não foi obstáculo para a evolução do povo da Tradição Taquara, pois permaneceu tranqüila até a chegada do europeu (Schmitz, 1991). Este contato com o elemento ocidental gerou impacto na estrutura do grupo e os obrigou a reestruturações internas.

Os mapas 1 e 2 permitem a observação dos limites territoriais dos Umbus e Humaitas, que são os primeiros grupos humanos a se estabelecer no Rio Grande do Sul. Tal classificação é determinada pelos estudos feitos a partir dos instrumentos líticos, no caso às pontas de projéteis, como já mencionamos anteriormente.

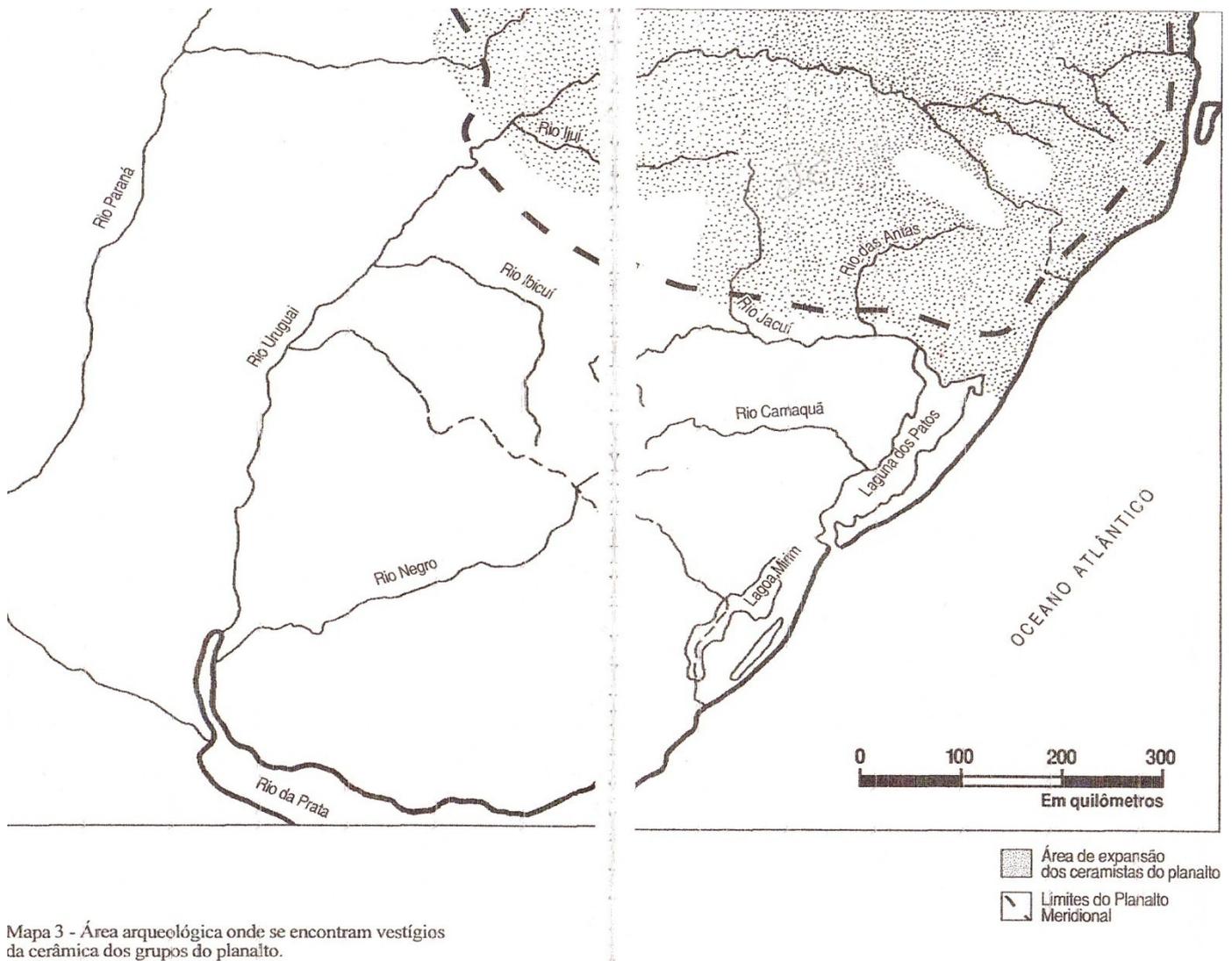


Fonte: Antecedentes Indígenas de Arno Alvares Kern de 1994.

Observa-se pelo mapa acima que Umbus e os grupos do planalto, os Humaitas, dividiam o espaço do atual Rio Grande do Sul praticamente pela metade. Para a arqueologia os Humaitas passaram a praticar a cerâmica e passam a ser classificados ou chamados de grupos da Tradição Taquara.

Estes povos da tradição taquara, como indica o mapa 2, ocupam a mesma região de seus antecessores Humaitas. Os grupos taquaras dividem, antes da chegada do grupo tupi-guarani, o espaço rio-grandense com os grupos da Tradição Vieira, os Umbus. Podemos observar esta divisão pelo limite do Planalto Meridional demonstrado no mapa a seguir:

Mapa 2



Mapa 3 - Área arqueológica onde se encontram vestígios da cerâmica dos grupos do planalto.

Fonte: Arno Alvarez Kern (1994).

Para Kern (1991), os dados obtidos pela arqueologia e pelos estudos etno-históricos sobre os grupos de fala Jê são as evidências de que eles ainda habitam toda imensa área ao sul do Trópico de Capricórnio. Tais dados permitem a reconstituição de seu modo de vida, mesmo reconhece a existência de muitas lacunas que novos estudos podem, quem sabe, mais tarde, nos responder. Notamos que ainda há muito por

pesquisar em arqueologia e revelar a história Kaingang novos elementos que venham enriquecer nosso conhecimento do passado indígena no estado do Rio Grande do Sul.

1.2 – Os Séculos XVI, XVII, XVIII e os Primeiros Contatos com os Kaingang

Apresentar e discutir alguns dados dos séculos XVI, XVII e XVIII torna-se interessante dentro da proposta desta introdução. Muito embora Itala Becker (1995) argumente que para estes séculos falte documentação para se trabalhar. Para estes séculos, Becker, pouco avança em sua obra “O índio Kaingang no Rio Grande do Sul” (1995). Para a autora o Kaingang vive em um estado de isolamento e um contato intermitente com o bandeirante português. Outra informação, interessante da história dos Kaingang é sobre o “Mito de Origem” deste povo que veremos mais adiante.

O grupo neste período é conhecido pelo o nome de Guayaná e Becker trabalha com estas informações produzidas pelos primeiros viajantes e cronistas, dentre eles esta Gabriel Soares de Souza que diz:

“As notícias que sobre os Guayaná existem, alcançam o último quartel do século XVI, Gabriel de Soares, cuja célebre: “Notícias do Brasil” é dessa época e com razão goza hoje de grande autoridade, descreve os Guayaná, entre Angra dos Reis e Cananéia (...), como sendo índios simples, não maliciosos, nem falsos e facilmente contentáveis, vivendo da caça, pesca e frutos silvestres (...)”.

Os Guaianá habitavam a mesma região que identificamos nos mapas de Kern (1994) acima, desta maneira se considerou que tal grupo poderia ser os ancestrais dos Kaingang.

Através das expedições litorâneas, de exploração e comércio de pau-brasil, feitas pelos portugueses no século XVI até o litoral do extremo sul do Brasil, que são estabelecidos os primeiros contatos com outros grupos nativos. Os grupos acabaram recebendo o nome de Guaianá por serem diferentes em costumes e língua dos Tupi-guaranis mais conhecidos dos portugueses nesta época do descobrimento.

Segundo Meliá (1984), esses grupos com costumes, tradições e línguas diferentes dos Guaranis habitantes das matas de araucárias que se estendem do planalto paranaense até o território sul rio-grandense. Viviam da caça, pesca e coleta, e na época havia abundância de frutos, principalmente, o pinhão (fruto da araucária). Como já mencionado os primeiros registros do modo de ser e os costumes dos Guayanas foram descritos entre 1628 e 1630 pelo Pe. Montoya, por ocasião da fundação da Redução da

Conceição dos Gualachos nas margens do rio Piquiri, no Paraná (Pe. Montoya, 1630 apud D'Angelis e Veiga 1996).

Apesar desse contato inicial, os Kaingang permaneciam vivendo livres e independentes, sem a interferência dos missionários e longe do assédio dos bandeirantes, segundo a avaliação de Melia. Porém ao contrário da opinião de Meliá (1984), Rubens Neis (1975) recorre ao conhecido historiador Guilhermino Cesar para descrever que a vida dos Kaingang não foi muito tranqüila assim. Na sua interpretação do contato que aconteceu, diz:

“As tribos do litoral foram dizimadas ou rechaçadas, internando-se para oeste, desde as primeiras entradas de resgate empreendidas pelos pombeiros da Vila de São Vicente (...). Ao norte de Santo Antonio da Patrulha na subida da Serra e nos campos de São Francisco de Paula encontravam-se também na primeira metade do século XVII os índios denominados Caáguas, que igualmente desapareceram no século anterior ao povoamento luso, em consequência das incursões das bandeiras paulistas”.

Percebe-se que os Caaguás sofreram com o avanço e ataques dos bandeirantes paulistas e recuaram para as encostas e campos de Cima da Serra, para o planalto, onde no século XIX novamente estabeleceram contatos com o colonizador.

Laroque (2000) divide o período de 1500 a 1850 em quatro etapas. Segundo o autor é desta maneira que se desenvolveu a política indigenista brasileira:

“Primeiro período (1500-1755): cativo e liberdade dos índios – predomínio missionário; Segundo período (1755-1798): liberdade para servir e negociar – legislação pombalina e predomínio da legislação civil; Terceiro período (1798-1845): guerra ao bárbaro; e no Quarto período (após 1845): militares e capuchinhos”.

É nesse contexto de políticas indigenistas oscilantes, que de uma maneira ou de outra se passa a influenciar a vida dos povos indígenas do país. Contudo, somente no século XIX, os Kaingang novamente estabeleceram contatos mais freqüentes com as frentes de expansão e colonização.

1.3 – A Fundação dos Três Grandes Aldeamentos para os Kaingang no Século XIX

1.3.1 – O Mito de Origem dos Kaingang

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada pelos nossos antepassados. Só o cume da serra Crinjijimbé emergia das águas. Os Caingangues, Cayurucrês e Camés, Curutuns nadavam em direção a ela, levando na boca achas de lenha incendiada. Os Cayurucrês e Camés cansados afogaram-se e suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e alguns poucos Curutuns, alcançaram a custo o cume de Crinjijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exigüidade de local,

seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram um canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente. Gritaram eles às saracuras que se apressassem e estas assim o fizeram, amudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las; em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros em galhos das árvores transformaram-se em macacos e os Curutuns em bugios. As saracuras vieram, com o seu trabalho, do lado donde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas para o poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjijimbé. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Cayurucré, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abriu uma vereda por terreno pedregoso, machucando ele, e os seus, os pés incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Cayurucré que consentiu que a bebesse quanto necessitasse. (...) marcharam a reunir-se aos Caingangues. Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos Caingangues e deliberaram casar os moços e as moças. Casaram primeiro os Cayurucrés com as filhas dos Camés, estes com as daqueles, e como ainda sobravam homens, casaram-nos com as filhas dos Caingangues. Daí vem que Cayurucrés, Camés e Caingangues são parentes e amigos (BORBA, 1908)²⁹.

O que podemos dizer com a análise do texto sobre o Mito de Origem, é que na sua leitura percebemos como esta história resumida em praticamente uma página ajuda a entender melhor o panorama geral da pré-história e história dos séculos XVI, XVII e XVIII do povo Kaingang. Alias recorte este que é arbitrário, pois para os Kaingans esta divisão não faz sentido.

A ocupação durante séculos do espaço que hoje conhecemos como Planalto Meridional do Brasil, fez este povo organizar-se e produzir toda uma história que esteve oculta durante muito tempo. Contudo ela é atualmente cada vez mais explorada para tornar o povo Kaingang protagonistas de uma história única e no mínimo instigante.

Sendo assim, percebemos que a ocupação do planalto se deu em dois momentos distintos. Primeiro: segundo o mito, na fuga de uma inundação, como se vê nas primeiras páginas do texto referente ao mito de origem e, segundo nos primeiros

²⁹ - Os dados do Mito de Origem dos Kaingang trazidos por Borba (1908) foram tirados da dissertação de mestrado de BIASI, Renato. HISTÓRIA E UTOPIA NA TERRA INDÍGENA LIGEIRO: A Presença da Igreja Católica entre os Kaingang na Região Norte do Rio Grande do Sul. São Paulo. PUC. 2009. Ao falar do Mito Borba diz que tal informação foi descrita a partir da narrativa de um cacique Kaingang da região do Paraná.

séculos do descobrimento, onde a fuga para o planalto se deu devido ao avanço da colonização.

Em ambos os momentos, a ocupação do planalto permite aos Kaingang organizar-se socialmente de acordo com o seu mito de origem. O grupo recuou para o interior das matas de araucárias para fugirem dos mosquetes, espadas e doenças que os dizimava. Conhecendo, repassando e convivendo conforme o mito de seus antepassados. Os Kaingang conseguiam resistir, mantendo, forte os laços que uniam as suas duas grandes famílias Kamé e Kairukrê. Estes dois clãs formavam e ainda hoje em celebrações rituais é relembrado como principal elemento cultural formador do grupo Kaingang.

O aldeamento vem a ser um acontecimento importante na vida dos Kaingang, pois esta forma de agrupamento, nada mais era do que uma tentativa de manter essa população sob controle e confinados em um lugar definido, sob a “proteção” do Estado. Esta concentração populacional de certa forma pretendia eliminar a idéia de uma unidade existente entre as duas famílias, no caso a Kamé e Kairukré, através da ação missionária. Além do mais a fundação dos três primeiros aldeamentos nos anos finais de 1840 representava a definição de espaços, isto é, o planalto como sendo local de origem e preferência dos Kaingang.

Laroque (2000) faz referência ao mito de origem para explicar, porque da preferência dos Kaingang em ocupar as regiões de planalto, afirma o autor:

“O território para os Kaingang não era apenas o lugar geográfico de onde eram obtidos os recursos para subsistência, mas, semelhante a muitas outras sociedades indígenas, é um espaço de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas (Seeger e Castro, 1979). Em vista disso, podemos dizer que o território ocupado pelos Kaingang no século XIX, (...), funcionava não somente como um espaço para a busca da caça, da pesca, da coleta de pinhão e demais recursos, mas também como uma realidade construída para que seu sistema de crenças e de conhecimento pudesse intensamente ser vivido. Outro aspecto a ressaltar é que às sociedades Jê da qual os Kaingang fazem parte, parecem não definir sua identidade em relação a uma geografia determinada, ou seja, sua organização social, por assim dizer, se representa em termos conceituais, antes que geográfico. Neste sentido, apoiada em depoimentos Kaingang e dados históricos temos a hipótese levantada por Kimiye Tommasino (1995), em a construção do território Kaingang e o fato de fixarem-se preferencialmente em regiões de planalto remetem ao mito de origem onde há a referência

da Serra Krinjijimbé³⁰. Segundo a autora os Kaingang estavam em processo de expansão, e o seu estabelecimento ao longo dessas áreas não se deu aleatoriamente, (...)”.

Para Becker, os anos de 1800 marcam o início de um contato muito mais intenso que os séculos anteriores, entre os Kaingang e os colonos que chegavam para ocupar os novos espaços onde viviam os nativos. O século XIX marca o fim da colônia em 1822, e sinaliza o início do Brasil império que perdurará até 1889, quando se inicia a república.

A política indígena expressa na legislação, sempre oscilou conforme os interesses do colonizador. Outro dado importante é marcado pela chegada da família real em 1808. Desde então o príncipe regente João VI, passa a publicar as Cartas Régias em 13/05/1808, 24/08/1808, 05/11/1808 e 01/04/1809 reinventando as “guerras justas” e a escravidão indígena. Ainda segundo Laroque (2000) essa ação assinalou um forte retrocesso em relação aos avanços obtidos frente à legislação do século anterior.

No Rio Grande do Sul como informa Laytano (1957) em 1814, um censo realizado na Província revelava que aqui viviam, neste ano, 8.655 indígenas. Este número se refere à indígenas de aldeamentos Guaranis já existentes nessa época. Os Coroados passam a estabelecer contato com as primeiras levas de imigrantes que chegam, em 1824, o que traz mudanças substanciais nos povoamentos da região (Nonnenmacher, 2000). A primeira colônia alemã fundada foi a de São Leopoldo.

As primeiras colônias passam a sofrer alguns ataques dos Coroados³¹, nome dado aos Kaingang no século XIX. Após os confrontos o termo “selvagem” passa a ser generalizado (Becker, 1976). O objetivo das políticas neste período passa a ser de aldeamento dos indígenas para se poder amansar, cristianizar, civilizar e integrá-los.

As ações ou correrias, como chamam alguns autores da época, dos Coroados fez segundo Dornelles (2010), eles serem personagens constantes nos discursos e discussões sobre o futuro indígena dado o estado de enfrentamento e negociação que articularam com os mais distintos grupos sociais. Entretanto, na historiografia priorizou-se tratar dos confrontos de modo a justificar certas ações violentas ou restritivas. Afirma Monteiro (2001, apud Dornelles, 2010):

³⁰ - Krinjijimbé, traduzindo esta palavra para o português Krin – seria estrela, jijim – significa casa e bé – seria sempre. A palavra toda significaria, então, os Kaingang fugiram para “a sempre casa das estrelas” ou para a “casa das estrelas”.

³¹ - A palavra, “COROADO” aparece na literatura do Rio Grande do Sul no século XIX. O nome faz referência ao grupo indígena que atualmente conhecemos pela denominação de Kaingang. Segundo escritos da época e em Becker (1995), o nome é dado ao grupo devido ao tipo de corte de cabelo que usavam, igual a de padres franciscanos, mas é sabido que nem todos grupos Kaingang usavam ou cortavam o cabelo desta forma.

“Para justificar a violência nua e crua, era necessário retratar os índios como animais sanguinolentos, totalmente arredios aos avanços dos brancos. No entanto, diversos relatos e projetos do século XIX permitem entrever que as situações locais de contato eram mais complexas. Assim, no caso dos Kaingang e Xokleng de Paraná e Santa Catarina, por trás dos assaltos aparentemente vingativos e irracionais praticados pelos índios estava uma certa articulação com a expansão da colonização.”

Somente depois que a Revolução Farroupilha terminou (1835-1845) é que o Império do Brasil definir algumas regras mais claras para a “política indígena”. É neste contexto que surgem as propostas de aldeamentos, o tal “Regulamento das Missões”.³² O debate em torno dos aldeamentos, em meados do século XIX, tornou-se mais intenso, pois as novas colônias precisavam desenvolver-se e para isso era necessário avançar para os sertões, onde viviam os Coroados (Marcon,1994).

Simultaneamente ao trabalho de aldeamento os indígenas, também, são levados a aceitar a presença dos missionários, que queriam empreender a catequese dos silvícolas reduzidos em aldeias. O primeiro Pe. Antonio de Almeida Leite Penteadado em 1845 deslocou-se para Guarita em companhia de policiais militares, pretendia levar as primeiras luzes do cristianismo ao seio dos toldos dos indígenas (Marcon, 1994).

Como o contato estabelecido em 1845 não demonstrou avanços, o Pe. Bernardo Parés após estabelecer conversações com o Presidente Conselheiro Manuel Antônio Galvão em 1847 e recebendo a promessa de auxílios, deslocou-se para Cruz Alta e depois para Guarita. Para Parés o número de selvagem havia baixado, para ele a causa seria as continuas guerras dos diversos grupos entre si e a luta feita pelos brancos a todos eles, Lutterbeck (1977).

Segundo Lutterbeck (1977), bastaram apenas uns dias de estada entre os indígenas para o Pe. Parés fazer-se amigo de toda tribo e convencer com certa facilidade os chefes, no sentido de mandarem dois embaixadores com ele para Porto Alegre. Veio o filho do cacique, outro indígena e um menino de cinco anos presenteado ao Pe. Parés. O pequeno era órfão, o pai morreu em guerra. O próprio Presidente honrou-se com o gesto de ser o seu padrinho na capital. O contato estabelece 1848 como o ano de fundação do aldeamento de Guarita.

Após conversações feitas Parés voltou para Guarita e de lá em 1849 empenhou-se na mata novamente para visitar a aldeia de Nonoai. E depois de Guarita e Nonoai, o Pe., realizou esforços para fundar uma terceira missão. O incansável

³²-KODAMA, Kaori. Op.cit, p.249-255.

missionário fundou Campo do Meio, situado no então Distrito de Vacaria. Eram três estações missionárias entre os indígenas no fim de 1849 (Lutterbeck, 1977). Por esta informação podemos concluir que não estava se fundando bem um aldeamento para os Kaingang, mas sim uma capela para igreja católica catequizar os indígenas.

Nos anos de 1848 e 1849 foram consolidados os aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio. Percebemos que nos anos de 1850 á 1870 surge uma constante mobilização na tentativa de deslocar os Coroados de Guarita, chefiados por Fongue e os de Campo do meio, sob o comando do cacique Braga e Doble para Nonoai (Becker, 1976). Através desses deslocamentos fica evidente que o desejo do governo da província era oferecer novos espaços para a colonização.

Buscou-se criar os vazios demográficos identificados por Mota (1994) em se trabalho: “As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná.” O que mostra que a política de colonização do estado do Paraná não era diferente da praticada no Rio Grande do Sul.

A lei de terras de 1850 contribuiu em muito para o avanço da colonização para os aldeamentos fundados Guarita, Nonoai e Campo do Meio. A criação da Lei de Terras em 1850 deu inicio a um novo regime fundiário para substituir o sistema de sesmarias, desta forma inaugurou-se o acesso á propriedade privada terra, desde que fosse comprada em dinheiro. O Estado de uma forma geral protegeu o latifúndio, o qual ampliou ainda mais as imensas propriedades, vedando o acesso á terra aos escravos livres, trabalhadores nacionais (caboclos), imigrantes pobres e é claro não podemos deixar de fora os indígenas que foram totalmente desconsiderados a qualquer tipo da posse da terra (Nascimento, J. A. M. 2001, apud Santos, M. C. dos. 2002).

Para Zarth (1997), a lei de terras não teve muitas influências na vida dos imigrantes para o Estado, pois estes “recebiam a terra para pagar em longo prazo e ainda recebiam subsídios para praticarem uma agricultura de subsistência nas áreas florestais”. [...] O imigrante não veio para servir de mão de obra á grande propriedade, como em São Paulo, por exemplo, mas sim para ser um pequeno proprietário e produtor agrícola. O governo, com a lei de terras, aqui no Rio Grande do Sul facilitou empréstimos bancários, prolongando o pagamento do lote, com a primeira parcela para três anos após sua instalação. Já os “caboclos” não obtiveram as mesmas oportunidades dadas ao europeu e não puderam apropriar-se da terra, foram sim, forçados a trabalhar de peões de estâncias ou na instalação de infra-estrutura, estrada e desmatamento para os últimos (SANTOS, 2002).

Os imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, não ocuparam as grandes extensões de terras dos latifundiários, mas sim as terras dos caboclos e dos indígenas. Esse processo de ocupação estendeu-se até meados do século XX. O processo de expropriação sofrido pelos Kaingang e caboclos intensificou-se tanto pela aplicação da Lei de Terras na província. O avanço dos latifundiários obrigou os trabalhadores nacionais a se deslocarem para outros lugares, mesmo os indígenas que haviam visto a grande diminuição de seus territórios com a fundação dos aldeamentos, agora viam este pequeno espaço de terra, também, sendo diminuído e alguns até mesmo extintos (Farinatti, 1999, apud, Santos, 2002).

As investigações dão conta que já em 1861 a 1865, Campo do Meio não existe mais, passando a ser fragmentada e deste aldeamento acabou surgindo, assim, vários outros pequenos toldos (Marcon,1994). Dos três aldeamentos, citados acima, ao que parece apenas o Toldo de Nonoai é o que foi demarcado pelo governo do Estado com uma área de 420 mil hectares (Zero Hora, 13/09/1998). Guarita e Campo do Meio são toldos que não foram demarcados, não encontramos nenhum dado sobre quantos hectares mediam estes toldos. Notamos, no entanto que de 1850 a 1865, o governo estadual concentra seus esforços em transferir ou deslocar os indígenas que viviam nestas aldeias, Guarita e Campo do Meio, para Nonoai.

Este esforço não deu o resultado esperado, pois os Kaingang não permaneceram em Nonoai e acabavam voltando para seus antigos territórios, mas agora tendo que disputar o espaço com fazendeiros que haviam expandido seus domínios, favorecidos pela lei de terras de 1850 e pelo esforço do governo em criar o vazio demográfico para facilitar a colonização. Como a lei de terras estabelecia se que os ocupantes, para legitimar seus domínios, precisavam registrar em cartório a quantia de terras que possuíam, ficando claro que os indígenas na época nem imaginavam o que estava acontecendo e mesmo que soubessem, talvez, não conseguiriam fazer com tanta facilidade os encaminhamentos necessários para se registrar uma terra.

Uma informação importante de se registrar sobre o período é quanto ao Toldo de Ligeiro fundado entre os anos de 1846 e 1850, na oeste da colônia de Sananduva, município de Lagoa Vermelha Becker (1995). Os dados são, praticamente, os mesmos descritos para o aldeamento de Campo do Meio, quanto ao número de pessoas. Em 1998, em entrevista com o ex. cacique Leonídio Braga, descendente da família Braga do século XIX. Braga falava que o Ligeiro foi dado para eles depois de uma briga entre os

Braga e Doble. A informação é interessante por que Mabilde³³ (1983), engenheiro belga, que ficou prisioneiro dos Coroados por dois anos, em meados do século XIX, também, registra esse acontecimento entre os Coroados. Mabilde teria feito uma tentativa de aproximação entre Braga e Doble alguns anos depois do ocorrido, sem sucesso. Ambos, principalmente, Braga teria preferido aldear-se em local distante do grupo de Doble.

A tabela a seguir mostra os aldeamentos que surgiram no Rio Grande do Sul, pelo menos, para a segunda metade do século XIX, a partir da fragmentação dos três primeiros aldeamentos que se fundou. E como podemos observar o aldeamento de Campo do Meio nas investigações é o que mais se fragmenta, dando origem a novas aldeias pequenas:

Quadro síntese dos Postos Kaingáng no Rio Grande do Sul

Postos	Localização (atualizada)	Data aproximada de fundação	Área inicial (?)	População inicial	Ano da extinção	População (último dado)
Conceição	Ijuí	1630	?	3.000	?	-
Guarita	Tenente Portela	1848	23.300ha	+ -1.000	-	+ - 1.100(1975)
Nonoai	Nonoai	1848	34.900ha.	144	-	1.242(1975)
Santa Izabel	Santo Antonio	1849(?)	?	187	1861	-
Pontão	Lagoa Vermelha	1849(?)	?	138	1901?	-
Ligeiro	Tapejara	1850(?)	4.550ha.	90	-	350(1975)
Campo do Meio	Marau	1850(?)	?	90	1880?	-
Inhacorá	Santo Augusto	1880(?)	5.773ha.	250	-	228(1975)
Estiva	Palmeira	?	+ - ½ lég.	126	?	-
Cacique Doble	Machadinho	1862(?)	4.596ha.	58	-	346(1975)
Caseros	Lagoa Vermelha	1862(?)	?	58	?	-
Pinheiro Ralo	Nonoai	1880(?)	?	140	?	217(1887)
Campina	Palmeira	1850(?)	+ - ½ lég.	159	-	-
Votoro	Erexim	1850(?)	?	?	-	+ -400(1972)
Água Santa	Tapejara	?	600ha.	?	-	124(1975)
Serrinha	Sarandi	?	4.725ha.	?	-	176(1957)
Campos de José						
Bueno	?	?	?	?	-	50(+ -1850)
Erexim	Erexim	?	?	?	-	180(1910)
Ventarra	Getúlio Vargas	?	753ha.	?	-	168(1957/8)
Fachinal	Lagoa Vermelha	?	?	?	-	+ -500(1938)

Os dados atuais (1975) foram fornecidos por Chefes de Postos ou Pesquisadores em campo.

Fonte: Itala Becker (1995).

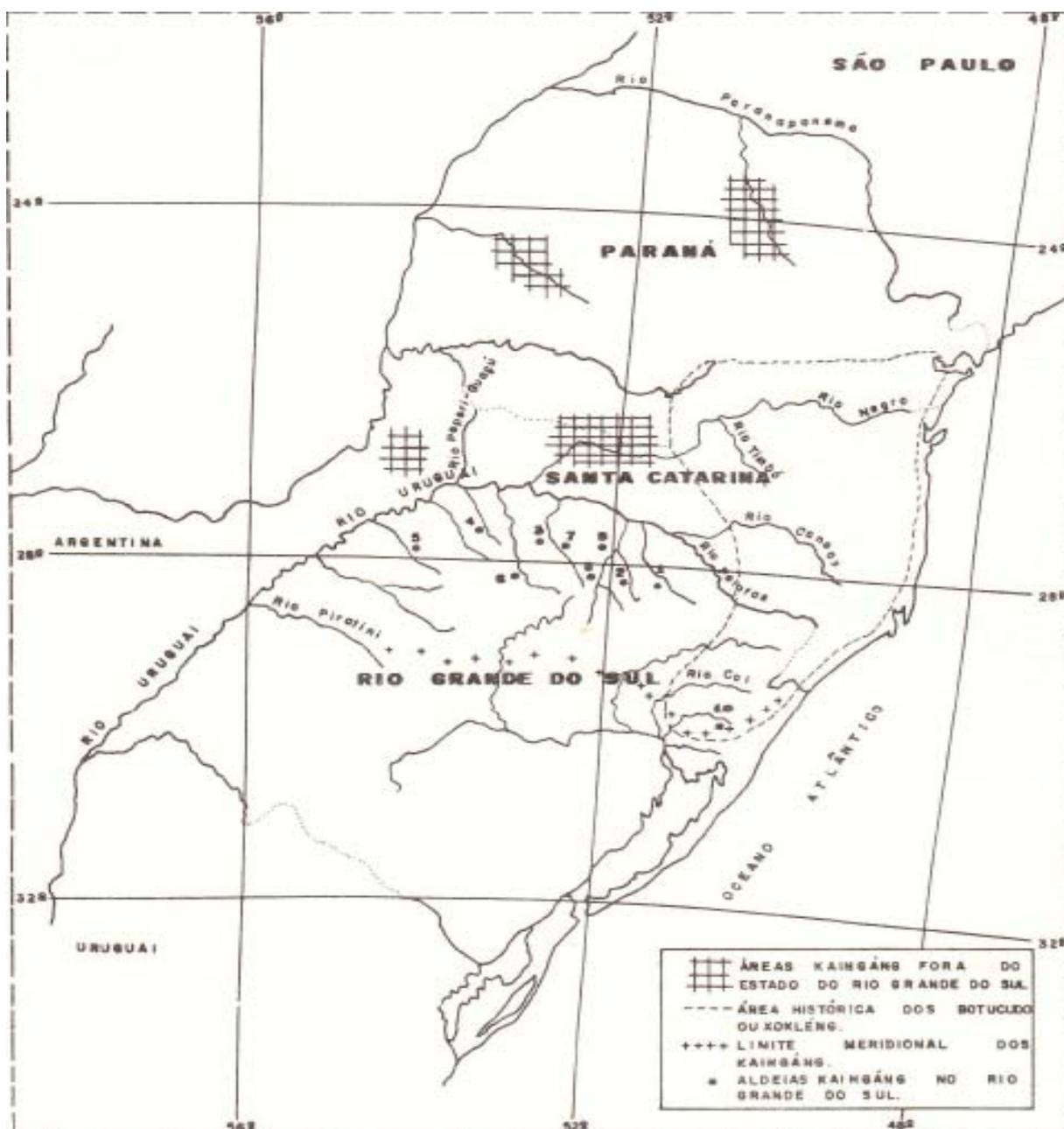
Percebemos que o esforço em deslocar todos os indígenas, habitantes das regiões norte e noroeste da província para a área de Nonoai, objetivava-se dar espaço para a

³³ - MABILDE, Pierre F. A. B. Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul. São Paulo: IBRASA, INL/Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

colonização que avançava e através da aberturas de estradas que devastava os alojamentos de bugres como falava Mabilde em seus escritos, (Mabilde, 1983).

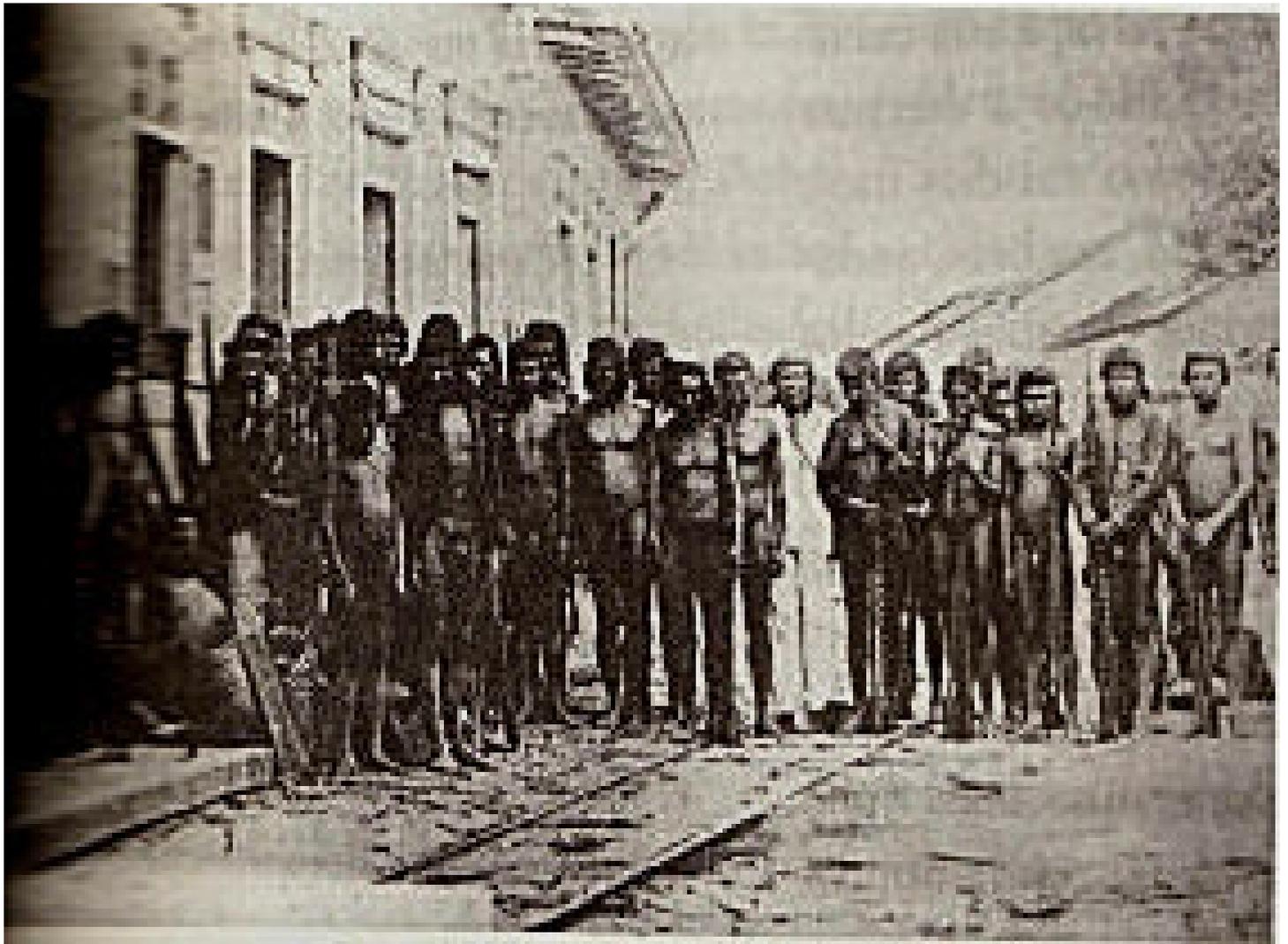
Com o passar dos anos algumas aldeias acabaram sendo extintas e os Kaingang em 1910 se encontram refugiados no centro da região norte do Estado, onde a partir deste período o SPI em negociação com o Estado, acaba demarcando algumas terras, criando a distinção entre Postos e Toldos³⁴ para os indígenas do Rio Grande do Sul. Podemos perceber mapa a seguir que alguns toldos já não existiam mais, quando a agência oficial chega á região, é o caso do Toldo 10 – Santa Isabel que para o início do século XX não existe mais Becker (1995).

³⁴ - Quando o SPI (Órgão Federal) chegou ao Rio Grande do Sul a partir de 1910. O governo deste Estado dizia que os indígenas aqui já encontravam-se aldeados. Mesmo assim, no ano de 1911, o SPI ajudou a demarcar algumas aldeias, entre elas a hoje Terra Indígena Ligeiro que no ano de 1918 passa para a administração do órgão. Mais tarde, em 1940 o SPI, também passa a administrar as Terras Indígenas de Guarita, Nonoai e Cacique Doble. Essas Reservas Indígenas são a partir de então chamadas de Postos Indígenas sob o controle do SPI e as que permaneceram sob a administração do Estado continuaram a ser chamadas de Toldos Indígenas.



Créditos, Becker (1995).

Quando no início dos anos 1900 chegaram ao Rio Grande do Sul os agentes do SPI, funcionários do órgão federal responsável pela ação tutelar aos índios, lhes foi informado que no Estado todos os indígenas já estavam aldeados em toldos. Porém, a imagem a seguir, nos faz pensar e nos deixa intrigado sobre o que estes Coroados estão fazendo em uma região completamente colonizada e como dizem alguns escritores da época, sem vestígios de indígenas, no início do século XX.



Grupos de índios coroados (Kaingangues) habitantes da região do rio dos Sinos, no município de São Leopoldo, no início do século XX. ENGELMANN, 2004, p. 316.

Fonte: Povos Indígenas, Boeira e Tau Golin, (2009).

Outro dado interessante para o final do século XIX é quanto ao nome que o grupo passa a receber. Para os anos de 1800 principalmente no Rio Grande do Sul, os Kaingang eram chamados de Coroados, mas, também, foram chamados ao longo de anos anteriores de Tapuiás, Guaianás, Gualachos e outros...

Nota-se que os nomes dados aos Kaingang ao longo dos últimos cinco séculos foram os mais variados. Para Mabilde (1983), como descrevemos inicialmente, os indígenas Guaranis conheciam os Coroados pelo nome de Caáubaba e muitas vezes, os

padres jesuítas ensinavam aos Guaranis a Chamarem os Coroados de Curupira (diabo do mato) e de Tapyá–Caápora (homem bravio, mau, gentio).

O nome “Kaingang” foi introduzido ao grupo em 1882, por Telêmaco Morosini Borba, para designar os índios não-guaranis dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Telêmaco a denominação de Kaingang é própria do grupo e o significado seria então Kaa – árvore, mato e ingang – morador do. O que significaria, então, “morador do mato”. Porém, para o grupo, apenas Kanhgág já define o significado, que seria “HOMEM”.

Conforme a literatura especializada, o termo Kaingang foi atribuído ao grupo, por meados de 1882 por Telêmaco Morosini Borba, e consolidado por Metraux em – “The Caingang (1946)”. Ao que parece o nome “Kaingang” acabou sendo bem aceito pelo grupo. Pois esta classificação além de conferir nome ao grupo e a língua que falam, permanece em uso até os dias atuais servindo para identificar este grupo Jê localizado no sul do Brasil.

2 – CAPÍTULO I: AS AÇÕES DO SPI NAS TERRAS INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO SUL: Tutela, Projetos e Repressão aos Kaingang

Fóg ag pã'ĩ mág, ag tóg SPI han mũ, ag Kanhgág ag tỹ rĩr jẽ. Hã ra Kainhgág ag vĩn ki, ag tóg vësa rënhka nỹ tĩ, ag jamã ki. SPI han ag tóg, kỹ Brasil kã ki fóg ag tóg, ag jënkreg ki Kanhgág ù hán han. ã ra ãg ùri ve ka, ag ne ãg mỹ, ãg ga tỹ kãsr ke tavĩn jág. ãg ga tág kãki, ãg jóg kofa ag tóg vësa rënhka nỹ tĩ.³⁵

2.1 – A Criação do SPI nos Anos Iniciais da República

A análise da documentação e da bibliografia sobre o período que corresponde aos anos de criação do SPI, em 1910, até a sua extinção 1967, nos revelam um grande silêncio sobre a história dos Kaingang no Rio Grande do Sul. Os relatórios e as publicações oficiais sobre as ações desenvolvidas pela agência oficial, SPI, junto aos Kaingang registram uma versão que se contradiz com os episódios narrados por estes indígenas a respeito do mesmo período. Nesse sentido, o presente capítulo procurou através do uso da metodologia da “história oral”, recuperar a “voz dos Kaingang” e com as informações que surgirem preencher a lacuna existente na historiografia sul brasileira.

Autores como Marcon (1994), Souza Lima (1995), Melati (1984), Ribeiro (1982), Cunha (1992) e Oliveira (1999) são alguns dos principais estudiosos que trabalham com o tema “SPI”. Nos primeiros anos da República no Brasil, a política para os povos indígenas estava dividida em três propostas. Segundo Marcon (1994), o debate sobre o que fazer com os povos indígenas se desenrolou em torno das supostas idéias defendidas pelo então, na época, diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering e as propostas defendidas pelos positivistas que agora faziam parte do governo republicano. Outra linha de ação que ainda permanecia vigente no início do século XX era a que defendia a tradicional catequese levada por missionários cristãos que com a pregação religiosa, através das escolas e aldeamentos pretendiam controlar e despojar os indígenas de suas culturas.

Von Ihering, autor de alguns artigos sobre populações indígenas no Brasil e em um destes, apresentado na “Exposição Universal de São Luiz”, iniciou um debate polêmico com positivistas e com indigenistas estrangeiros. Depois da apresentação e

³⁵ - As frases escritas em Kaingang são traduzidas da seguinte maneira: O presente capítulo, pretende mostrar que o governo republicano passou a pensar a criação de um órgão para assumir os assuntos referentes a “Questão Indígena” no país. Na voz Kaingang o período é de sofrimento para os Kaingang.

publicação do texto iniciou um intenso debate, no qual Ihering foi acusado de estar defendendo e propondo o “extermínio dos indígenas” no Brasil (Marcon, 1994). A polêmica criada junto aos positivistas, que rechaçavam a proposta etnocida, acabou contribuindo para consolidar a tutela, pois levou estes a assumir e desenvolver políticas para os povos indígenas de todo o país, principalmente a partir dos anos de 1910.

Como se percebe, a República no Brasil precisava, então, pensar uma ação diferente daquela aplicada pela Monarquia quando se tratava da questão indígena. Era necessário criar outra forma de dominação que não fosse aquela das guerras de extermínio muitas vezes declaradas pelo Império. Essa prática de extermínio tinha suas bases mais profundas nos anos anteriores à independência, isto é, vinha do período colonial. Como exposto anteriormente, dom João, depois de sua chegada ao Brasil em 1808, publicou inúmeras cartas régias, declarando guerra aos indígenas que resistiam ao avanço da colonização para dentro de seus territórios (Laroque, 2000).

Para colocar em prática a nova proposta, durante a República passou a vigorar a política de tutela como forma de dominação dos povos indígenas. Assim, se passou a defender a teoria de que estes povos se encontravam em um estágio inferior e precisavam ser conduzidos ao estágio de civilização. Para isso, em 1910 o governo federal criou o SPILTAN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais) que mais tarde passaria apenas a ser conhecido de SPI. A administração desta agência federal passou para o Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, militar, ligado as correntes positivistas. O órgão foi criado junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio seguindo a previsão de um decreto de 1906 (Souza Lima, apud Carneiro da Cunha, 1992).

Dentre os trabalhos a serem realizados pelo SPI, estava a de identificação e demarcação de terras para os indígenas. Para os grupos arredios a ação era de atração e aldeamento, sendo realizado da seguinte maneira, segundo Morel (2009)³⁶:

“De início, eram recrutados para compor a equipe, trabalhadores locais ou mesmo indígenas falantes da mesma língua que o grupo em foco e já habituados ao convívio com os não indígenas. Em seguida, erguia-se o Posto de Atração, numa área além da última moradia regional existente e mais próxima da aldeia, mas sem se acercar demais. Plantava-se uma roça para servir à equipe, permitindo, também, aos indígenas que colhessem. Eram depositados brindes em pontos estratégicos, esperando que os indígenas recolhessem. Os ataques eram freqüentes, mas nunca respondido a bala. Era um processo que levava meses,

³⁶ - MOREL, Cristina Massadar e MOREL, Marco. ALMANAQUE HISTÓRICO RONDON: A Construção do Brasil e a Causa Indígena. Brasília: Abravideo, 2009.

e até mesmo anos, batizado de “namoro”: longas esperas, altos e baixos, momentos delicados e tensos, até que se dava o encontro e o convívio(...)”.

Mesmo diante deste trabalho do SPI, a catequese dos indígenas, também, continuou, agora sem muita força, mas seguiu sendo uma das principais bandeiras. Assim o trabalho do SPI se espalhou para os quatro cantos do país. E um dos lemas criados na época para os agentes do órgão seria a frase citada por Rondon que dizia: “morrer se preciso for, mas matar nunca”. Isso significa que o trabalho de atração deveria acontecer sem o uso extremo da violência. Desta maneira, o SPI chegou aos estados do sul, estabelecendo uma de suas “Inspetorias” na cidade de Curitiba e um de seus primeiros Postos de Atuação foi na hoje Terra Indígena Ligeiro com os primeiros trabalhos iniciados entre os anos de 1918 a 1920.

2.2 – O Início dos Trabalhos do SPI no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul e em meio ao debate nacional sobre a questão indígena, vários aldeamentos foram surgindo no final do século XIX. Como já vimos na introdução da presente abordagem, dentro do território tradicional Kaingang evidenciado por estudos sobre o período anterior ao descobrimento, foram fundados três grandes aldeamentos, que são: Guarita, Nonoai e Campo do Meio.

O que concluímos ao reunir as peças deste grande quebra cabeça que a pesquisa nos apresentou, após as leituras de relatórios e das bibliografias que serviram de suporte são reveladoras e de grande importância para História Kaingang, e diz o seguinte: foi a partir da aplicação da lei de terras de 1850 que no Estado gaúcho iniciou um movimento de retirada dos Kaingang de Guarita e Campo do Meio. Estes grupos liderados por Fongue³⁷ e Braga³⁸, caciques principais na época e do cacique subordinado Doble, foram convencidos a se deslocarem para Nonoai. Não por acaso este é o único aldeamento, dos três fundados, demarcado no Rio Grande do Sul, com uma área de 420 mil hectares (Zero Hora, 1998).

³⁷ - A figura do Cacique Fongue surge na década de 1840 para literatura na obra: “Império dos Coroados” de um jornalista da cidade de Cruz Alta no Rio Grande do Sul (Tau Golin, 2009).

³⁸ - O cacique Braga no trabalho de Pierre F. A. B. Mabilde em: “Apontamentos sobre Indígenas Selvagens da Nação Coroados nos Matos da Província do Rio Grande do Sul. Mabilde narra sua experiência de contato que teve com os Coroados liderados por este cacique. Um dos acontecimentos que o autor narra é suposta tentativa de golpe levada a cabo pelo cacique Doble subordinado de Braga. A partir deste momento Doble ao que parece passou a prestar serviço ao governo do Rio Grande do Sul, passou a capturar seus irmãos Coroados levando-os a aceitar o aldeamento que acontecia no período (Mabilde, 1983).

Contudo, os Kaingang não permaneceram por muito tempo em Nonoai e assim como outros pequenos grupos que retornaram no meio do caminho, acabaram retornando para suas antigas moradas, isto é, voltaram para seus antigos territórios. Esse movimento fez surgir vários outros aldeamentos a partir da década de 1861, principalmente, na região do antigo território de Campo do Meio, pois os Kaingang encontraram suas terras dominadas por fazendeiros. A resposta a esta ocupação, foi ocupar os fundos destas fazendas obrigando o governo estadual a fundar pequenas aldeias.

Este acontecimento fez o cacique Fongue e seu grupo voltar para Guarita e dali surgiu, também, nesta época a aldeia de Ianhcóra. Na região de Braga e Doble surgiram vários aldeamentos e mesmo em Nonoai, aldeia que fora demarcada, surgiu o “Toldo de Serrinha” como veremos na demarcação feita em 1911. O que mostra que o avanço da colonização não foi algo organizado e controlado, pois se ocupou os espaços vazios, mas também, aquelas terras consideradas das aldeias.

Em 1861 no Rio Grande do Sul, os relatórios mencionam apenas dois aldeamentos, Nonoai e São Nicolau, quer dizer, uma aldeia Kaingang e uma Guarani, (Laytano, 1957). Isto demonstra que o governo estadual procurou aldear os indígenas Kaingang em uma só aldeia, em Nonoai, como vimos acima. Os aldeamentos de Guarita e Campo do Meio desapareceram, criando-se assim espaços para a colonização. O espaço demográfico vazio identificado por Mota (1994) em um de seus estudos sobre os Kaingang do Paraná, também, aconteceu no Rio Grande do Sul. Sem dúvida esta ação foi pensada para confinar os Kaingang em uma só área e desta maneira consolidar a sua “aculturação” e quem sabe integração, frente á proposta assimilacionista em vigor.

Como podemos identificar a volta dos Kaingang para dentro de seus antigos territórios não é algo recente e os anos de 1800 mostram esse movimento, que são comprovadas nas citações de Itala Becker (1995), quando trata das correrias feitas pelos Coroados nas primeiras colônias que surgiram. É importante que se registre a ida e a volta para o território que vinha sendo cada vez mais ocupado, seguiu-se a lógica do grupo, muito mencionada por Laroque (2000), é o que chamamos de “Ëg jámã”, que quer dizer “nossa terra”. Porque o Kaingang chama seu território de “Jámã”, porque com estas terras está estabelecida uma espécie de pacto, isto é, uma ligação muito forte com seus antepassados que ali estão enterrados e até mais, os seus próprios umbigos, que é parte do corpo Kaingang. Portanto, não é uma simples relação de terra como

mercadoria, ali a mãe terra esta guardando a memória de seus antepassados, guardando parte de nossos corpos, isto é, a história do povo Kaingang.

Quando os agentes do SPI chegaram ao Rio Grande do Sul, como mencionado, eles ouviram do governo deste estado que os indígenas encontravam-se todos vivendo em aldeias. As aldeias surgidas, como vimos, foram denominadas de “Toldos” e se encontravam sob a administração a Secretaria Estadual dos Negócios das Obras Públicas. Junto com esta secretária, o SPI, definiu a demarcação de 11 toldos em 1911.

Os aldeamentos surgidos antes da fundação do SPI em 1910 é o resultado da fragmentação, principalmente, do aldeamento de Campo do Meio que ainda estava sofrendo ataques do colonizador que a cada ano que passava avançava cada vez mais. Um dos exemplos que podemos citar e que permite exemplificar a ação dos agentes do governo é quanto à visita feita pelo diretor da Secretária de Estado dos Negócios das obras Públicas.

A visita foi feita pelo então diretor Carlos Torres Gonçalves, para os Toldos de Ligeiro e o de Faxinal. Estes toldos eram assistidos pela “Comissão de Terras do Estado de Erechim e Passo Fundo”. As informações contidas nos relatórios comprovam que a visita realmente aconteceu, mas muitas vezes se contradizem e o autor até reprime a ação desenvolvida por um de seus agentes chamado de Ricardo Zeni, encarregado de proteger os indígenas nesta região, diz o autor do relatório:

“O que está fazendo o cidadão Ricardo Zeni. Foi de toda a conveniência a minha visita a este Toldo, pois o cidadão Ricardo Zeni tem feito e esta fazendo, por forma alguma corresponde aos intuits protetores do governo do estado.”

Ao que tudo indica, no relatório, o cidadão Ricardo Zeni não estaria agindo conforme o governo queria, pois estaria criando, como veremos adiante, uma nova aldeia. Que intuito protetor é este, do governo gaúcho, que queria com esta visita extinguir um dos Toldos, de Ligeiro ou Faxinal, e reprimia a possibilidade de criação de uma nova aldeia no norte do Estado.

Pelo que se nota o diretor Torres Gonçalves era um dos responsáveis, pelas ações do governo estadual junto aos indígenas. Ele havia definido a área de onze reservas para seriam demarcadas em 1911, sendo que um dos toldos era destinado aos Guaranis e se chamava “Toldo do Lagoão”, localizado no 4º distrito do município de Soledade.

Não há referencia sobre a participação do órgão federal, SPI, nesses processos de demarcação de terras para indígenas no Rio Grande do Sul. Embora outros autores

como Marcon (1994) e as reportagens do jornal Zero Hora (ZH, 1998) trazem a informação de que a área total das aldeias passou a somar 98 mil hectares, como percebemos, esta área corresponde a um mísero cantinho se comparado ao Toldo de Nonoai, único aldeamento demarcado dos três toldos fundados em meados do século XIX, (Nonoai, Guarita e Campo do Meio). O Toldo de Nonoai, acima citado, foi demarcado em 420 mil hectares (ZH, 1998). O que podemos imaginar é que se esse número for somado a Guarita e Campo do Meio, o território Kaingang, embora reduzido, em três aldeamentos, poderia ser muito superior em área do que os 420 mil hectares demarcados para Nonoai.

O que podemos notar com esta informação, acima, é que as ações do estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito a terras indígenas foi o de reduzir ao máximo o grande território Kaingang. Primeiro fundou-se três grandes aldeias (Guarita, Nonoai, Campo do Meio). Uma destas aldeias, no caso Nonoai, chegou a medir 420 mil hectares. Estes hectares passaram a totalizar em 1911, apenas 98 mil hectares que era a soma dos onze toldos demarcados, incluindo Nonoai. Aqui podemos mensurar o quanto o espaço territorial dos Kaingang foi reduzido.

Como informa o relatório mencionado, a visita para os toldos de Ligeiro e Faxinal, ambos chefiados, o primeiro pelo cacique coronel Candinho e o segundo pelo cacique general Faustino Ferreira Doble, este último, como cita o autor, um velho índio de mais de 70 anos. A visita em si não era uma mera visita, mas sim, uma tentativa de convencer uma das lideranças a abandonar suas terras e se deslocar para outra, como veremos foi uma tentativa frustrada para o autor:

“Fiz uma tentativa de reunião dos dois toldos visitados. Cada cacique recebeu muito bem a minha proposta, e em nossa companhia seguiu espontaneamente do toldo do “Ligeiro” para o do “Faxinal”, para combinarmos o assunto, o ex-cacique Florêncio. Quando, porém, se tratou de ver qual devia abandonar as suas terras para se reunir às do outro, nenhum quis ceder, e desisti logo desse projeto que, entretanto, seria muito conveniente aos índios.”

As duas lideranças, tanto a do Ligeiro, como a de Faxinal não aceitaram a proposta de uma deixar suas terras e se deslocar para morar com a outra. A proposta do governo estadual mesmo assim prosseguiu e as vésperas da chegada dos funcionários do SPI, ainda procuravam diminuir os espaços ocupados pelos Kaingang e facilitar a ocupação destes espaços por colonos que chegavam à região. A proposta do governo, como fica evidente no final da citação acima, era o de extinguir um dos toldos, Ligeiro ou Faxinal. Talvez, aí esteja a frustração com a ação de um de seus agentes, o Sr.

Ricardo Zeni que naquele momento estava com sua ação junto aos indígenas criando mais um toldo, Cacique Doble, o que não era de interesse do governo naquele momento, criar novos espaços para população indígena.

No final de seu relatório o diretor C. Torres Gonçalves até apresenta como sugestão a exoneração deste agente da função que exercia, pois o mesmo como informa o relatório, na ocasião da visita estava criando mais outro toldo, quando divide a gente de Gen. Faustino do toldo de Faxinal e os desloca para um local distante 2 km da capela de Cacique Doble.

“Foi de toda a conveniência a minha visita a este toldo, pois o cidadão Ricardo Zeni tem feito e esta fazendo, por forma alguma corresponde aos intuitos protetores do Governo do Estado.... Pois bem, o Cid. R. Zeni, quanto a primeira dessas medidas, em vez de deixar os índios nas terras que ocupam, contrariando a vontade deles, em nome do governo, convidou-os a abandona, para se estabelecerem meia légua ao norte, a 2 quilômetros do lugar denominado “Cacique Doble”, onde estão estabelecidos alguns pequenos negociantes italianos”.

Podemos, então, a partir destes dados, acima, constatar e afirmar que o principal objetivo do governo estadual era diminuir o território dos Kaingang, extinguindo um dos Toldos: Ligeiro ou Faxinal e não criar outro como estava fazendo um dos seus agentes, o Sr. Ricardo Zeni. Na conclusão do relatório, o seu autor, diretor da Secretaria das obras Públicas acaba tendo que se conformar, digamos assim, com a demarcação do Toldo de Ligeiro e de Faxinal. A demarcação destes toldos teria ficado sob a responsabilidade do Engenheiro Serafim Terra, chefe da comissão de terras de Passo Fundo.

Junto com Toldo de Ligeiro e o Toldo de Faxinal, nesse ano de 1910 ainda existia mais nove toldos que são: Toldo do Inhacorá, 2 Toldos de Nonoai, de Guarita, de Caseros, de Carreteiro, do Venterra, do Erechim, do Votouro e o de Lagoão, este último de ocupação dos Guarani, como já citamos. Estes são os toldos apresentados ao SPI quando agentes deste órgão federal chegam ao Rio Grande do Sul em meados de 1910. Somam, então, doze toldos, por que em Nonoai são dois toldos, possivelmente um destes toldos seria o Toldo de Serrinha que passa a aparecer na documentação oficial nos anos posteriores.

A soma da população indígena que vivia nestes toldos, pelo que observamos do relatório e contando com os Guaranis do Toldo de Lagoão em 1910 era um total de 2.949 habitantes. Pelas informações de Marcon (1994) a área ocupada por esta população indígena é de 98 mil hectares. Se voltarmos para quase um século atrás como

1814, por exemplo, esse número de indígenas como citamos, também, na introdução deste trabalho era superior a 8.600 indivíduos. Nota-se, então, que se observarmos o número de pessoas indígenas no Rio Grande do Sul, esta estava desaparecendo. Sendo assim pode-se concluir que os governos deste Estado, estavam iniciando os primeiros anos do século XX com seus objetivos praticamente alcançados. Primeiro extinguindo a população indígena e, segundo, destinando suas terras para a colonização.

Um dos dados interessantes do relatório do diretor C. Tores Gonçalves é de que o mesmo reconhece os 11 toldos demarcados como os principais e descreve em um determinado momento de seu relato que “(...) junto e estes toldos demarcados existia várias outras pequenas aldeias espalhadas no Rio Grande do Sul”. Não se citou nome e nem localização destas aldeias, o que para nós, esta omissão não foi gratuita, pois o que se buscava era a redução do território indígena e não a criação de outros toldos.

Os Kaingang e mesmo os Guarani, atualmente estão buscando ocupar, também, a região onde estão localizadas estas pequenas aldeias. As reivindicações destas aldeias na maioria das vezes esta sendo negada, pelo governo estadual que diz que estas em momento algum foram reconhecidas pelo Estado, pois não aparecem em nenhum documento oficial. Não é difícil perceber que a própria ação do Estado criou este tipo de situação e com a qual não consegue dar, atualmente, a solução adequada aos indígenas.

Como veremos, adiante, ao longo dos próximos capítulos, mesmo os 98 mil hectares de terras demarcado em 1911 passam a sofrer uma sensível retração frente as sucessivas decisões dos governantes do Rio Grande do Sul. No total perderam uns 45 mil hectares mesmo com a presença da agencia federal no Estado, pois o SPI volta para o Rio Grande do Sul em 1918 e passa a assumir a direção/administração do Toldo de Ligeiro.

2.3 – Terra Indígena Ligeiro: as ações e projetos do SPI

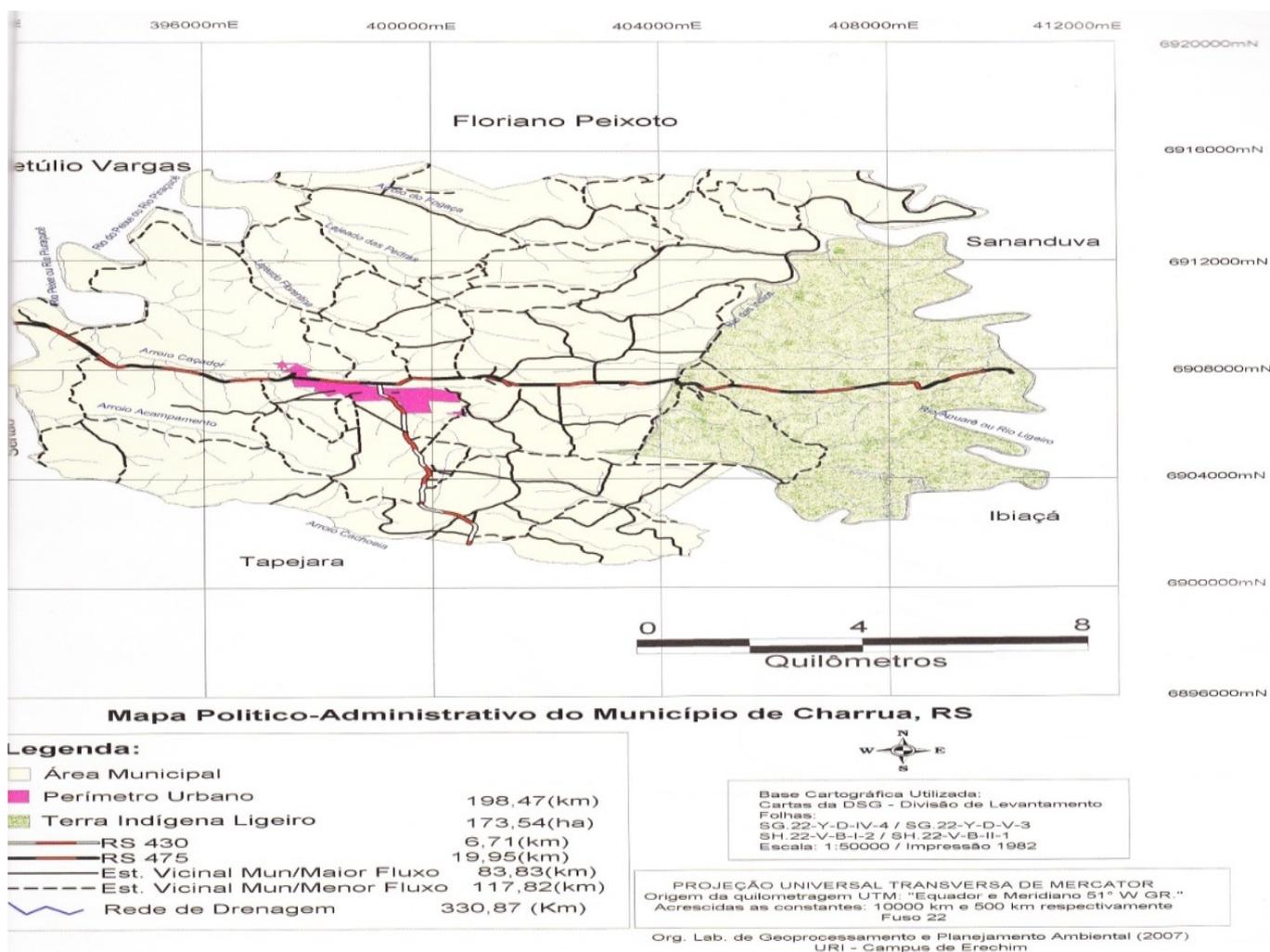
É praticamente impossível fazer uma investigação e escrever sobre a atuação do SPI no Rio Grande do Sul e não mencionar, não estudar ou não buscar sobre as informações referentes á Terra Indígena Ligeiro. Pois a atuação do órgão oficial federal aqui no Rio Grande teve inicio nessa terra Indígena, suas atividades, muito provavelmente, foram iniciadas entre os anos de 1918 a 1920. Tais ações são o resultado do projeto esculpido pela república no que se refere ao tratamento que seria dispensado aos povos indígenas a partir daquele momento.

Os Kaingang foram confinados nesta aldeia e ali submetidos a uma administração de mão-de-ferro pelo chefe de posto e algumas lideranças que se deixaram seduzir e cooptar. Mal sabiam eles que estavam ajudando, segundo a fala de alguns Kaingang de Ligeiro, que tivemos a oportunidade conversar: “a escravizar o seu povo dentro da terra que acreditavam pertencer a eles”.³⁹

Sendo assim, resgatamos informações que consideramos interessantes para a história da Terra Indígena Ligeiro e assim a descrevemos: Atualmente a Terra Indígena Ligeiro esta localizada no município de Charrua, estado do Rio Grande do Sul. Charrua se emancipou do município de Tapejara em 1992. Vivem no Ligeiro mais de 1500 indígenas, todos Kaingang que se reúnem em torno de 340 famílias (Biasi, 2009).

É importante trazer alguns dados sobre o Toldo de Ligeiro, assim nominado pelo estado gaúcho já em meados do século XIX quando foi fundado. Esta terra indígena vai ser a primeira no Rio Grande do Sul que passa para a administração do órgão federal, SPI, como veremos adiante. Neste agora, Posto Indígena, o SPI passou a desenvolver projetos de integração que pretende aplicar e acaba fazendo entre os Kaingang deste Estado, mais tarde o órgão acaba expandindo para os demais postos indígenas a sua administração, inicia, então, trabalhos a partir da década de 1940.

³⁹ - Para nosso conhecimento, é bom esclarecermos que uma “Terra Indígena”, atualmente, é considerada patrimônio da União e aos indígenas cabe o seu usufruto exclusivo. Em casos de epidemia e conflitos e em não havendo mais soluções, isto é, esgotados todos os tipos de tentativas de resoluções dos problemas pode acontecer uma “Intervenção Federal”, que pode deslocar o grupo em questão para outra área.



Crédito: Renato Biasi (2009), mapa do município de Charrua.

A chegada do SPI no Toldo de Ligeiro é assim narrada, nas falas que tivemos ainda em 1998, por Inocêncio Deodoro⁴⁰ (in memorian), Kaingang Kujá (Xamã) por muitos anos na reserva de Ligeiro, em uma entrevista que fizemos por ocasião de conclusão de trabalhos para a graduação. Diz Deodoro:

“Olha filho, quando eu ainda era muito jovem, vinha lá dos lados da Linha Coroado um branco, ele trazia sementes e ferramentas para nós. Só que depois apareceu um tal de Paulino de Almeida, ele era o chefe que veio trabalhar com nós, passou a atender nós com sementes, foices, enxadas, machados, juntas de bois. No começo era bom viu, mas um dia mudou tudo. Acabaram com tudo para nós...”

⁴⁰ - Kaingang da Terra Indígena Ligeiro Inocêncio Deodoro, além de membro da comunidade, Deodoro fez parte da liderança e ainda exercia a função de Kujá (Xamã) da aldeia. Inocêncio faleceu em fevereiro de 2009 e levou consigo grande conhecimento da tradição oral Kaingang da Terra Indígena Ligeiro.



Crédito: Renato Biasi (2009), foto de Inocêncio Deodoro e esposa.

A informação, acima, confirma o que diz Bringmann (2009) quando fala sobre a fronteira da inclusão. Como se observa na fala de Deodoro parece algo simples o auxílio que passam a receber os Kaingang dos agentes do governo, mas para este autor, vista no sentido da assimilação de novos objetos e novos valores da cultura ocidental esse contato agiu de maneira sutil no círculo dos diferentes grupos indígenas. Com os Kaingang não foi diferente, pois enquanto eram adquiridos bens de consumo anteriormente desconhecidos, descartavam-se os antigos, culminando no esquecimento das gerações posteriores de uma série de valores culturais tradicionais do grupo. Mesmo

Através das informações, acima, percebemos o quanto é difícil e demorado um processo de demarcação e homologação de uma terra indígena. Os caminhos burocráticos são tortuosos e lentos, o que favorece a demora dos processos demarcatórios. No exemplo trazido, no caso a Terra Indígena Ligeiro, todo processo demandou, aproximadamente, mais de 100 anos para o reconhecimento total, incluindo o registro no cartório de imóveis.

Segundo as informações de Becker (1995), o Toldo do Ligeiro foi fundado no extremo oeste da colônia de Sananduva e provavelmente nos anos de fundação dos três primeiros grandes toldos Kaingang (Guarita, Nonoai e Campo do Meio) entre os anos de 1848-1850. Becker, ainda traz a informação de que a primeira referência populacional do Toldo de Ligeiro é de 1850. Agora, é possível indagar o quanto este processo de reconhecimento de uma terra indígena, ou melhor, a demora no reconhecimento abriu espaço que acabou facilitando a grilagem e a expropriação dos territórios Kaingang.

Ainda aproveitando o exemplo citado, da Terra Indígena Ligeiro, observamos o quanto foi demorado e lento o processo para deixar esta terra indígena regulamentada em cartório para não correr mais o risco de expropriação. Como vimos, foi fundado o Toldo do Ligeiro, provavelmente entre os anos de 1848-1850. Em 1911 foi demarcado com a participação de agência federal SPI, recém criada em 1910, com a área de 4.551 hectares. Mesmo com a atuação do SPI, há uma diminuição desta área. Em 1909, em seu relatório, Torre Gonçalves orientou para que o Toldo de Ligeiro fosse demarcado com 5.000 hectares. As informações trazidas pela própria comunidade Kaingang do Ligeiro, obtidas através da consulta a documentação da época, como os mapas, mostram que a terra indígena foi reduzida em praticamente dois terços de seu tamanho original.

Sabemos que a FUNAI elaborou um mapa indicando uma área de 4.920 hectares (Biasi, 2009). Somente em 1987 é que os limites atuais foram aviventados com a área atual de 4.565 hectares. Esta área foi homologada em 1991 pelo, então, Presidente da República, Fernando Collor de Melo em uma visita feita a esta comunidade.

Para Marcon (1994) a vinda do SPI para o Rio Grande do Sul criou as distinções entre os nomes das reservas do estado. As reservas sob a direção de Estado do Rio Grande do Sul eram e continuaram sendo chamadas de “Toldos” e o Toldo de

Ligeiro, que agora passava para a administração da agência federal SPI, passava a ser chamado de “Posto Indígena Ligeiro”.

Ainda sobre o Ligeiro, quando os agentes do SPI chegaram à região para demarcar a reserva eles encontraram um grupo de indígenas liderados pelo cacique Chico Candinho, filho de Florêncio Candinho ex - cacique. Segundo informações obtidas, depois de demarcar a reserva os agentes ainda perguntaram ao cacique se queria uma área maior ou estava bom o espaço que haviam demarcado. A resposta do cacique teria sido que a área demarcada estava a contento, mal sabia o cacique que a demarcação feita acabou diminuindo seu território. Talvez, o cacique contasse com a área de floresta protetora, assim descrita por C. Torres Gonçalves em seu relatório:

“Devemos também aproveitar todas as ocasiões de lhes prestarmos testemunho da nossa confiança e amizade. Assim, por exemplo, as terras do toldo de “Ligeiro”, confinando por uma das divisas com uma grande área de florestas protetoras, constituirá sinal de confiança e estímulo para o respectivo cacique e sua gente, investi-los da guarda dessas florestas, ao mesmo tempo, que poderá ser isso de utilidade para a fiscalização que o Estado tem de exercer sobre as mesmas”.

Esta área de floresta com o passar dos anos acabou sendo ocupada em sua totalidade por colonos, mas pelos mapas que a comunidade de Ligeiro dispõe, é perceptível perceber que a área referida foi loteada e vendida pela comissão de terras responsável. Este espaço de floresta protetora e mais o espaço perdido com a demarcação de 1911 que os Kaingang de Ligeiro, atualmente, estão reivindicando junto a FUNAI. Esta agência já realizou estudo, chamado de levantamento prévio em março de 2004 e ao que parece o processo se perdeu nas gavetas da burocracia do órgão.

Ainda sobre a floresta protetora que citamos, acima, nota-se que a área ficou pertencendo aos indígenas Kaingang, porque depois da demarcação de Ligeiro em 1911. Um dos grupos de indígenas liderados pelo Kaingang Tibúrcio Braga permaneceu vivendo no local e só passou a viver dentro da aldeia demarcada quando perderam este espaço. A perda da área é assim narrada por Ernesto Elautério⁴² (In memorian), (Entrevista, 1998), que diz:

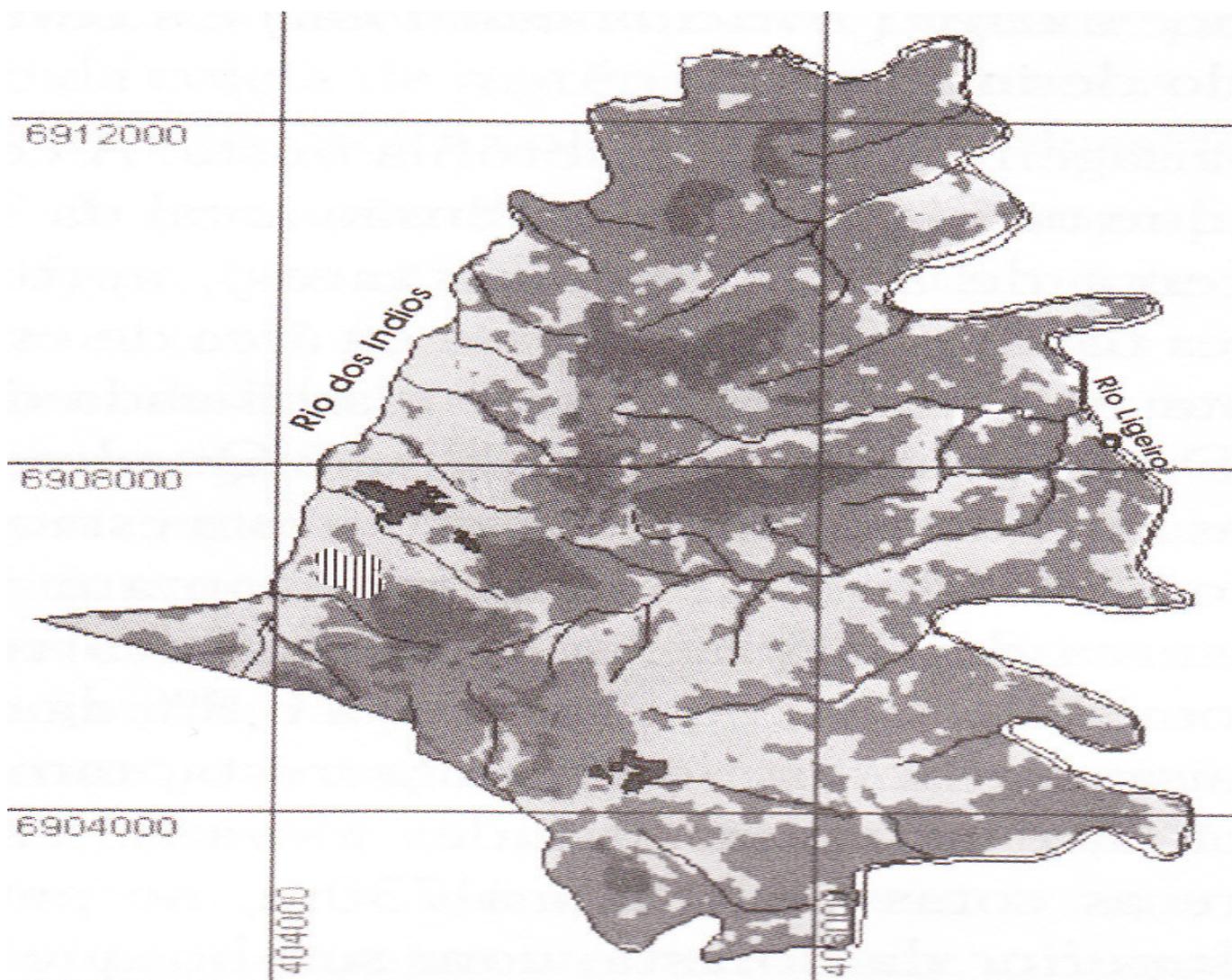
“Olha filho, nós perdemos essa terra do outro viu. Eu, eu vi tudo. Quando eu era pequeno uns nove anos mais ou menos meu pai me levou e me mostrou todas as divisas. Nós caminhamos uns 9 dias para ver tudo. Ele me mostrou tudo. Nós perdemos tudo depois de

⁴² - Ernesto Elautério, indígena Kaingang natural da Terra Indígena Ligeiro, conhecia muito da cultura e história de seu povo, faleceu, recentemente, em agosto de 2014 aos 106 anos de idade. Levou consigo muito conhecimento sobre a História Kaingang desta aldeia indígena.

uma briga. Uma briga de um índio com um branco, ali em Charrua. Não, não era Charrua, na época era Sete de Setembro, uma vila. Lá o índio brigou e acabou matando o branco, o fôg. E depois eles vieram para cá, mudaram para mais perto da área, do Posto. Mas, ai mais tarde veio um batalhão atrás do índio. Eles negociaram e o pagamento pela morte do branco foi a morte do índio e mais as terra, por isso nós perdemos ali. (...) Ninguém queria matar o índio, nem os brancos e nem os outros índios, até que o Braga, o Tibúrcio tomou coragem, pegou uma faca e passou no pescoço do índio, degolou ele e falou para pessoal, agora ta bom, pegou as coisa e disse vamos embora. Foi ai que entramos para cá, pro Ligeiro”.

Na continuação de sua narrativa Elautério, ainda revelou que mais tarde no Ligeiro o indígena Tibúrcio Braga se tornaria cacique da aldeia em substituição a Francisco Candinho que na chegada do SPI para demarcação da área em 1911 era o cacique. Ernesto, também, fala que o índio morto foi enterrado lá mesmo, em baixo de um pé de ambú, uma árvore.

Abaixo vemos o mapa da Terra Indígena Ligeiro, segundo informações de Becker (1995) este Toldo teria sido fundado ainda em meados do século XIX junto ao Rio Ligeiro, no extremo oeste da colônia de Sananduva. O Toldo de Ligeiro habitado por índios da tribo Kaingang. Mais tarde os esses aborígenes passaram para outra margem do rio, ficando aldeados no município de Erechim. A área que analisamos corresponde á seguinte localização.



Mapa de Ligeiro, Crédito: Júlio César Inácio (2004).

Nota-se que as informações levantadas dão conta de que para trabalhar ou escrever sobre as ações do SPI no Rio Grande do Sul no período que abrange os anos de 1910 a 1940 não se pode deixar de citar a reserva, hoje chamada de Terra Indígena Ligeiro. Em alguns estudos sobre a aldeia, ela aparece citada com os nomes de Campos de José Bueno ou sob o nome do primeiro chefe de posto, Posto Indígena Paulino de Almeida. Esses dados são percebidos ainda na década de 60 em boletins escolares da escola do Posto Indígena Ligeiro. Como destacamos o “Ligeiro” é o único toldo que o SPI assume no Rio Grande do Sul a partir de 1918 a 1920, passando a se chamar Posto.

No decorrer da pesquisa obtivemos informações fornecidas pela própria população. As falas dos Kaingang do Ligeiro ajudam a completar os dados encontrados nos relatórios anuais do SPI. Nota-se que a reserva de Ligeiro serviu de lugar, para não

dizer “laboratório”, para o órgão implantar o modelo de projeto civilizatório pensado pela República aos indígenas deste país e isso incluía, não só os Kaingang de Ligeiro, como os seus demais régre⁴³ que, viviam nos demais onze toldos do Estado.

Como o SPI estava ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é fácil imaginar que o projeto de agricultura não era somente para trabalhadores nacionais, pois, também, contemplava e chegou aos indígenas. Segundo a fala de Inocêncio Deodoro, mencionada acima, foi a partir dos 10 primeiros anos que o SPI ajudou os Kaingang com tudo o que necessitavam para a produção agrícola. Os Kaingang trabalhavam para si em suas pequenas lavouras e, também, para os colonos que se estabeleceram no entorno da reserva.

Ainda seguindo as informações trazidas por Deodoro, os Kaingang foram, ao que parece, constantemente vigiados pelo agente federal (chefe de posto) e quando este percebeu que os Kaingang passaram a ter domínio do trabalho na agricultura, passou-se a reunir estes indígenas na forma de trabalhadores em mutirão e os Kaingang passam a trabalhar somente dentro do Posto Indígena. Deodoro (In memorian) e João Teodoro (In memorian) falam sobre a primeira ferramenta que lhes foi passada, foi o machado e como diz Teodoro:

“Nós usávamos os machados para derrubar as árvores maiores e não podíamos rodear a árvore para derrubá-la, nós tínhamos que saber cortar com o lado direito e esquerdo, sempre havia alguém cuidando. Se não conseguisse cortar ou derrubar uma árvore, tanto do lado esquerdo como o direito era reprimido. Se não tomava cuidado o chicote pegava valendo...”.

Ao que parece a idéia do SPI no Ligeiro era buscar na tradição cultural do povo Kaingang, na coletividade que o povo sempre trabalhava para coletar, caçar e pescar, á formula para ensinar lhes a prática da agricultura. Agora estes indígenas deveriam trabalhar coletivamente na agricultura, para derrubar o mato e fazer surgir ou dar origem às lavouras, que com o passar do tempo são denominadas de lavouras coletivas. Temos ainda hoje a lavoura coletiva em algumas terras indígenas, a renda oriunda desta lavoura ajuda o cacique ou a liderança a administrar a aldeia que comanda. O recurso levantado, atualmente, na lavoura coletiva deve servir para fazer a festa do Dia do Índio⁴⁴, no dia 19 de abril.

⁴³ - A palavra “RÉGRE”, traduzindo do Kaingang para o português, significa “irmão”. Seguindo o texto quero dizer que o projeto desenvolvido pelo SPI na Terra Indígena Ligeiro entre os Kaingang, também, atingiu seus irmãos Kaingang de outras terras indígenas.

⁴⁴ - A origem do dia do índio vem depois de um encontro dos povos indígenas da América Latina, aconteceu no México, no dia 19 de abril de 1940. O Brasil na época governado por Getúlio Vargas

Nas falas dos Kaingang como Inocêncio Deodoro, João Teodoro, Leonídio Braga, Ernesto Elautério, depois das famílias perderem o pouco que possuíam, foram reunidas pelo chefe de posto e o cacique. Eles passaram a acampar no interior da reserva para derrubar a mata e enquanto em um lugar a mata derrubada secava, deslocavam-se para outro ponto da aldeia para novamente derrubar. Este trabalho feito, através de muita repressão fez a surgir às lavouras que conhecemos nas terras indígenas Kaingang de Ligeiro e mais tarde em Guarita, Nonoai e Cacique Doble.

No acampamento todos estavam juntos: pais, mães e filhos e Braga explicava desta maneira:

“Olha filho, nós passamos a trabalhar tudo junto, na turma, não tínhamos mais nossas próprias roças. Vivíamos lá no acampamento com nossa família. As roupas de nossos filhos terminavam no corpo deles viu, e quando nós, algumas vezes nós fugia para trabalhar fora, eles iam lá e nos traziam presos, acorrentados pelo pescoço ou pela perna. Eles passavam o chicote e até colocavam no tronco. Quem não obedecia muitas vezes ia para cadeia, filho...”

Na fala de Braga conseguimos já perceber como a repressão que sofreram com a implantação do trabalho em mutirão era violenta. Ele fala do chicote, do tronco e da cadeia. O chicote não foi só usado em quem fugia para trabalhar fora da aldeia, mas em quem acabava chegando atrasado na manhã de segunda-feira, pois alguns indígenas que eram liberados para passar o final de semana em casa. Na segunda-feira tinham que estar entrando às 6 horas da manhã na lavoura.

O major e o cabo da liderança interna ficavam de prontidão e quem chegava atrasado fazia uma fila ou coluna e iam entrando um por um para o trabalho na lavoura. Passavam na frente do repressor que ficava pronto com o chicote, que era uma vara de Rabo de Bugio (Katuj) sapecada na brasa. Cada um levava uma varada nas costas, a puxada fazia muitas vezes sair sangue de manchar a roupa.

Esse tipo de castigo tem um objetivo que na história dos Kaingang passou muitas vezes despercebido para nós, mas vejamos a questão: na cosmologia Kaingang não se pode bater em alguém, em uma pessoa, com um pau ou uma vara de Rabo de Bugio, principalmente, em mulheres, porque pode essa correr o risco de ficar estéril, não ter mais filhos. Então, se estamos tratando de um grupo indígena que deveria

instituiu o dia 19 de abril, como sendo o dia do índio em 1942. Na região sul, entre os Kaingang, o SPI em comemoração a data passou a fazer festas regadas com churrasco e bebidas. Alguns estudiosos em conversas comentaram para nós que a festa servia para acalmar os indígenas, pois estes não estavam aceitando muito bem a situação, os projetos que estavam sendo impostos a eles. O certo que o Dia do Índio é comemorado entre os Kaingang de abril a maio nas Terras Indígenas. A festa é feita, onde é dado o churrasco, pães, refrigerantes e o baile aos Kaingang. Eles não precisam pagar nada. A comemoração, então, hoje faz parte da cultura deste povo indígena.

desaparecer com as políticas praticadas pelo estado brasileiro, este usou para atingir seu objetivo os mais variados artifícios, inclusive de elementos que com certeza acabaram descobrindo da cosmologia do grupo Kaingang.

Não chegamos a falar, mas o castigo do chicote ou vara não foi só para quem fugia do trabalho ou para quem chegava atrasado, mas também passou a ser usado em outros delitos que ocorriam nas aldeias. O tronco, também, foi usado para castigar os Kaingang, tivemos narrativas em nossa caminhada de conversas e entrevistas, que houve até morte no Ligeiro com essa forma de castigo, também, acompanhamos pessoas, uma mulher que ficou deficiente de uma perna, foi castigada com o tronco na época dos panelões e mais tarde faleceu de câncer que originou justo na mesma perna machucada ou ferida com o castigo do tronco.

Ao longo da trajetória Kaingang as formas de castigo variaram, da pena de morte no século XIX para cadeia com a influência dos jesuítas. Já na época do SPI usou-se o chicote, o tronco, até a raspagem da cabeça e mais tarde a cadeia novamente e a transferência para outra aldeia. Esta última nos dias de hoje tem servido de motivo para se criar ou articular conflitos contra a liderança, com objetivo de se chegar ao poder, infelizmente, para dar continuidade às práticas anteriores e não para trazer mudanças para melhorar, significativamente, a vida do povo Kaingang.



Danilo Braga: Foto Leonidio Braga, Ex-cacique da Terra Indígena Ligeiro de 1972 á 1992.

Na observação, acima, Leonidio Braga⁴⁵, também, narra as dificuldades que enfrentaram dentro dos acampamentos, mas, também, relata sobre o uso da força e a repressão empregada pelo chefe de posto, além da violência do cacique e seus auxiliares que faziam os Kaingang de Ligeiro trabalhar nas lavouras que chamaram com passar do tempo de coletivas. Outro dado observado nas falas de Braga, onde surgem dados importantes, é de que quando o SPI chegou, na Terra Indígena Ligeiro em 1918, um de seus antepassados, Tibúrcio Braga ao que parece passou a ser o cacique desta aldeia.

Para Catafesto (2002), no trabalho do SPI, o uso dos Kaingang de Ligeiro se intensifica a partir de 1930 e como percebemos na fala, acima, usou-se da força da

⁴⁵ - O Kaingang Leonidio Braga, além, de ser um dos descendentes do grande cacique Braga do século XIX, do qual existem várias referências. Como seu antepassado, Leonidio foi cacique, agora da Terra Indígena Ligeiro de 1972 a 1992. Neste período a Terra Indígena Ligeiro foi considerada a aldeia modelo do Brasil. Desde o fim do cacicado de Leonidio Ligeiro entrou em decadência administrativa e atualmente sofre como sendo uma das reservas mais conflituosa do Rio Grande do Sul.

repressão para fazer com que os Kaingang trabalhassem na formação das plantações, cuidado e colheita das lavouras.

Na década de 1930 do século passado, o SPI que estava diretamente ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passou para o Ministério do Trabalho, (Santos Bigio, 2003) e assim passa dentro das aldeias a intensificar o trabalho nas lavouras e deste modo o uso da mão-de-obra dos Kaingang. É nesse período em que se intensifica o uso da mão de obra dos Kaingang do Posto Indígena Ligeiro, época na qual o órgão enfrentou grandes dificuldades para realizar seu trabalho frente aos indígenas. Já em 1914 as inspetorias criadas foram reduzidas para seis. A partir de 1925 com o aumento de recursos o SPI passa a retomar alguns trabalhos como no estado Goiás que havia abandonado em 1914.

Percebemos, então, que dos 11 toldos demarcados em 1911, somente o Ligeiro passou para a administração do SPI e um dos primeiros a ser declarado extinto pelo Estado foi o Toldo de Caseros, em 1928. Esta Terra Indígena é a que pretendemos trabalhar mais detalhadamente em nosso último capítulo.

As falas de Kaingang que viveram em Caseros dizem: que devido a ameaças recebidas e mortes causadas por uma epidemia as famílias indígenas que viviam em Caseros buscaram ajuda em Cacique Doble e Ligeiro. Essa fuga dos Kaingang em busca de socorro serviu como argumento de que os indígenas haviam abandonado o Toldo, não havendo ocupação do território, a aldeia foi loteada e vendida para várias famílias de colonos (Relatório-FUNAI, 2000).

No Posto Indígena Ligeiro, o Kaingang Luis Franco (in memorian) em uma de suas falas, revela que chegou a procurar o chefe de posto explicando que muitos indígenas desejavam voltar para Caseros, mas ele foi reprimido e os indígenas de Caseros continuaram morando no Ligeiro, isto é, o chefe de posto não tomou nenhuma providencia (Relatório-FUNAI, 2000). Esta atitude do chefe de posto de Ligeiro demonstra que não havia nenhum interesse em se manter os toldos indígenas criados em 1911, caso algum dos toldos fosse considerado sem ocupação, logo em seguida era considerado extinto e sem tardar muito, era loteado e vendido.

A partir deste momento passamos a perceber que as aldeias demarcadas em 1911 no Rio Grande do Sul e que somavam juntas 98 mil hectares começam a ser reduzidas por ações sucessivas de governos deste Estado. O ataque as aldeias se intensifica nos anos de 1940 mesmo diante dos agentes do SPI que já viviam no Estado

e no momento assumiam, também, a administração de mais três toldos, além de Ligeiro, Guarita, Nonoai e Cacique Doble.

Quanto ao trabalho da agência federal no Ligeiro não foi somente no sentido de usar a mão de obra dos Kaingang, mas o órgão, também, passou a arrendar as terras, os espaços restantes das reservas e onde os indígenas não usavam para lavoura coletiva. O arrendamento passou a ser feito para não-indígenas, moradores do entorno da aldeia. Como o trabalho do SPI era o de integrar os indígenas a sociedade nacional, usou como ferramenta o arrendamento e assim passou a fazer com que os arrendatários passassem a morar dentro das aldeias. A miscigenação, também, poderia ser uma das formas para integrar ou até mesmo fazer desaparecer os povos indígenas e esta política foi, insistentemente e intensamente, utilizada entre/contra os Kaingang nos Postos Indígenas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná.

Porque acreditamos que na aldeia de Ligeiro, o SPI passou a usar os Kaingang para implantação de seu projeto de integração e civilização dos Kaingang do Rio Grande do Sul? Por que é somente a partir de 1940, como já citamos acima, que o órgão reivindica e passa a assumir a direção de mais três reservas Kaingang, são elas: Guarita, Nonoai e Cacique Doble, coincidentemente, junto com Ligeiro são as maiores em áreas indígenas do Estado.

E o projeto pensado e aplicado foi o mesmo já trabalhado desde o início dos anos 30 no Ligeiro. O trabalho coletivo, em forma de mutirão não é muito mencionado pelos agentes do SPI, aliás, o órgão em seus relatórios somente trabalha com cifras que investiu e o que colheu. A forma usada para fazer os Kaingang trabalharem e a renda obtida, resultado da venda do que foi produzido e cobrado dos arrendatários que o próprio órgão introduziu para morar dentro das aldeias não aparecem nos relatórios. O arrendamento, um tema polêmico atualmente, pode e merece ser pesquisado, recebendo assim a devida atenção.

Grande parte do período em que o SPI e mais tarde FUNAI administram a aldeia de Ligeiro é conhecido entre os Kaingang como o “Tempo das Turmas ou o Tempo dos Panelões”. Alguns Kaingang mais ousados ou com coragem falam do tempo dos panelões como O Tempo da Escravidão, pois trabalhavam tanto e recebiam muito pouco ou até mesmo nada recebiam pelo trabalho que eram submetidos. Freitas (apud, Bergamaschi, 2010), trabalha com a questão onde descreve a entrevista que fez com o indígena Manuel Inácio e sua esposa Lúcia no Ligeiro. Diz Freitas que os trabalhadores atrasados eram açoitados com varas de timbó, o que torna o castigo bárbaro e cruel, pois

pensando novamente com a cosmologia, não se pode bater em uma pessoa com a madeira de timbó, só caso se deseje a morte de quem se bate. Freitas informa, também, que o trabalho era tudo braçal. Depois de colher tudo que plantavam, todos os produtos eram armazenados e depois vendidos, aí vem a questão mais grave desta situação, os Kaingang, afirmam que nunca viram “a cor do dinheiro” da venda dos produtos que produziam.



Crédito: Danilo Braga, foto de um dos panelões, Ligeiro.

Os panelões eram usados para fazer as comidas (café, almoço, janta) para os Kaingang do Ligeiro, os acampamentos eram levantados em diferentes pontos da aldeia e o trabalho era para derrubar a mata, queimar e depois plantar e colher milho, trigo, feijão e nos últimos tempos a soja. No Ligeiro, segundo o relato dos Kaingang mais velhos, existiam um total de quatro panelões. Neles se faziam as farofas, o café, o casamento (mistura de arroz com feijão) e na maioria das vezes a carne de porco.

Como se vê na foto, atualmente, o panelão, também, serve para preparar tintas para pintar as casas e outros em tempos de festa na aldeia. Observando a foto, agora, sabemos por que o período que se estende de 1930 á 1980, no caso, de Ligeiro é considerado, também, de o “Tempo dos Panelões”.

Então, a partir dos anos 1940, o SPI espalha o modelo de projeto que iniciara no Ligeiro, para os demais toldos, no caso, Guarita, Nonoai e Cacique Doble. O principal objetivo era fazer uso da mão de obra dos Kaingang, de maneira forçada, sem o uso de qualquer forma de pagamento aos indígenas. Podemos, então, dizer que houve uma escravidão camuflada por trás da idéia de trabalho coletivo para produzir milho, linho, trigo e feijão... A soja passa a ser produzida dentro dos Postos Indígenas em meados dos anos 60.

Como percebemos os agentes do SPI são levados a aplicar os projetos, seguindo as orientações vindas de seus superiores para fazer com que a produção de dentro das reservas indígenas acompanhasse o modelo seguido pelo país e o Rio Grande do Sul. Vale lembrar que no Brasil dos anos 40, em pleno governo de Getúlio Vargas, as orientações modernizantes passaram a assumir o discurso em torno da modernização da agricultura e o país assume o modelo de produção baseado na monocultura (Brum, 1986).

O processo de industrialização e modernização não objetivava unicamente a busca de uma racionalidade agrícola em si, mas sim, uma racionalidade compatível com os interesses do capital, em particular com as exigências do crescimento industrial e do agronegócio. As aldeias indígenas, também, passaram a fazer parte deste processo (Marcon,1994).

Os relatórios sobre as ações desenvolvidas pelo SPI são muito mais detalhados a partir de 1945 e neles podemos obter informações sobre número da população, agricultura, pecuária, comércio, indústria, área reservada, benfeitorias e escolas. Os quatro postos que o SPI passou a assumir a direção em 1940 apresentam dados importantes como á população Kaingang do período, que contava com mais de 3.297

indivíduos indígenas, isso somando os indígenas que viviam em toldos sob o controle do Estado. A população indígena, então, neste período, como percebemos beiravam a extinção.

Embora os relatórios informem um número alto de investimentos, não é o que se percebe nas falas dos informantes indígenas e no texto: “Kaingang Indians regain their pride through literacy”, de Wiesermann (2003), onde a autora denuncia, depois de muito tempo, a miséria e sofrimento que os Kaingang estavam passando, principalmente, dentro dos Postos Indígenas sob a direção do SPI. Wiesermann passa a conviver entre os Kaingang a partir de 1958, mais precisamente no posto indígena em Rio das Cobras no Paraná.

O que se percebe é que realmente houve grande investimento nos postos indígenas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas o que é evidente nas falas de Deodoro é que o resultado final do que foi produzido dentro das aldeias, fruto do trabalho dos Kaingang, não retorna para as famílias indígenas. Estas famílias enfrentaram muitas necessidades e a sobrevivência ficou cada vez mais difícil dentro dos Postos Indígenas.

Os anos finais da década de 30 e os anos 40 correspondem a mais uma página triste da história Kaingang no Rio Grande do Sul. Em alguns relatórios do SPI descrito por Rondon 1938 ainda há menção sobre o Toldo de Faxinal, já citado anteriormente, mas a análise da bibliografia e dos relatórios do período nos indicam que o toldo foi extinto pelo governo do Estado nessa época. Mediante a não reação do órgão governamental e outras instituições com interesse na causa indígena, mais tarde o interventor federal Cordeiro de Farias e o governo de Walter Jobim iniciam mais um ataque aos territórios Kaingang que terminam somente no final dos anos 60 (ZH, 1998).

Segundo, Simonian (2009) foi com o interventor federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias que se iniciou, novamente, em 1941 um projeto de diminuição dos toldos de Guarita, Nonoai e Serrinha. Das áreas expropriadas algumas foram transformadas em reservas florestais, outras loteadas e vendidas aos colonos que chegavam à região. Para a mesma autora o ato de redução não foi imediatamente efetivado – talvez porque neste mesmo ano o governo federal, através do SPI, passa a assumir a administração dos toldos de Guarita, Nonoai e Cacique Doble. Mesmo assim o governador Walter Jobim através do decreto 658, de 1949, ratifica-o, embora não tenha incluído Guarita na lista dos toldos a serem reduzidos. De todo modo passaram a ser reduzidas às áreas de Nonoai e Serrinha.

Como já mencionamos anteriormente, mesmo diante da presença do SPI na administração dos Postos Indígenas como Ligeiro, Guarita, Nonoai e Cacique Doble, isto não impediu que o governo estadual diminuísse o agora Posto Indígena Nonoai e o Toldo de Serrinha que ainda permanecia sob a administração estadual. Nota-se que o projeto de diminuição e extinção dos toldos indígenas fazia-se cada vez mais vivo.

Notamos em nossa pesquisa que até 1940, ao menos o que estavam registrados, foram declarados extintos três toldos indígenas que são o Toldo Lagoão – Guarani e os Toldos de Caseros e Faxinal – Kaingang. E a partir deste mesmo ano que o governo deste Estado como observamos, em linhas acima, passa a atacar novamente os toldos Kaingang, desta vez Nonoai, já sob administração federal e Serrinha sob controle do Estado.

O ano de 1955, também, é marcante para a história dos Kaingang na luta por seus territórios. Desta vez é o governo de Ildo Meneghetti que passa a desenvolver algumas ações que tomam o caminho contrário aos interesses dos Kaingang. Se Meneghetti não conseguiu efetuar em sua totalidade a diminuição e extinção de terras indígenas através de seus decretos ao menos deixou o caminho aberto para que o governo de Leonel de Moura Brizola pudesse executar.

Um exemplo de território Kaingang desapropriado é o feito pelo decreto nº 13.795 de 10/07/1962, onde Brizola ratificou uma desapropriação feita antes pelo governo Meneghetti. A área de 2 mil e 499 hectares, denominada de 4ª Seção Planalto foi loteada e destinada aos sem-terra. Esta área é parte de Nonoai (Simonian, 2009).

Já em seu governo, nos anos de 1959–1962, Leonel Brizola não mediu esforços no sentido de atender as suas promessas de campanha para o governo do estado do Rio Grande do Sul. Para executar a reforma agrária prometida, Brizola doou uma de suas propriedades no município de Osório para fins de reforma agrária. Ele esperava que com este gesto outros proprietários seguissem o seu exemplo, como não aconteceu nada do esperado, voltou-se para os territórios Kaingang.

Em um segundo momento, Brizola ratificou a decisão de governos anteriores ao seu, como citamos acima, atacando territórios dos Kaingang. Assim deu continuidade a diminuição de alguns toldos, assim como a extinção de outro como, por exemplo, o Toldo de Serrinha no município de Ronda Alta e Toldo de Ventarra no município de Erebangó.

A não continuidade das desapropriações que vinham acontecendo coincidem com a criação de um novo órgão federal em 1967, a FUNAI que passa a tomar posse de

todos os toldos existentes no Estado. A FUNAI nada fez para reaver os territórios perdidos. É neste momento que notamos a reação Kaingang aparentemente oculta, mas que desta vez surge com força e protagoniza o movimento indígena no Rio Grande do Sul. A organização do movimento indígena torna-se neste período primordial para que o grupo Kaingang sobreviva e torne-se protagonista de uma luta que atualmente atinge a sua plenitude e dá sinais de que não se esgotará tão cedo.

3 - CAPÍTULO II: A GRANDE REAÇÃO KAINGANG: A Luta dos Kaingang Pela Terra e Pela Sobrevivência de seu povo

Kanhgág ag tóg vënhver já tu mũ nĩ. Mÿr fóg ag tóg, ag projeto tÿ kainhgág ag junjá ke ka, ag já tũn sór mũ. Ag ãg tÿ tũ ke sor vë, hã ra kanhgág ag tóg nén nũ tág ka to jënjën mũ ser. Nonoai tá ag, kanhgág ag, tóg vënh món kÿ prÿg tÿ 1978 kã, fóg ag mÿ: “ãg jámã ki ãjág tóg paĩ ke nÿ tĩ”, ke mũ ser fóg ag pëtĩntën kar, Kanhgág ag tóg, ag ga to vësunson mũ há ser.⁴⁶

3.1 – O POVO KAINGANG: Inicia sua Luta pela Vida

Para desenvolvermos o presente capítulo procuramos em primeiro lugar dar uma especial atenção para o período político em que o Brasil estava vivendo. Neste segundo capítulo buscamos trabalhar com os anos que se estende de 1960 – 1980. A vida brasileira nestes anos não era nada tranqüila. O país entrou em uma ditadura militar, a partir de um golpe civil-militar iniciado em 1964, que se destacou como uma das mais longas e violentas da América Latina. E escrever sobre um dos grupos indígenas que iniciou movimentos de luta por direitos em um período conturbado de nossa recente história será e torna-se um grande desafio.

O projeto de desenvolvimento e integração nacional pensado pelos militares como veremos adiante, também, atingiu os povos indígenas. Mas algo novo estava por acontecer, principalmente, na região sul do país e no caso do Rio Grande do Sul os protagonistas são os Kaingang. Nomeamos ou chamamos este período e principalmente as ações deste povo de “A grande reação Kaingang”, pois foi quando reagiram à política governamental que os empurrava e os espremia em pequenas reservas localizadas na região do Alto Uruguai. Os Kaingang passaram a se organizar e arriscar suas vidas para garantir a vida das suas futuras gerações.

Ao olharmos para o período, “uma ditadura militar”, a ação Kaingang foi ousada e arriscada demais diante da conjuntura que se apresentava. Porque depois do golpe de 64 a presença do exército dentro de um Posto Indígena era constante,

⁴⁶ - Traduzindo: O presente capítulo vai estudar porque os Kaingang aceitaram a situação de aldeamento que lhes foi imposta, aparentemente, sem grandes reações. Permaneceram por muito tempo em silêncio, aceitando tudo, o trabalho forçado dos mutirões, o arrendamento e a introdução dos colonos para morarem dentro das aldeias. Tudo fazia parte de um projeto que tinha como objetivo a extinção destes indígenas, mas a partir de 1978 os Kaingang reagiram e passaram a expulsar os não indígenas de suas pequenas aldeias. Depois desta conquista passaram a pensar na questão das terras perdidas.

tornando-se uma rotina diária. Nossas lembranças de infância sobre estes anos são vagas, mas é possível, lembrar, da presença de soldados e principalmente da equipe médica do exército passando de casa em casa, para realizar consultas e distribuir medicamentos aos indígenas que estavam necessitando. Acabamos descobrindo, através de documentos descobertos e o lançamento de bibliografia recente que o trabalho dos militares não reduziu somente a meras visitas as aldeias as aldeias Kaingang.

As nossas recordações são as lembranças que datam de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Como éramos crianças não tínhamos a mínima noção do que estava acontecendo no país. Mas os demais indígenas como nossos pais e avós viveram e lembram muito bem deste período. O certo é que, perceberam que estavam cercados, sendo empurrados e espremidos cada vez mais para os pequenos bolsões de terra onde viviam. Atualmente estes pequenos espaços de terras se mostram totalmente insuficiente para garantir o futuro das gerações que ainda estão por vir. Com certeza esta é e, talvez, será uma das grandes preocupações dos Kaingang: a garantia do futuro das “novas gerações”.

Muito pouco se conhece sobre os anos da ditadura no Brasil e questão indígena. Ainda há muitas perguntas que permanecem sem respostas. Felizmente alguns estudos sobre este tema estão sendo elaborados como esta dissertação. O que é um bom sinal, pois pode trazer a luz respostas para a história indígena no período da ditadura. Muito embora alguns especialistas da história indígena nos digam que a população indígena não foi considerada como inimigo interno pelos militares, pois ela não representava uma ameaça à segurança nacional, questionamos esta avaliação. Várias pesquisas recentes demonstram o contrário, comprovam que houve sim por parte do governo militar ações contra grupos indígenas do Brasil. Talvez, nossos indígenas realmente não representassem ameaças à segurança nacional, mas tudo indica que passaram, sim, a ser considerado um obstáculo ao suposto desenvolvimento pretendido pelo militares. Ou seja, se não eram um perigo eram vistos como um entrave ao progresso.

Há casos como a dos Waimiri Atroari na Amazônia, registrado no artigo de Egydio Shwade, indigenista que em: “Índios Waimiri-Atroari Desaparecidos na Ditadura”, desafia a se pensar e mobilizar-se na descoberta de desaparecidos indígenas da Ditadura Militar do Brasil. Diz a autor que por ocasião da abertura da BR – 174, Manaus – Boa Vista em 1968, o Governo Militar invadiu o território Kinã Waimiri

Atroari. Segundo Shwade (2011) em 1975, pelo menos 2000 pessoas já haviam desaparecido, todas pertencentes ao povo Kinã.

Outro grupo que revelou sofrimento com a interferência de militares são os Krenak de Minas Gerais. O grupo foi deslocado de seu território para outro lugar desconhecido e teve que ali começar a vida do novamente. O episódio, também, se deu com grupos Xavantes. Que assim como os Krenak, atualmente reivindicam a devolução de suas terras e assim, passam a sofrer com o descaso do governo e os mais diversos tipos de discriminação que novamente afloram quando os indígenas passam a ocupar e reivindicar seus territórios perdidos pela ação de militares na ditadura. Acreditamos que o tema merece um estudo mais profundo, uma atenção especial. Contudo, agora não é o momento de nos aprofundarmos no assunto. Deixemos para outra oportunidade.

Retomando o nosso objetivo inicial. Percebemos como fica evidente, o processo de ocupação e colonização do Rio Grande do Sul foi determinante nas vidas dos Kaingang. Eles sofreram grandes transformações culturais e foram forçados a fugir, recuando para o interior das grandes matas de pinheirais. Sempre é oportuno recordar que os Kaingang, quase, foram extintos. Quase! Os números são reveladores e conforme Wiesermann (2003) os Kaingang estavam totalmente sem qualquer tipo de política de desenvolvimento para suas vidas.

Os Kaingang até onde puderam, reagiram, á todas as ações impetradas pelos não indígenas, recuando, fugiam para o norte do Estado, para as áreas de pinheirais, para a grande floresta. Para esta região do planalto médio e alto Uruguai, é o local para onde se procurou consagrar através da literatura, como sendo região de território tradicional dessa população originária. É importante destacar que o recuo ou refugio para as áreas de grandes florestas não é um acontecimento aleatório ou em vão, pois seguindo a cosmologia Kaingang é na grande mata que o povo pode buscar e recuperar suas energias, suas forças para novamente seguir, reagir a tudo de ruim que pode estar acontecendo com o grupo.

Essa reação pode ser vista como uma ação estratégica conforme a visão interna do grupo. Percebemos que os Kaingang passam a reagir quando sentem que irão perder tudo do que lhes restou, o pequeno pedacinho de terra, as atuais Terras Indígenas. A reação serviu para aumentar a auto-estima do grupo que entendeu que era momento de avançar para os espaços perdidos durante seu longo período de recuo, sua forma de defesa, encontrada naquele momento. Esta ação/reação dos Kaingang foi de suma

importância para a sobrevivência física e cultural do grupo, pois tudo indicava que iriam desaparecer.

Depois de recuar, sistematicamente, e perceber que não tinha mais para onde ir, a não ser resistir e salvar os poucos Kaingang que ainda viviam no Estado e mais o resto do espaço que possuíam. Ao perceberem que sua população originária não tinha outra opção, decidiram iniciar uma grande luta, mesmo que isso lhes custasse as suas vidas. Mal sabiam eles que com esta decisão estavam salvando o seu povo do desastre total, evitando o desaparecimento sempre pretendido pelo estado brasileiro. A reação como veremos neste segundo capítulo, atingiu o seu grande marco no ano de 1978 com a expulsão de colonos intrusos dentro do Posto Indígena Nonoai.

Como vimos às ações ou políticas para os povos indígenas sempre procuraram dar continuidade à proposta de desaparecimento via assimilação. Esta proposta tomou forma mais clara em obras que registram a criação de nosso país. Assim como ou até mesmo seguindo a mesma lógica da história escrita nos Estados Unidos. O Brasil passou a defender em meados do século XIX que sua população nativa estava condenada ao fracasso, restando apenas à possibilidade de um “índio genérico”, romantizado através da literatura.

De certa maneira, os primeiros autores que defenderam este pensamento não estavam totalmente errados, pois em números a população indígena havia sido reduzida a cifras próximas da extinção. E ainda se conseguiu através de uma política de aldeamento reduzi-los em toldos. Onde passam a empreender ações civilizatórias de ataque às tradições culturais do povo indígena. Um destes ataques como vimos nas considerações do capítulo anterior, é a introdução do arrendamento para dentro das reservas indígenas do Rio Grande do Sul pela própria agência encarregada da proteção dos indígenas.

O arrendamento nas Terras Indígenas, principalmente, no Rio Grande do Sul tem gerado debates intensos e polêmicos entre indígenas Kaingáng, FUNAI, Ministério Público Federal e recentemente tornou-se cada vez maior a presença de políticos que na busca de votos tem procurado a cada dia se envolver mais com o tema. Para entendermos o processo de arrendamento é interessante buscarmos a sua origem, pois assim vamos aprender e ensinar aos demais que esta é uma proposta que não serve e não deve ser implantado dentro de uma aldeia indígena.

Em sua origem o arrendamento é uma atividade que fez parte do projeto de integração e civilização dos indígenas Kaingang pelo estado brasileiro, pois é no Rio

Grande do Sul que se dá início a esta proposta de trabalho. Como já citamos, o projeto iniciou na Terra Indígena Ligeiro, primeira aldeia Kaingang administrada pelo SPI no Rio Grande do Sul. É partir de 1940 quando o SPI passa a administrar além do Ligeiro, Guarita, Nonoai e Cacique Doble que o projeto é estendido para maior parte da população Kaingang da época. Claro que estamos enfatizando o Rio Grande do Sul, mas simultaneamente este processo estava acontecendo também nos estados de Santa Catarina e Paraná. Aliás, é no Paraná, em Curitiba que se localizava a sede da 7ª Inspeção do SPI que administrava os assuntos indígenas da região sul.

O projeto consistia em usar uma parte das terras das aldeias, para fazer as chamadas lavouras coletivas usando a mão de obra Kaingang para derrubar a mata, queimada da mesma, depois plantar, limpar e colher. A outra parte das terras da aldeia ou a maior parte era negociada com colonos que viviam no entorno das reservas ou mesmo em casos raros de lugares mais distantes que passaram, além, de plantar as terras, a viver dentro das aldeias. Um absurdo, mas que foi consentido e levado a frente pelos chefes dos postos, agentes do SPI que, também, viviam na aldeia, junto aos indígenas. Percebe-se que além do chefe de posto, outros funcionários passaram a viver dentro das aldeias, tais como, professores, enfermeiros e outros.

Com isso, os colonos que passaram a viver dentro das Terras Indígenas, acabaram formando alguns núcleos comunitários com igrejas e escolas. O convívio era regido pelo chefe de posto, que em reuniões comunitárias procurava coibir a relação ou casamento entre indígenas e não indígenas que agora viviam juntos, o mais perto do que nunca nos postos indígenas. Embora se procurasse proibir, os casamentos e outras formas de relacionamento acabavam acontecendo com bastante frequência dentro das aldeias. A introdução do não indígena no interior das aldeias não foi algo que aconteceu sem pensar ou sem querer, fazia parte de um projeto estatal, do estado brasileiro que sempre trabalhou pela assimilação das populações indígenas, através da miscigenação com os “nacionais”.

Portanto, a miscigenação aconteceu bastante e de forma bastante acentuada nas terras Kaingang. Esta situação criada nas aldeias é o fruto deste projeto de arrendamento introduzido nas aldeias pelo SPI. Podemos dizer e afirmar que não só o arrendamento, mas a introdução dos colonos, também, que foram levados a morar lá dentro das aldeias, e compartilhando o cotidiano dos indígenas é um projeto, claro, do estado brasileiro para transformação da cultura do povo Kaingang. Este tipo de interferência ataca diretamente a cultura do povo, principalmente, a língua. É notável dentro de algumas

aldeias que indígenas mestiços dizendo que não gostam de falar o Kaingang e preferem matricular seus filhos em escolas fora da aldeia para fugir da disciplina Kaingang presente nas escolas indígenas das aldeias.

O arrendamento não teve só a miscigenação como consequência, trouxe a exploração e a ganância para o seio ou cotidiano dos Kaingang. Com o SPI, o indígena perdeu seu pedaço de terra para plantar, com a implantação do projeto das lavouras coletivas. Com a FUNAI famílias Kaingang passaram a ter um pedacinho de terra para fazer sua plantação, esta situação é que passou a gerar conflito com o colono intruso que vivia dentro das aldeias. Porque muitas vezes o arrendatário avançava para dentro dos terrenos que pertencia aos indígenas, deixando estes desgostosos, mas também, fazendo o Kaingang acordar e perceber o que estava acontecendo dentro da Terra Indígena que estava vivendo, no seu território. Desta maneira a reação não tardaria a chegar e teve seu início no Posto Indígena Nonoai.

Percebe-se então, que além de fazer o indígena Kaingang perder aos poucos sua terra, seu pequeno lote de terra na aldeia. Estavam tentando fazer com que os Kaingang acostumassem com a idéia de ser apenas um trabalhador diarista dentro de sua própria Terra Indígena. Terra essa que logo passaria a ser do colono onde os indígenas apenas seriam uma mão de obra barata, podendo assim estar mais exposto e ser presa fácil do desaparecimento.

A reação de 1978, na Terra Indígena de Nonoai era, então, a luta para não perder mais espaço nenhum, como vieram perdendo em anos anteriores. Os Kaingang, também, passaram a tomar outras decisões importantes e que deram suporte para conquista de 1978, esta não foi uma ação isolada. São elas: Em primeiro lugar, a entrada do grupo Kaingang para o mundo da escrita. Em segundo lugar, os caciques passam a se organizar através de associação ou conselho para discutir sobre a situação de seu povo e junto a isso passaram a dar a sua opinião sobre a lei 6001/73, “Estatuto do Índio”, importante instrumento que para a época ajudou a defender os indígenas e seus direitos.

3.2 - OS KAINGANG: Aprendem a Escrever sua Própria Língua

A vida Kaingang passa por algumas mudanças interessantes para o período vivido por este povo. Depois de sobreviver aos projetos desenvolvimentistas do SPI realizados nos anos que correspondem ao período de 1918 á 1967. O SPI foi extinto e

substituído pela FUNAI que passa a trazer para dentro dos Postos Indígenas pequenas mudanças, tais como construções de novas casas para os Kaingang e o direito a ter por família um pequeno pedaço de terra, um lote, para poder plantar o que necessitassem para sobreviver, estas pequenas mudanças trazidas pela FUNAI como percebemos, adiante, não foram suficientes para trazer profundas transformações nas situações que os Kaingang estavam enfrentando.

Na época do SPI, como já citamos, os Kaingang apenas trabalhavam em lavouras coletivas na forma de mutirão. O restante das terras, cultiváveis, eram em grande parte arrendadas para colonos não indígenas. Estes colonos, em sua maioria, viviam em terras localizadas ao entorno das aldeias, mas com o passar dos anos foram introduzidos a morar dentro das reservas junto aos Kaingang.

O povo Kaingang, assim como os demais povos indígenas do Brasil e aqui podemos incluir até mesmo outros povos da América, teve e ainda tem como tradição a transmissão de seus conhecimentos, costumes e crenças através do uso do instrumento oral. Os Kanhgág aprenderam a escutar e falar sua língua, não perceberam que era chegada a hora de escrever, pois segundo, Wiesermann (2003), eles resistiram à ideia de se ensinar o Kaingang dentro de uma sala de aula. Queriam é que as crianças aprendessem o português e não sua própria língua.

“(…)Yes, they were slowly dying out, reduced to fewer than 7,000 scattered over some twenty-five reservations all across the 4 southern state of Brasil. Alcoholism, and the sickness that pervades a body once it has lost it’s health and spirit were decimating them. They came to regard death as their only way out of their misery. They did not terminate their own lives but were happy”.

Uma leitura superficial do artigo que em sua maior parte fala sobre questão da língua kaingang, realmente nos leva a pensar, que os Kanhgág não querem saber de aprender a escrever sua língua. Querem é aprender o português mesmo e não o Kaingang. Bom, o momento ou período que enfrentam é difícil, então, o que precisam para sobreviver é aprender a língua do fóg (português), para tentar estabelecer alianças, entender melhor o que a sociedade ocidental tinha para oferecer e desta maneira, também, passam a poder enfrentar o que a vida estava lhes propondo naquele momento.

Destacamos o parágrafo, acima, por que é neste ponto em questão que o texto faz uma consideração a situação de alcoolismo e da miséria dentro das aldeias Kaingang. Embora, atualmente, perceba-se que as aldeias indígenas ainda continuam enfrentando esse problema, o do alcoolismo. Esse é um grande problema social para os Kaingang. Segundo Wisermann (2003) a questão de bebida alcoólica dentro das aldeias

vem de longa data. Muito embora, o SPI, enfrentava esta situação com uma repressão muito mais forte que os dias de hoje, mesmo assim, não houve solução para o problema.

Em um artigo publicado em 2003, depois de muito tempo, foi abordado o problema do alcoolismo e a miséria dentro das Terras Kaingang. Que fique claro que naquele momento de negociações de um convênio não era possível fazer esta denúncia sobre o que estavam se passando com o povo Kaingang dentro das aldeias. Mas o convênio foi importante e teve aspectos positivos, por que abriu as portas das aldeias indígenas, oportunizando assim a entrada de informações que assimilada e digerida pelos indígenas Kaingang os ajudaria para empreender a luta que estava por vir.

O projeto de pesquisa que analisa e trabalha com a escrita das línguas indígenas já estava sendo negociado desde 1954 pelo SIL (Summer Institute of Linguistics), pois o mesmo já tinha experiências em educação indígena na América Latina, particularmente no Peru. A proposta foi recusada pelo SPI, pois Cândido Rondon, criador do órgão, defendia a formação de um indigenismo estatal e laico, e não via com bons olhos a atuação das missões religiosas (Barros, 1994, apud Oliveira, 1999).

O SIL conseguiu aprovação de seu projeto, mais tarde com a FUNAI. A primeira experiência junto aos Kaingang aconteceu no ano de 1969. Esta instituição passa, então, a ser oficialmente responsável pela educação indígena. Além de documentar as línguas indígenas, trabalhar na elaboração de alfabetos, das análises fonológica, gramatical e lexical, o SIL ficou encarregado da preparação de material de alfabetização na língua materna e de material de leitura para o treinamento do pessoal docente, tanto da FUNAI, como das missões evangélicas e da preparação de autores indígenas. “A atuação do SIL, portanto, se confundia com a atuação do Estado (Cunha, 1990, apud Oliveira, 1999)”.

A portaria 233/FUNAI, de 03/10/69, criou no Rio Grande do Sul a “Escola Indígena Clara Camarão”, inaugurada em 19/02/1970, no Posto Indígena Guarita, localizada a noroeste do Estado. Esta escola tinha o propósito de sediar cursos para a formação de monitores bilíngües, sendo “a primeira experiência sistemática para a utilização do ensino bilíngüe junto às minorias tribais no Brasil (Santos, 1975, apud Oliveira, 1999)”. Isso só foi possível graças aos convênios mantidos pela FUNAI em parceria com o SIL e com a IECLB (Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil) (Oliveira, 1999).

Neste sentido, tornou-se importantíssimo o curso de formação de Monitores Bilíngües que no início de década de 1970 passou a formar os primeiros indígenas para atuarem em sala de aula. Estes monitores após as suas formações foram contratados pela FUNAI para atuarem nas escolas das reservas indígenas de sua origem, na maioria das vezes. No caso de Ligeiro foram dois os primeiros monitores, os irmãos: Fabrício Fátanh Braga⁴⁷ (in memorian) e Setembrino Póvénh Braga⁴⁸. Este fato torna-se um episódio importante, pois pela primeira vez, depois de muitos e muitos anos o indígena passa a participar do processo de educação escolar de sua própria comunidade. Antes esta tarefa era exercida por padres jesuítas, capuchinhos, auxiliares de ensino e professores todos não indígenas que sempre trabalharam no sentido alienação e desvalorização da cultura indígena.

A Escola Clara Camarões atuou bem forte até meados de 1983 quando formou a última turma, desta vez nem todos conseguiram ser contratados pela FUNAI e acabaram voltando para suas aldeias para esperar uma próxima oportunidade que veio no início dos anos 1990. A Escola não só formou professores, mas também com a ajuda deles conseguiu trabalhar na criação da língua Kaingang escrita e a elaboração de um Dicionário Kaingang, muito usado atualmente nas escolas kaingang.

Uma nova oportunidade de busca de formação veio com o Curso de Formação de Professores na cidade de Bom Progresso e desta vez a formação seria em Ensino Médio Magistério Bilíngüe. Nos anos de 2002 a 2005, o projeto Vãfy com a participação da Universidade de Ijuí (UNIJUI) e Universidade de Passo Fundo (UPF) na organização e execução ajudou a formar mais 80 alunos em nível de ensino médio e magistério bilíngüe. Estes professores atuam atualmente nas aldeias indígenas do Rio Grande do Sul e eles estão vinculados ao Estado através de concursos e contratos emergenciais. O tema com toda certeza merecia ser investigado, mas deixaremos esta tarefa para uma abordagem futura.

3.3 – Pertos do Fim: Os Kaingang Sobrevivem as Ações do SPI

⁴⁷ - Depois de se formar na Escola Clara Camarões, onde fez parte da primeira turma, voltou para sua aldeia de origem a Terra Indígena Ligeiro onde atuou como Professor Monitor Bilíngüe até se aposentar. Depois de um conflito interno ocorrido no ano de 2006 no Ligeiro, Fabrício mudou-se para Serrinha, onde veio a falecer em agosto de 2013.

⁴⁸ - Setembrino P. Braga, o mais jovem dos alunos da primeira turma, com o irmão formou-se e atuou não só no Ligeiro como em outras aldeias por mais de 17 anos como Professor Monitor Bilíngüe. Deixou de atuar e deu continuidade aos estudos e formou-se em Técnico em Enfermagem e a mais de 15 anos atua na área da saúde na Terra Indígena Serrinha.

Como percebemos todas as ações ou projetos desenvolvidos pelo SPI objetivavam a integração dos povos indígenas à comunidade nacional. Dentre estes povos estavam ou estão os Kaingang do Rio Grande do Sul que enfrentaram a repressão que buscava forçá-los, introduzindo a eles ao trabalho agrícola. A escola procurava lapidá-los para agricultura, mas também, ajudava a extinguir a língua, hoje o principal aspecto da identidade cultural Kaingang. O arrendamento buscava consolidar a presença de não- indígenas no interior dos Postos Indígenas. O que facilitava a miscigenação e a possibilidade de perda da terra.

As denúncias das atividades desenvolvidas pelo SPI não tardaram para acontecer e assim as pressões fizeram com que o governo, agora militar, em 1967 extinguisse o SPI e criasse a FUNAI (Marcon, 1994). Para isso acontecer se percebe que organizações ligadas às igrejas católica e luterana foram de fundamental importância, pois estas, mesmo sob a vigilância ou proibição do SPI se adentraram para o interior dos Postos Indígenas e conseguiram ver a real situação enfrentada pelos Kaingang.

A abertura dos Postos indígenas para as pessoas que representavam igrejas não foi algo fácil de alcançar. O projeto de estudo através do SIL pouco a pouco fez com que as pessoas ligadas à igreja luterana começassem a ter uma presença mais constante e isso de certa maneira trouxe ajuda aos Kaingang, pois estes passaram a ser um elo, de ligação dos Kaingang com o mundo fora das aldeias. Estes representantes de igrejas conseguiram quebrar uma barreira muito forte criada pelo SPI, o de isolar os indígenas. Estes novos agentes trouxeram consigo mais informações, que apropriadas pelos Kaingang, também, serviram de base e fomento da grande reação Kaingang que estava por vir.

Assim como outros povos nativos do Brasil, os Kaingang, desde os primeiros contatos que datam os anos de 1628 a 1630, também, enfrentaram guerras com o não indígenas, mas, também, em muitas vezes foram provocados e estimulados a criar guerra entre si. Foram escravizados, sofre com as epidemias, além da espoliação de seus territórios e o desrespeito. Estes enfrentamentos contribuíram em muito para que aos poucos este grupo indígena, também, assim como tantos outros fossem eliminados e chegassem à condição de desaparecidos como planejou e estado brasileiro desde os primórdios de sua formação.

Nas décadas de 1950 e 1960 os Kaingang estavam fadados ao desaparecimento, pois muitos estudos de especialistas já os classificavam como povo aculturado, em outras palavras um povo sem cultura. Sendo assim não mereciam a

atenção que era dispensada a outros povos indígenas com símbolos culturais mais fortes no cotidiano de suas vidas. O Kaingang estava confinado em pequenas reservas, cercado de todos os lados, e foi obrigado através do uso da força a atuar como um pequeno colono, isto é, foi forçado com o uso de várias formas de repressão a se tornar um agricultor. Mas para que? Onde ele vai poder trabalhar? Pois sabemos que as terras das suas aldeias estavam sendo loteadas pelos agentes oficiais e arrendadas aos não indígenas.

Então, o projeto integração nacional era este, fazer o povo indígena diluir-se em meio aos “nacionais”. Lembremos que o projeto elaborado e levado a cabo pelos agentes do SPI entrou com muito mais força e facilidade nas reservas indígenas do sul do Brasil, isto é, junto aos Kaingang. Neste período eles já não mais considerados como um povo indígena, porque vivia em uma região que foi completamente dominada pela colonização, sendo assim mais dia ou menos dia a tendência era a que iria desaparecer. Os números apontavam, muito claramente, para esta direção. Os Kaingang haviam diminuído significativamente, perderam muitos de seus aspectos culturais e a maioria já não mais falava a sua própria língua, sua principal identidade até os dias de hoje.

A situação que se apresentava exigia dessa população uma reação imediata e assim eles buscaram forças e estímulo nas informações trazidas por seus próprios membros que buscavam a sua formação. As lideranças tradicionais também procuraram se organizar. Através do debate em torno da lei 6001\73 oportunizou-se o encontro de caciques e a atuação das organizações não governamentais, que tiveram um papel muito importante no sentido de fornecer informações para a organização dos movimentos e é claro a tomada de coragem pelo povo. Este foi o pilar central da reação que eclodiu em 1978. Mediante o silêncio e a negligência do governo federal e seus órgãos oficiais, representados pelos seus agentes, os Kaingangs tomaram para si o protagonismo atuando como guerreiros que são, e passaram a expulsar os colonos que moravam dentro das Terras Indígenas.

No processo de construção e elaboração da lei 6001\73 os povos indígenas e principalmente os Kaingang receberam a promessa e agora a lei dava base para esta que era uma antiga reivindicação dos indígenas. Mesmo assim o governo não tomou as providências necessárias para a retirada dos colonos que já por muitos anos viviam dentro das terras indígenas. A FUNAI, principal órgão do governo que detinha a tutela dos indígenas, não tomou as medidas efetivas para retirar os colonos, sendo assim os

próprios indígenas tomaram a iniciativa e como disseram, aqueles que entrevistamos, avisamos os colonos trinta dias antes de agirmos.

“(...) Damos prazo, damos o tempo necessário para os colonos se organizarem, tempo para que fizessem suas colheitas e teimosamente insistiam em permanecer nas terras das aldeias que pretendiam se apossar com o passar do tempo. Como os colonos não saíram, pois estavam avisados, nós tivemos que agir e primeiro nos deslocamos até as capelas. Neste caso, tivemos que enganar os brancos, nos deslocamos em caminhões e como em números nós éramos poucos, os indígenas que fizeram as primeiras viagens de deslocamento tiveram que voltar por outro caminho, por um atalho (...). (...) Voltavam para o início da viagem, onde embarcávamos nos caminhões e desta maneira foram caminhões e caminhões cheios de mas mesmo assim alguns reagiram. Mas a principal ação que foi feito, foi o de queimar as escolas e as igrejas nas capelas que se instalavam e estavam crescendo dentro das aldeias”(Carlos Kanhró (Kaxú), entrevista, 2011).

A ação Kaingang neste período, como nos mostra o vídeo “Terra de Índios 1978” de Zelito Viana, que o movimento dos Kaingang não se deu apenas em Nonoai, mas, também, se deu na Terra Indígena Rio das Cobras. Como vimos na fala, acima, esta foi à estratégia utilizada na Terra Indígena de Nonoai. Na época a aldeia de Nonoai era liderada pelo cacique Nelson Xangrê e Rio das Cobras tinha como líder o cacique Angelo Kretân, este último morto no início dos anos 80, suspeita-se que esta, também, foi mais uma ação da ditadura que governava o país neste período. O movimento de Nonoai criou, então, no Rio Grande do Sul ou fez o órgão oficial, FUNAI, tomar a iniciativa de reunir-se com os caciques e assim acalmando os ânimos, o órgão passou a participar ou acompanhar mais de perto a retiradas dos colonos que viviam em Nonoai, mas, também, em Guarita, Ligeiro e outras. A retirada, então, aconteceu até os meados do ano de 1983.

Para o líder do movimento, Nelson Xangrê, o que fez parece ter sido uma ação sem grandes efeitos, mas uma mais profunda dos fatos naquele momento de Ditadura Militar e enfrentar o sistema que tinha como plano a integração nacional, isto é, fazer a todo custo desaparecer o indígena, tanto culturalmente, como fisicamente. Portanto dentro do contexto histórico dos Kaingang, a ação de seu líder premeditada ou não foi de suma importância, um marco histórico que garantiu a sobrevivência do grupo, como etnia indígena e ainda mais, como ser humano diferenciado e específico em seus vários aspectos.

4 – CAPÍTULO III: RECONQUISTANDO TERRITÓRIOS PERDIDOS: A

Marcha Kaingang e o início da Busca das Terras Perdidas

Kanhgág ag tóg, ag Nonoai tỹ fóg ag pán kar kỹ, ag ne ser, ga to vēsunsón mũ ser. Nonoai kar Iraí tóg ag ga krenkrenjá ki ge kỹ, fog ag pã'i mág my. Êg ga ty ãjag to ty si ke ka nytĩ. Kur êg my ty mág ge món, ke ag tóg Kanhgág ag.⁴⁹

4.1 – A Reconquista das Terras Perdidas

Logo após a expulsão dos não indígenas de dentro de suas terras, os Kaingang de Nonoai iniciaram um processo que reivindicava a ampliação de sua reserva. Como vimos às ações sucessivas de governos do Estado foram aos poucos diminuindo o antigo aldeamento de Nonoai. Na década de 1980 Nonoai nada mais era do que uma pequena aldeia chamada de Iraí, e os habitantes passam a solicitar junto a FUNAI demarcação não só da área onde viviam, mas também do entorno que lhes foi tomado em anos anteriores.

Depois de iniciar um movimento que teve como resultado a remoção, retirada ou mesmo a expulsão dos colonos que por, com toda certeza, foram atraídos pela possibilidade do arrendamento de terras indígenas pelos agentes oficiais que permitia a eles morar dentro das aldeias Kaingang, junto aos indígenas. Como venho destacando, este tipo de relação imposta aos Kaingang trouxe transformações profundas na sua cultura, as conseqüências muitas vezes ainda hoje são percebidas no cotidiano da vida deste povo.

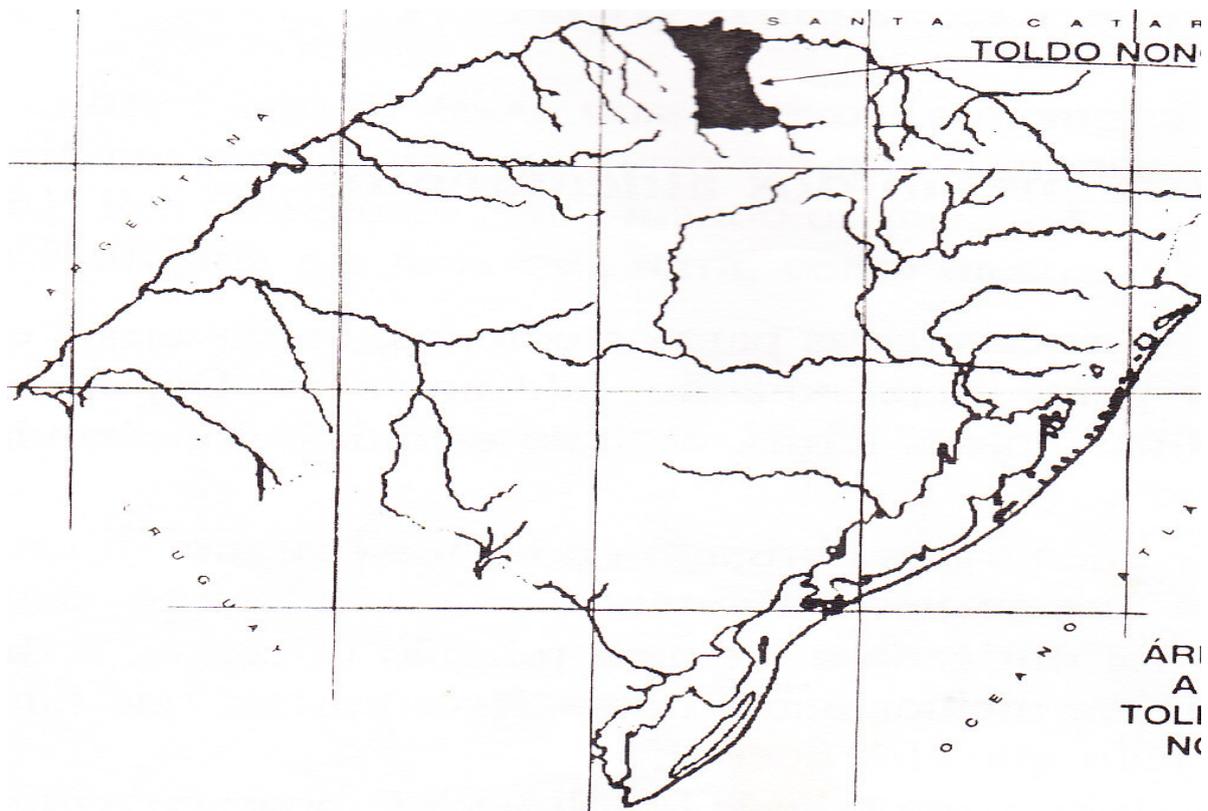
A luta para ter suas terras, que foram demarcadas ainda em 1910, livres de intrusos, que em algum momento poderiam se apossar e expulsar, os verdadeiros donos era algo eminente. Não foi, então, a luta pela terra um processo fácil e rápido de se resolver para os Kaingang. Porque, se passou mais de uma década em discussão, organização, mobilização e coragem para partir para o confronto que, talvez, não teria volta. A situação exigia uma grande gana de coragem, pois havia a possibilidade de enfrentar a reação do colono e ainda mais, teria que se preparar para enfrentar um governo militar que tinha como prática a repressão e pelas ações que desenvolvia até aquele momento com a questão indígena, mostrou-se anti-indígena.

⁴⁹ - Traduzindo: Neste capítulo abordaremos que depois de garantir as terras de suas aldeias os Kaingang, passam a reivindicar dos governos a devolução de terras perdidas. Nossas terras foram diminuídas, roubadas de nós, agora queremos de volta para ampliar o pouco que deixaram para nós.

Portanto a luta que se apresentava seria árdua, longa e desgastante. Segundo as falas de Xangrê, em entrevista ao jornal Zero Hora de setembro de 1998, naquela época ele era jovem e fez o que precisava ser feito, não medindo as conseqüências e pagou um preço bem caro por sua ousadia, pois teve de se esconder por muito tempo no interior das aldeias de Nonoai, Rio da Várzea e Irai. Xangrê vive atualmente em Irai, com sua família, seus filhos fazem parte, também, da liderança da aldeia.

O sucessor de Xangrê em Nonoai é o indígena Orestes Nascimento, mais conhecido entre os Kaingang como Zé Lopes. Lopes deu continuidade á luta de seu antecessor, mas agora a luta não era mais para tirar os colonos que moravam dentro da aldeia e sim pelo espaço que pertencia a aldeia no início de sua demarcação e que pela ação de governos estaduais de décadas anteriores foi tirada dos indígenas para loteamento e conseqüentemente venda aos novos colonos que chegavam a região. Nascimento, ainda hoje é cacique da Terra Indígena de Nonoai, sua luta pela terra fez com este líder Kaingang conquistasse o respeito, a simpatia e a admiração de seu povo. Não por acaso Zé Lopes é o cacique que há mais tempo exerce esta função no Rio Grande do Sul.

Antes de ser repassada a administração federal nos anos de 1940, o Toldo de Nonoai, que agora passaria a ser chamado de Posto Indígena, teve sua área diminuída (Simonian, apud Tau Golin, 2009). Esta aldeia foi inicialmente demarcada entre os anos de 1910 e 1911 junto com mais 10 aldeias. Nesta demarcação a área destinada aos Kaingang ficou entorno de 49 mil hectares. Esta área foi, então, reduzida para menos da metade já antes de 1945, quando foi oficialmente passada para administração do órgão federal. Observemos, então, o quanto os Kaingang de Nonoai perderam em menos de cem anos de demarcação de sua aldeia. Os primeiros registros sobre a demarcação de Nonoai datam de 1856, como podemos observar nos mapas a seguir:



Credito dos mapas: Cartinha sobre a Terra Indígena da Serrinha.

A medida da área do Toldo de Nonoai neste período é de 420 mil hectares, segundo registros arquivados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Percebe-se, então, com a mais diminuição de 1940 que a área original foi reduzida em praticamente 90%. É desta maneira que questão da terra foi tratada com os Kaingang, um desrespeito total.

Após tantas perdas os Kaingang de Nonoai novamente se mobilizam agora não mais para expulsar os colonos arrendatários que moravam junto com os indígenas numa área que fora reduzida para 14 mil hectares depois de 1940. Sabendo que poderiam, também, perder este pequeno espaço os Kaingang reagiram e conseguiram retirar de suas terras mais 1.500 famílias de agricultores não indígenas.

O espaço logo foi considerado pequeno e impossibilitaria a sobrevivência física e cultural e se fazia necessário, organizar-se novamente para desta vez buscar a terra que lhes foi tirada, loteada e vendida. Os Kaingang liderados desta vez, por Lopes avançaram os limites da aldeia onde moravam e ocuparam o lugar denominado Quarta Seção, no município de Planalto. Esta luta, assim como a de Irai arrastou-se ao longo de mais de 10 anos de espera (Simonian, apud Tau Golin, 2009). A reivindicação avançou mesmo com a consolidação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, mas mesmo, assim, exigiu do Kaingang mobilização, união dos vários caciques, de várias aldeias para valer o que estava escrito na lei, mas na prática não era respeitado e muito menos realizado.

Paralelo ao movimento iniciado em Irai, os Kaingang também deram início ao seu movimento de reconquista de espaço perdido ao longo de sua trajetória de sobrevivência. Á exemplo de Nonoai, para Irai a espera, também, com o passar dos anos foi tornando-se longa e cansativa (Tau Golin, 2009). Podemos pensar que essa demora em resolver a situação foi á estratégia dos governos federal e estadual para cansar os Kaingang e fazer desistir de sua empreitada. Não contavam eles que estes indígenas estavam determinados novamente e esperariam mais de 10 anos de discussões em reuniões, viagem para Porto Alegre, para Brasília, para Passo Fundo, pois a sede da FUNAI mudaria nos anos de 1990 para esta cidade.

O impulso a estes movimentos veio com a Constituição Federal 1988. A lei registrada nesta carta magna veio dar sobrevida a reivindicação Kaingang. Ainda liderados por Lopes e da Silva, uns em Nonoai, outros em Irai reuniram os caciques das demais aldeias do Rio Grande do Sul, alguns de Santa Catarina e Paraná e decidiram avançar com os marcos territoriais e fixá-los nos locais que conheciam ser suas antigas

fronteiras. Esta ação de união dos Kaingang mostrou a força deste povo aos governantes que em 1992 cederam às pressões do movimento e reconheceram, registraram e homologaram o espaço conhecido como Quarta Seção e a devolveram aos verdadeiros donos.

Quanto a Irai, uma população de mais de trinta famílias que por anos vivia espremida em um lugar com pouco mais de meio hectare, nas proximidades do Arroio do Mel, conquistou com a liderança de Augusto da Silva (in memoriam) e alguns companheiros uma área que mede um pouco mais de 200 hectares (Tau Golin, 2009). E foi ali, neste local que os Kaingang demonstraram a sua verdadeira força.

A concentração da força foi em Irai, ali chegaram centenas e centenas de Kaingang, viajaram de madrugada em caminhões lotados de indígenas prontas para enfrentar mais uma vez os colonos e os governos que insistentemente esforçavam-se em não reconhecer o direito indígena garantido na constituição, principalmente, em seus artigos 231 e 232.

Embora a luta para ampliar seus limites em Nonoai e Irai tenha levado uma década na avaliação de alguns líderes indígenas com as quais conversamos, estas reivindicações foram fáceis. Imaginamos, então, que fácil somente foi um modo de falar, porque o espaço reivindicado estava localizado ao lado da aldeia já reconhecida, no caso, a de Nonoai. Em Irai a situação muda, muda porque os Kaingang estavam localizados num misero espaço de meio hectare e o lugar não era reconhecido como Terra Indígena. O reconhecimento só veio a partir da reconquista de toda área reivindicada em 1992.

4.2 – Os Kaingang Reconquistam as Terras Totalmente Expropriadas

A história de luta dos Kaingang pela terra como percebemos, vem de longa data. Agora eles procuram tomar posse do entorno das aldeias que, também, fora expropriados dos próprios indígenas e destinado a colonização. A situação se inverteu para uma relação de arrendamento, outra forma de ir aos poucos, desapropriando o legítimo dono da terra. Esta é a relação que se estabeleceu no interior das aldeias quando os colonos passaram a morar lá dentro. A relação se invertia, o indígena passava a ser considerado um pequeno possessor, que passaria a servir apenas de mão de obra.

A ação dos Kaingang foi abalada diante desta possibilidade, de perda total da terra, que já estava em curso desde pelo menos 1928 com a extinção total do Toldo. As terras foram loteadas e vendidas aos colonos que estabeleceram articulações e alianças

de maneira que impedissem a volta dos Kaingang para seus antigos local de origem, mas este é um tema que pretendemos dedicar especial atenção no último capítulo de nosso trabalho. Assim, deixamos Caseiros para mais tarde e seguimos com outras lutas que, também, foram importantes para a história dos Kaingang no final do século XX.

Diante dos resultados positivos em Nonoai e em Irai em 1992, outras Terras Indígenas, também, manifestaram interesse de reconquistar seus territórios perdidas. É o caso de Votouro, que assim como suas duas irmãs, Nonoai e Irai, reivindicou ampliação de suas fronteiras, assim como as outras, acima, de posse de documentos que comprovariam a veracidade de seu pedido. A liderança de Votouro encaminhou aos órgãos competentes seu pedido, principalmente, através da FUNAI.

Enquanto os processos tramitavam, os Kaingang de Votouro, também, esperaram por um bom tempo pelo resultado de sua luta. A espera valeu, pois o resultado foi positivo e permitiu a comunidade se reorganizar em cima de um espaço maior de terra que era seu e havia sido tomado pelos governos interessados apenas nos lucros que a colonização poderia lhes oferecer.

Embora tenha mencionado que dedicaria um capítulo de nosso trabalho, a história de Caseiro, não poderia deixar de falar neste parágrafo como foi, resumindo é claro, a reconquista de Monte Caseiro. A retomada desta aldeia, ao contrário dos demais casos, exigia muito mais atenção do já havia se dedicado. Tratava-se também de luta por terras, mas o caso era diferente das reivindicações até aquele momento encaminhadas. Nonoai, Irai e Votouro eram ampliações, os indígenas moravam ali e ao lado existia um espaço de terras já ocupadas pelos colonos, mas que num passado não muito distante pertencia aos Kaingang e que numa determinada época ou ano foi lhes tirada, espoliada, expropriada, enfim. Os Kaingang provaram com história, com documentos e relatórios que seus pedidos eram verdadeiros e o resultado foi que as terras lhes foram devolvidas.

Quanto a Caseiro, embora apresente uma diferença, o estudo realizado seguiu as mesmas regras das demais, isto é, era preciso realizar estudo de identificação e demarcação. Levantamos e falamos em diferente, porque já não era mais um caso de ampliação, mas sim se tratava de reconquistar, recuperar uma área de terras que pertencerá aos Kaingang e que foi totalmente tirada ou expropriada deles e destinada para colonização, quando em 1928 se declarou a extinção do Toldo de Monte Caseiro (Relatório, FUNAI, 2000).

Depois de Casero em 1993, outros acampamentos surgiram, quase que simultaneamente, são eles: Ventarra no município de Erebangó e Serrinha nos

municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras e Engenho Velho. A retomada de Ventarra e Serrinha a exemplo de Casero eram terras que foram expropriadas dos Kaingang no pacote de reforma agrária lançado pelo governador do Rio Grande do Sul no início dos anos de 1960, Leonel de Moura Brizolla (Simonian, apud Tau Golin, 2009).

A reconquista de Ventarra não poderia ser iniciada e encaminhada por outro líder que não fosse o indígena Luiz de Oliveira. Assim como outros Kaingang, Luiz sentiu na pele o que é ser expulso da terra mãe (Zero Hora, setembro, 1998). As famílias Kaingang que viviam em Ventarra, nas palavras de indígenas que passaram por esta experiência, foram carregadas em caminhões com uso abusivo da força, foram assim transportados para outras aldeias, principalmente, para Votouro. Alguns foram levados o para Ligeiro e assim passaram nestas aldeias a estabelecerem relações que ajudaram na subsistência de suas famílias.

O indígena Luiz voltou com a sua e outras famílias para Ventarra, só que desta vez não era uma volta normal e simples, precisava de apoio e a ajuda veio de Ligeiro. Voluntários vieram dar corpo ao movimento e acampados de baixo de casinhas de lona, enfrentaram o sol, a chuva, o inverno, o verão e as ameaças dos moradores que ali se estabeleceram, depois da expropriação e expulsão dos Kaingang entre os anos de 1962 a 1966 (Simonian, apud Tau Golin, 2009). A volta dos indígenas deu início a mais um processo de reivindicação. A resposta à esta luta, foi a devolução de Ventarra aos seus proprietários originários, perfazendo uma área total de 700 hectares.

A história de Serrinha quanto á expropriação e expulsão das famílias Kaingang, seguiu o mesmo padrão de ação realizado em Ventarra. Os indígenas foram carregados em caminhões como se fosse animais e simplesmente transportados e descarregados, a maioria, em Nonoai (Zero Hora, setembro, 1998). Em entrevista ao jornal Zero Hora, não indígenas, que participaram das ações afirmam categoricamente que se preciso fosse fariam tudo de novo sem sentir qualquer tipo de remorso.

A primeira tentativa de ocupação de Serrinha pelos Kaingang havia fracassado. Os indígenas que deram início a esta primeira tentativa de reconquista vieram de Nonoai, para onde foram levadas nos anos de expropriação e extinção do Toldo de Serrinha. As pressões e ameaças fizeram os Kaingang, pela primeira vez, recuar e por um momento desistir de sua tentativa. Em Serrinha, agora dividida em várias capelas ou linhas com chamam as pequenas aglomerações no interior dos municípios. A linha Alto Recreio era a maior comunidade do local, sendo assim em grande número conseguiram afastar a reivindicação por um tempo.

Os Kaingang voltaram para luta em 1996, desta vez, em um número maior e melhores organizados do que na primeira tentativa que fizeram. Desta vez os Kaingang não recuaram mais e conseguiram dar os encaminhamentos necessários a sua reivindicação. Um dos grupos, pois estavam divididos em dois, era liderado pelo indígena Míg acampou-se nas proximidades da Linha Alto Recreio. O outro acampamento foi articulado e coordenado pelo Kanhgág Amantino.

Após muitos anos de espera, como sempre, foi devolvida a maior parte das terras de Serrinha aos Kaingang. A maior parte, não a totalidade, porque ainda hoje tem famílias não indígenas morando na aldeia, diante do fato de que os governos não pagaram as indenizações aqueles que têm direito. Portanto, são 42 famílias que a mais de 15 anos não deixaram ainda as terras que fazem parte do antigo Toldo de Serrinha e ao que parece, pelo andar da carruagem, os governos federal e estadual não demonstram interesse em acelerar o encaminhamento das indenizações que faltam e finalmente restituir Serrinha por completo ao povo Kaingang.

Outra dificuldade que se apresentou no decorrer do processo de identificação e demarcação de Terra Indígena Serrinha foi com ralação ao que parece, o tamanho da área. Em comparação as outras aldeias reconquistadas, Serrinha é a maior, desta maneira o processo tomou caminhos que contribuíram para a lentidão na devolução total da aldeia, tão esperada por sua população que ali acampou, se articulou e se reorganizou, segundo seus usos e costumes. A área total reivindicada pelos Kaingang é de, aproximadamente, 12 mil hectares.

Em setembro de 1998, o jornal de maior circulação no Estado, Zero Hora, lançou uma série de reportagens com o título: Uma Guerra Sem Fim. Apresentou ao pública as reivindicações dos Kaingang, anteriormente apresentadas. Depois de algum tempo dois novos acampamentos surgiram: Kandóia e Rio dos Índios. As duas reivindicações estão com seus processos tramitando, sendo que Rio dos Índios se encontra uma situação mais adiantada em relação á Kandóia. A FUNAI já vem realizando estudo de levantamento fundiário trata-se de um estudo das benfeitorias das famílias não indígenas que se estabeleceram naquele local. Neste estudo a FUNAI faz um levantamento geral de tudo aquilo que a família de agricultor investiu e está construído em cima da propriedade, feito isso, o órgão passa para realizar a próxima etapa que é o pagamento das famílias. Dependendo das famílias é nesta fase que se afastam do local, outras já se retiram antecipadamente, mas ficam em negociação para

poder receber o valor que lhe é devido, deixando o espaço já livre para ocupação dos indígenas (Relatório-FUNAI, 2005).

Kandóia tem nos últimos tempos ganhado as manchetes dos noticiários locais. A disputa muitas vezes é acirrada, tensionando os ânimos, fator que tem contribuído para a falta de interesse do governo federal e estadual. O confronto não ocorre somente em Kandóia, mas também em outros acampamentos, com vítimas em ambos os lados. As mortes geradas por estas disputas sempre repercutem na imprensa regional. E os enfrentamentos pela terra acabam gerando óbitos entre indígenas e não-indígenas.

As últimas notícias que se tem sobre a situação desse acampamento é que o relatório final estaria engavetado no Ministério da Justiça e o próximo passo seria a assinatura por parte do ministro da casa e da presidente de uma Portaria Declaratória, isto é, uma portaria que declara finalmente e reconhece Kandóia como sendo uma Terra Indígena. É lamentável que a situação tenha que chegar ao seu limite para receber o mínimo de atenção por parte das autoridades encarregadas de resolver o problema.

Outro caso interessante e intrigante que merece nossa atenção, ou pelo menos uma breve menção é Borboleta, no município de Salto do Jacuí. Ali, as pessoas se declaram e identificam como sendo indígenas pertencentes à etnia Kaingang. A reivindicação torna-se intrigante por que já foram realizados dois estudos de identificação e demarcação, que sabemos é realizado por uma equipe de profissionais coordenados por um antropólogo. Os dois estudos negam que o lugar tenha sido no passado terra indígena e que o grupo ali acampado é considerado como não sendo indígenas. O fato é que o grupo ampliou e está acampado nesse local desde meados da década de 1980. Já estão vivendo há aproximadamente 30 anos nessas terras. A FUNAI desde os primeiros anos que o grupo acampou e passou a se apresentar e reivindicar um Grupo de Trabalho (GT) para estudo de identificação e demarcação, sempre negou lhes serem indígenas, porque não falavam a língua.

No entanto, com o passar dos anos o grupo cresceu e o local recebeu o tratamento de Terra Indígena Borboleta. No início do acampamento o grupo de pessoas que ali iniciou o movimento vieram das periferias das cidades da região, principalmente de Cruz Alta. Depois de apresentar suas reivindicações a FUNAI, também, começaram a participar das reuniões que tratavam da questão indígena no Rio Grande do Sul.

Após certa estabilidade entre os anos de 1998 a 2002 nas questões referentes as reivindicações de terras, os Kaingang novamente dão início as reuniões de articulação para cobrar e encaminhar a FUNAI novas reivindicações. Os Kaingang ficaram um ano

se articulando, organizando, planejando. Toda demanda, como sabemos, necessita de recursos, sendo assim, buscaram apoiadores e em agosto de 2003 deram início a mais um movimento. Reuniram-se em pontos estratégicos e enquanto o grande grupo trancou as estradas federais (BRs) e as estradas estaduais (ERSs), dois de seus líderes viajaram para a capital federal, Brasília. Coube a Augusto da Silva (In memorian) e Danilo Braga, experiência e juventude Kaingang se unem para negociar e entregar diretamente ao presidente da FUNAI e ao Ministro da Justiça a pauta de reivindicações dos Kaingang do Rio Grande do Sul.

Deste momento em diante foram sucessivas reuniões com a FUNAI que de novo, prometeu dar solução as reivindicações dos indígenas. Os anos passaram e dos pedidos encaminhados em 2003, que na época eram 18 aldeias e acampamentos pedindo formação de grupo de trabalho para estudos de identificação e demarcação. Dois acampamentos que surgiram mais tarde, em 2004 e 2005, Passo Grande de Forquilha e Mato Castelhana receberam a notícia de as suas Portarias Declaratórias foram assinadas, este foi mais um passo importante na luta dos Kaingang.

O que se percebe na análise desta situação é que o processo de identificação e demarcação foi com o passar dos anos se tornando cada vez mais lento, demorado demais. Primeiro, porque se criou através de um Decreto, o decreto\lei 1775 de autoria na época do deputado federal gaúcho Nelson Jobim. O decreto regula e dita como deve acontecer um processo de identificação e demarcação. Como a lei anterior o andamento dos processos era muito mais rápido. Contudo era necessário conceder ao colono ou agricultor, o amplo direito de defesa como diz a constituição.

Então, dentro do processo, logo após a conclusão do estudo e conseqüentemente entrega do relatório final para a FUNAI, o órgão oficial pública a decisão. A partir deste momento o colono, ou os colonos tem um prazo de 90 dias para contestar o relatório que foi feito e publicado. Este é o direito de resposta ou direito de defesa criado dentro de um processo de identificação e demarcação. Há casos de contestações que chegaram aos tribunais, inclusive ao supremo fazendo com que as reivindicações de terras feitas pelos indígenas durem uma eternidade.

Cabe ainda aqui lembrar que um processo demarcatório depende muito do governo federal e estadual. Da boa vontade de um e de outro e o exemplo que podemos citar são dois. O primeiro momento é o período anterior a Constituição Federal de 1988 e um segundo momento vem a ser o período pós 2002. As demandas tanto em um como em outro momento ficaram paralisadas ou andaram muito lentamente. No primeiro

exemplo, o país vivia uma Ditadura Militar onde avanços de demandas sociais foram impedidos de acontecer, pois se prestava pouca atenção às questões sociais, e o caso da questão indígena era um exemplo. Uma porque os indígenas estavam confinados em aldeias e a FUNAI naquele momento tinham de certa maneira o controle da situação. Salvo, a experiência de Nonoai que foi uma exceção, mas aconteceu, tendo a participação, diga-se de passagem, importantíssima de Organizações Não Governamentais (ONGs). Este acontecimento tornou-se um evento importantíssimo para garantir a sobrevivência física e cultural do povo Kaingang que reagiu de maneira determinada naquele ano de 1978.

Ainda em relação ao primeiro momento que temos como marco inicial o ano de 1978, a reação indígena não parou ali, ela teve continuidade no caso as reivindicações por terra. Nonoai e Irai deram início ao movimento e a resposta esperada por seus pedidos só veio mesmo em 1992. Olha o tempo que levou e aí apresentamos o papel da FUNAI que foi de brecar, principalmente, depois de 1978 tais demandas. Percebemos, então, o tempo que levou para dar uma resposta aos Kaingang, fica claro que o órgão seguiu orientações dos governos. E os governos nesta época não tinham interesse em dar terras aos indígenas. Depois de 1978 foram presidentes João Batista Figueiredo, último governo militar, e José Sarney, período em que as reivindicações Kaingang, de Nonoai e Irai foram deixadas de lado, nas gavetas.

O segundo momento que corresponde ao período pós 2002 aos dias de hoje, também é marcado pela lentidão, demora. Na realidade o que acontece é muita conversa e pouca prática, mostrando claramente as intenções do governo: “A falta total de interesse em resolver ou dar resposta as reivindicações dos Kaingang”. Esta demora mostra a falta de interesse para uns, para atender aos interesses de outros. Neste caso de disputa de terras se concede atenção ao grande proprietário, ao agronegócio, a bancada ruralista é muito atuante na câmara dos deputados.

4.3 – A Reconquista de Monte Caseros: Os Kaingang Voltam para Casa

Pryg tỹ 1993 kã, Kanhgág ag ne vënh món kỹ, Monte Casero ra kã mũ kỹ. Ag ga vê, ag jamã.⁵⁰

Como exposto, o Toldo de Caseros foi demarcado na metade final do século XIX para aldear o grupo de Kaingang liderados pelo Cacique Doble. A história do surgimento ou fundação da hoje, Terra Indígena Monte Caseros, é narrada por Becker (1995) em sua obra: O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul. O livro narra a trajetória histórica da presença dos Kaingang no Estado e um dos fatos narrados é o surgimento da disputa entre lideranças, no caso a briga de Braga e Doble. E uma das conseqüências deste episódio foi a fundação do aldeamento de Caseros.

Segundo Becker, citando Mabilde (1983), após uma bem sucedida correria, de ataque dos Coroados⁵¹, o líder Braga fez uma comemoração do feito e assim fez convites para várias aldeias das quais era ele o cacique principal e uma das aldeias da qual era o cacique subordinado o coroadado Doble. Este planejou que era oportuno atacar e derrubar seu líder maior, tomando-lhe o posto de principal e o local que, segundo a narrativa, era estratégico e privilegiado pela natureza, com boa caça, muitas frutas. O motivo para a briga, como vimos, era toco, mas enfim, aconteceu, principalmente, pela influência do colonizador que chegava, neste caso de Mabilde que dentre as funções que exercia, era também, agente do governo estadual.

A partir deste momento o grupo liderado por Braga e que somava 23 aldeias e ocupava toda a região que se localiza entre os municípios de Erechim e São Leopoldo. O grupo ficou dividido em dois, das 23 aldeias, quatro se aliaram, apoiaram e passaram a seguir o agora seu cacique principal Doble, e as outras dezenove aldeias continuaram fiéis a seu antigo e ainda cacique principal Braga (Becker, 1995). Doble a partir de então passou a estabelecer alianças com os colonos e ao próprio governo, passando assim a obter, gozar de certas vantagens e regalias. Em troca tinha de perseguir e caçar os seus irmãos Kaingang e conduzi-los aos aldeamentos que estavam sendo fundados.

⁵⁰ - Traduzindo: No ano de 1993 os Kaingang Voltam para Monte Caseros, reivindicam a de volta, pedem que a devolvam. A terra é deles, é a mãe terra deles.

⁵¹ - A denominação, "Coroadado" é nome dado aos indígenas do Rio Grande do Sul no século XIX. Segundo as explicações o nome era dado pro causa do corte de cabelo, em forma de coroa, tipo o corte de cabelo usado pelos padres franciscanos. Nem os grupos indígenas diferentes dos Guaranis, que viviam no sul do Brasil usavam esse tipo de corte, mas o termo se generalizou e acabou pegando. A expressão Coroadado foi substituída pela denominação Kaingang a partir do ano de 1882, o estudioso ou viajante Telemaco Borba passa a chamar os grupos indígenas diferentes dos Guaranis, que viviam e ainda vivem na região que compreende o sul de São Paulo ao norte do Rio Grande do Sul.

Embora Doble tenha recebido a proteção e apoio do governo estadual, ele sempre teve de estar atento às ações do cacique Braga. Pois depois da cisão, da separação que teve com Doble, Braga declarou guerra de extermínio contra o traidor e sua gente (Becker, 1995). Para fugir de um possível encontro com Braga e cobrando do governo por serviços prestados, Doble foi atendido com a fundação de um aldeamento que foi nomeado de Pontão. Mabilde (1983) comenta que o próprio cacique pediu para que a aldeia ficasse localizada distante da região de circulação e ocupação de Braga.

Mabilde com o passar dos anos, passou a desconfiar das ações de Doble na captura dos Coroados. Porque para o engenheiro, Doble usava sua própria gente, que fingiam ser Coroados selvagens que viviam fora dos aldeamentos. O cacique volta e meia apresentava-se as autoridades com indígenas capturados, recebia o pagamento pelo serviço e, como referimos acima, fingia conduzi-los para os aldeamentos e no caminho como tratavam de membro de sua gente, os libertava e voltavam para a aldeia que estavam morando naquele momento. Mabilde narra em um relatório para o governo, que em um destes acontecimentos seguiu o cacique e acabou descobrindo o que fazia e quando o agente procurou se aproximar o cacique afastava-se, não permitindo a aproximação para que sua artimanha não fosse descoberta de fato (Becker, 1995).

Para vigiar a região, incluindo as movimentações dos Coroados, o governo imperial fundou a Colônia Militar de Monte Caseros. Nesta época Doble havia prestado alguns serviços para o governo, então, partiu ele mesmo para Porto Alegre para cobrar o pagamento dos serviços feito. Este fato nos mostra, também, como o cacique se enganara com a aliança que estabelecerá com a autoridade estadual, pois o pagamento dado ao cacique veio acompanhado da doação de fardas de soldados que morreram de varíola. O cacique quando chegou á aldeia fez a distribuição a sua gente das fardas, a consequência imediata foi a contaminação dos Coroados pela doença, no caso a varíola, que acabou matando praticamente toda a tribo, incluindo o seu líder (Becker, 1996).

Os Coroados que a epidemia não matou, buscaram socorro e refugio junto a Colônia Militar. Assim os Coroados foram alojados com a passar do tempo nas proximidades da Colônia Militar (Becker, 1995). A colônia com o passar dos anos foi extinta e para os indios alojados nas proximidades fundou-se em meados de 1880 o Toldo de Monte Caseros.

A fundação do Toldo de Monte Caseros fez surgir, então, mais um toldo na região onde se fundou em 1849 o Aldeamento de Campo do Meio. Caseros passa a ser mais um toldo que resultou da fragmentação do grande aldeamento de Campo do Meio

fundado para gente do cacique Braga pelo padre Bernardo Parés que não mediu esforços em viagem pelos sertões e em negociações com o governo do Estado (Lutterbeck, 1977).

Os anos passaram e no Brasil o império foi substituído pela república. Os governos, federal e estadual, passaram a iniciar tratativas no sentido de demarcar os espaços ocupados pelos indígenas. No Rio Grande do Sul vários toldos tinham sido fundados e entregues aos Kaingang. Em dois dos toldos criados o diretor da Secretária de Obras do Estado Torres Gonçalves visitou em 1909. A tentativa do diretor na realidade foi tentar extinguir um dos toldos, ou Ligeiro ou Faxinal (Laytano, 1955).

As demarcações realizadas no ano de 1911 no estado do Rio Grande do Sul aconteceram com um acompanhamento parcial de agentes federais do SPI. Um conjunto de onze toldos foi demarcado, no caso: Guarita, Nonoai (2), Ligeiro, Faxinal, Votouro, Ianhcorá, Caseros, Serrinha, Carreteiro e Lagoão (Guarani) (Laytano, 1955).

Os toldos demarcados permaneceram sob a administração do Estado, pelo menos até meados de 1918, quando o SPI novamente se faz presente no Rio Grande do Sul e reivindica a administração de apenas um desses toldos. Neste momento, então, o Toldo de Ligeiro passa a ser administrado pela agência nacional SPI (Marcon, 1994). A partir de então passa a ser chamado de Posto Indígena Ligeiro e em alguns documentos mais tarde, também, com a chegada do chefe de posto recebe o nome de Posto Indígena Paulinho de Almeida, talvez uma homenagem para o chefe. Os demais toldos continuaram sendo administrados pelo governo estadual.

Passaram-se alguns anos e nota-se que as agências estadual e federal não interfere na administração de uma e nem de outra, mas acabam ajudando-se quando o interesse lhes convém. Percebemos esta ajuda mútua quando o Toldo de Caseros foi declarado extinto em 1928 pelo governo estadual. Os dados do relatório antropológico da FUNAI sobre Caseros são reveladores, porque enquanto os indígenas enfrentaram uma epidemia de febre e buscaram socorro, ajuda em outras aldeias como Cacique Doble e Ligeiro. O Estado tratou de expropriar o local dos indígenas, loteando e vendendo. A busca por socorro em outras aldeias revela que não havia nenhum tipo de política na área da saúde para prestar atendimento aos Kaingang. Eles estavam abandonados a própria sorte.

Nas narrativas do relatório os Kaingang foram para Cacique Doble e Ligeiro. Lá receberam os tratamentos necessários, mas mesmo assim continuaram com o desejo de voltar à terra natal, para Caseros. Os Kaingang foram impedidos de voltar e o fato é

narrado por Luis Franco, indígena morador de Ligeiro. Diz Franco que foi procurado por outros indígenas que haviam chegado ao Ligeiro, vindos de Monte Caseros. Estes revelaram a ele o desejo de voltar para Caseros. Nessa ocasião Franco procurou o chefe para lhe comunicar que os indígenas que eram moradores de Caseros queriam retornar para as suas moradas. Luis foi reprimido pelo chefe que lhe comunicou que os indígenas vindos de Caseros não poderiam mais voltar para lá e sim deveriam permanecer no Ligeiro, onde deveriam instalar-se e agora passar a morar (Relatório, FUNAI, 2000).

Nesta confusão gerada por uma epidemia os Kaingang de Caseros acabaram, mesmo sem querer deixando o espaço por eles ocupado, vazio, o que aos olhos do governo do Estado e seus agentes colaboradores souou como abandono. Desta maneira, o governo, secretaria de obras, onde se tratavam os assuntos referentes aos indígenas e as empresas de colonização lotearam a área onde se localizava o toldo e venderam aos colonos (Relatório, FUNAI, 2000).

Como a área que correspondia ao Toldo Indígena de Monte Caseros foi ocupada entre os anos de 1928 a 1930 pelos colonos, Monte Caseros passou a ser considerado extinto pelas autoridades. Esta avaliação por parte do governo fez diminuir o espaço destinado aos Kaingang, território este que estava em muito reduzido em decorrência das demarcações realizadas em 1911. Segundo Torres Gonçalves em seu relatório: “Foram demarcados um total de onze toldos, mas ao entorno deles existiam vários outros”. Logo é fácil perceber que o espaço outrora ocupado pelos Kaingang não foi demarcado em sua totalidade. Recordo mais uma vez que a soma do território dos onze toldos demarcados chegou a um total de 98 mil hectares. E com a extinção de Monte Caseros a perda territorial foi de 1.001 hectares.

Assim como os demais aldeamentos, o Toldo de Monte Caseros era parte do grande aldeamento de Campo de Meio. Segundo informações da FUNAI no período de sua fundação o aldeamento pode ter tido uma área equivalente a 220 mil hectares. As seguidas ações depois do lançamento da Lei de Terras de 1850 pelo governo imperial favoreceram a grilagem, espoliação e expropriação da grande aldeia Kaingang fundada para ocupação do grande cacique Braga e sua gente. Duas ações de governo favoreceram em muito para o esvaziamento do espaço de abrangência de Campo do Meio. Primeiro o projeto ou plano de reunir todos os Kaingang em Nonoai e segundo a ação em si, convenceram e conduziram os caciques Braga e Doble para Nonoai. Porém anos mais tarde, eles acabaram retornando a sua terra de origem e encontram o antigo

Campo do Meio todo ocupado, dominado pelos colonizadores. Aos Coroados restaram apenas pequenos bolsões, localizados nos fundos de fazendas para ocupar.

Os Kaingang de Caseros passaram, então, a viver em outras aldeias localizadas e distribuídas pela região, tais como: Carreteiro, Ligeiro, Faxinal e Cacique Doble. O Toldo de Faxinal, também, passou por interferências semelhantes à experiência vivenciada por Monte Caseros e tal qual, também, foi extinto. As últimas referências ou notícias que se tem do Toldo Faxinal datam de 1937. Fizemos referência ao Toldo Faxinal no primeiro capítulo, onde em 1909, o toldo foi visitado por Torres Gonçalves e na época era cacique Faustino Ferreira Doble. Com extinção de Faxinal, possivelmente os Kaingang que ocupavam este lugar foram distribuídos para outras aldeias da região, principalmente, para Cacique Doble que surgiu depois da dissidência entre os Kaingang que viviam no Toldo Faxinal (Laytano, 1955).

À volta ao território espoliado e expropriado dos Kaingang se deu em meados de 1993, em pleno inverno gaúcho. O movimento indígena tratou de retomar o espaço onde se localizava o Toldo de Monte Caseros, embasado essa retomada nas discussões antropológicas e na pesquisa histórica. Monteiro (1994) explica que a ocupação dentro do espaço territorial muitas vezes é feita a partir do surgimento de uma nova liderança. Quando surge um novo líder simpático ao grupo sempre ocorre uma divisão, fazendo com que o novo grupo, na maioria das vezes, parta a procura de um novo local para instalar a nova aldeia.

No caso do retorno a Monte Caseros, o grupo que ali chegou não fugiu a regra de ocupação de seu território. Seguiu a lógica de ocupação Kaingang que tem como base a sua cosmovisão de mundo (Rosa, 2005). Os grupos de Kaingang que chegaram a Monte Caseros formaram um acampamento, e reivindicavam a devolução de suas terras. Essa divisão surgiu na Terra Indígena Guarita.

Para saber o que ocorreu estabelecemos conversa com um jovem Kaingang. O jovem nos revelou porque aconteceu a divisão do grupo em Guarita. Era cacique de Guarita, entre os anos de 1988 a 1992 o indígena Samuel Claudino, que foi convidado pela FUNAI para assumir a chefia da terra indígena. Para assumir a função de chefe de posto Claudino repassou o cargo de cacique ao indígena Valdir Joaquim. Em 1993 Samuel foi demitido da função de chefe, ao que parece por articulação de Joaquim. Não aceitando esta decisão Claudino em uma tentativa de virada de mesa tentou voltar ao cargo de cacique, mas já era tarde. Joaquim estava bem articulado e no pouco tempo que estava de cacique conquistou a simpatia do povo e naquele momento de possível

conflito contava com apoio da maioria dos Kaingang de Guarita (entrevista, Ildo Ferreira, 2005).

Sem mais alternativa, Claudino junto de seus familiares, simpatizantes e apoiadores tomam a decisão de procurar uma nova terra. Decidiram caminhar em direção à Monte Caseros, aldeia extinta em 1928. A primeira dificuldade encontrada, segundo suas falas é que não conheciam a região e muito menos o local exato da antiga aldeia de Caseros. O local escolhido para acampar foi no município de Caseiro, nas proximidades da cidade. Este local não correspondia as terras da antiga aldeia, mas era preciso estabelecer-se uma base, um acampamento provisório para descansar e planejar melhor os próximos passos.

A situação tornava-se cada vez difícil, porque os não indígenas descobriram o verdadeiro interesse dos Kaingang e para que desistissem de sua reivindicação fizeram propostas tentadoras, a princípio os indígenas liderados por Antonio Sales que havia sido aclamado cacique resistiram. Alguns dias mais tarde cedendo as pressões o grupo novamente se divide e Sales e suas gente se afastaram dizendo que iriam procurar outro lugar para reivindicar (Entrevista, Gabriel Claudino, 2005).

O grupo que permaneceu organizou e nomeou uma nova liderança, sendo aclamado seu líder principal, o cacique Gabriel Claudino que permanece líder até os dias de hoje. Os Kaingang já haviam escolhido seu líder e era necessário organizar-se e fazer sua reivindicação avançar, pois haviam deixado o tempo passar com intrigas internas e continuavam no mesmo lugar onde acamparam inicialmente, local próximo da cidade de Caseiro e a beira da BR 382, Passo Fundo a Lagoa Vermelha (Entrevista, Adão Ferreira, 2005).

Agora o grupo encontrava-se reorganizado e após realizar algumas reuniões internas buscou apoio em Ligeiro e Cacique Doble, pois nestas aldeias estavam morando, apesar da idade avançada alguns Kaingang naturais e descendentes diretos de antigo Toldo de Monte Caseros. O primeiro plano realizado por Claudino na companhia de companheiros vindo de Ligeiro e Cacique foi visitar, às escondidas, o verdadeiro local da área que pertencia a Caseros. Depois de ter feito o reconhecimento do lugar era necessário traçar novamente um plano de ocupação. Para realizar este movimento era preciso reforço, e ele chegou com mais gente de Ligeiro e Cacique. Os Kaingang estavam decididos e não poderiam recuar. Recuar seria naquele momento uma derrota.

Os Kaingang da Terra Indígena Ligeiro, liderados por seu cacique Florindo Lima, vieram em peso, um número muito grande de homens chegou a Caseros. Vieram

em caminhões, em tratores e com carroções e assim juntando-se aos demais companheiros. Todos estavam decididos a retomar Monte Caseros, alguns já sabiam o local exato da antiga aldeia. As terras antes pertencentes ao Toldo de Monte Caseros encontravam-se divididas em duas capelas. Uma capela tinha o nome de Capela Santo Antonio e a outra Capela Santa Catarina (G. Claudino, entrevista, 2005).

O grupo chegou de madrugada a Santo Antonio, não encontrou resistência nenhuma e foi logo ocupando o clube (Salão) e no entorno agiram rápido, montaram o acampamento, fazendo as casinhas de lona preta. Os Kaingang permaneceram atentos e vigilantes até o dia clarear, havia medo da reação dos não indígenas, temiam que viessem atacá-los, mas não ocorreu nenhum tipo de oposição que caracterizasse um confronto, tudo tranquilo (G. Claudino, entrevista, 2005). O lugar, agora estava de volta ao domínio dos Kaingang.

Para Gabriel, alguns meses vivendo na capela de Santo Antonio, município de Muliterno, foram tranquilos, a relação com os não indígenas não era amistosa, mas foi se estabelecendo. Pois os fóg (brancos) procuram os Kanhgág para trabalharem em suas lavouras, na época da plantação e na colheita. Mas era preciso avançar e os Kaingang novamente se articulam com as outras aldeias, que eram: Ligeiro, Cacique Doble e Carreteiro. Desta vez o acampamento queria avançar sua ocupação para a capela de Santa Catarina, no município de Ibiraiaras (Zero Hora, setembro, 1998). No dia marcado o reforço se apresentou e o acampamento mudou-se para Santa Catarina. Trataram de ocupar o clube, a escola e no entorno novamente instalou-se o acampamento, construíram de novo as casinhas de lona preta para abrigar as suas famílias.

Esta ação dos Kaingang, de certa maneira, pressionava a FUNAI para dar encaminhamento a reivindicação do grupo. O pedido deles à FUNAI era para criar um GT (Grupo de Trabalho) para realizar estudo de identificação e demarcação do local reocupado pelos Kaingang. A FUNAI criou o GT que foi coordenado pelo antropólogo Prof. Dr. José Otavio Catafesto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Catafesto em seu relatório ou laudo antropológico conseguiu, então, comprovar que Monte Caseros pertencerá aos Kaingang no passado (Relatório, FUNAI, 2000).

A FUNAI coube dar continuidade ao processo seguindo as regras estabelecidas no decreto-lei 1775. O processo correu normalmente nas instâncias que deveria e no ano de 2002 a comunidade recebeu a notícia de que Monte Caseros foi, reconhecida, e agora através de uma Portaria passava a ser Terra Indígena Monte Caseros. Uma conquista

importante, embasada na Constituição Federal de 1988, que garantiu o reconhecimento das terras ancestrais aos seus ocupantes originários.

A FUNAI novamente voltou a Terra Indígena Monte Caseros, para realizar outro estudo, desta vez das benfeitorias dos colonos que permaneciam ainda morando no local. Encerrado os estudos de benfeitorias realizados com as famílias de colonos, elas receberam o pagamento de suas terras, ou seja, receberam uma indenização. Na ocasião o governador do estado era Olívio Dutra. O trabalho desempenhado pelo governo do Estado nesta época foi fundamental para facilitar a aceitação por parte dos colonos daquela situação que passaram a viver.

No início do século XXI a Terra Indígena Monte Caseros estava livre e totalmente ocupada pelos Kaingang. Como vimos, os eles passaram a se organizar na forma tradicional de seu povo. Em Caseros os indígenas escolheram o seu cacique, que desde os tempos do acampamento permanece o mesmo até os dias atuais.

É preciso lembrar e registrar que quando ainda permaneciam acampados, houve uma segunda divisão no grupo, após acamparem-se na capela de Santa Catarina. E um dos grupos, liderado pelo Kaingang Antonio Míg, acabaram, indo morar no Ligeiro e dali passaram a mobilizar-se e articularam a sua ida para acampar e ocupar Serrinha. Na Terra Indígena Serrinha desde os tempos de acampamento Míg foi aclamado cacique e desta maneira permanece no cargo até o presente (A. Míg, entrevista, 2010).

Embora já tenha feito referência anteriormente, é interessante retomar a tese de que o processo de reconquista de Monte Caseros foi muito mais difícil do que as reconquistas de Nonoai e Irai. A retomada de Nonoai e Irai, levou 12 anos, passou-se a década de 1980 sem resposta e encaminhamento de solução. Contudo, na análise e avaliação dos Kaingang foram reivindicações fáceis, porque os indígenas moravam ao lado. As áreas reconquistadas faziam fronteira com a aldeia, isto é, eram espaços ligadas as aldeias que foram tiradas ou expropriadas dos indígenas e destinadas a colonização, por isso foram consideradas reivindicações de fácil conquista, apesar do tempo que se levou para reaver a área perdida.

Já a reconquista de Monte Caseros no ponto de vista dos Kaingang, seria um processo difícil por ser a reivindicação de uma área muito antiga e que havia sido totalmente expropriada dos indígenas. A resposta a reivindicação de Monte Caseros foi mais rápida, surpreendendo os Kaingang que esperam sim uma solução, mas não em pouco tempo como aconteceu. Na verdade todo trabalho seguiu os mesmos passos que

se orientou seguir com o processo identificação e demarcação de Nonoai e Irai que caracterizaram ser uma ampliação, enquanto que foi a conquista de volta de um espaço ou território totalmente perdido em 1928. Mas em 2002, o momento político era outro e as conquistas tinham um respaldo legal: a Carta Magna de 1988.

Se no início acamparam-se mais de 60 famílias para lutar e reconquistar Monte Caseros. Atualmente são mais de 200 famílias que tem uma base para sobreviver por meio da agricultura e do artesanato. Na área da educação a aldeia tem duas escolas com ensino fundamental e na saúde, também, são dois postos de saúde localizados um no setor Santa Catarina e outro no setor Santo Antonio, assim como as escolas. Na questão da habitação foram desenvolvidos projetos para construção de casas. Desde 2004 conta com o apoio da FUNAI e mais recentemente com a Caixa Federal através do programa federal “minha casa minha vida”.

O crescimento do numero de famílias e conseqüentemente aumento da população demonstra, conforme exposto no início deste trabalho, que a reconquista serviu de estímulo para que o povo Kaingang. A partir da sua organização foi possível continuar subsistindo enquanto um povo, um luta esta que permitiu recuperar sua auto-estima. A reconquista da Terra Indígena Monte Casero é um exemplo de mudança que ocorreu na vida dos Kaingang.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população indígena no Brasil soma atualmente 896,9 mil pessoas. São 305 povos ou etnias que falam mais de 274 línguas, uma diferente da outra (Censo, IBGE, 2010). Desta população, o povo Kaingang é considerado um dos três povos indígenas mais numerosos do Brasil. A análise da trajetória histórica deste povo é impressionante, principalmente após o descobrimento ou invasão de 1500. São mais de 400 anos de contato com a sociedade ocidental sofrendo com as guerras, as doenças, as ações de extermínio, a diminuição de seus grandes territórios, os aldeamentos, a tutela, a repressão e violência dos órgãos oficiais, as diminuições ou expropriações de suas pequenas aldeias. Além de outras formas de violência que surgiram nas últimas décadas.

O estado brasileiro, desde o início de sua formação, trabalhou com muita intensidade pelo extermínio das populações indígenas. O exemplo são as ações que foram praticadas contra estes povos, entre eles os Kaingang. A população indígena no Rio Grande do Sul chegou a cifras numéricas que beiram a extinção, eram no início dos anos de 1900 um pouco mais de 2.700 pessoas.

Atualmente vivem no estado Rio Grande do Sul uma população de 32 mil indígenas (Censo, IBGE, 2010). A FUNAI e a SESAI, são os órgãos federais que trabalham atualmente com os indígenas. A FUNAI compete, segundo seus agentes hoje em dia, á fiscalização e demarcações de terras. A SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena), embora de especial não tenha nada, atua na área da saúde. Estes órgãos trabalham com uma cifra de 23 a 25 mil indígenas no estado do Rio Grande do Sul. Este número atualizado, comparado ao de 1900, acima, mostra que a população indígena cresceu e isso se deve muito graças aos seus próprios esforços, quando passam a ser protagonistas de seu próprio destino. Porque como já referimos anteriormente no que dependesse da atuação do estado seria uma população extinta.

A análise da trajetória dos Kaingang nos mostrou que este povo desde sua origem tem enfrentado adversidades e a reação do grupo os leva a ocupar e avançar para fora das fronteiras de seus territórios antigos, fazendo assim a ampliação de seu espaço de domínio. O avanço para dentro dos novos espaços conquistados é feito através do crescimento natural do grupo, o que permite o surgimento de novas lideranças que na maioria das vezes partem a procura de um local apropriado para a instalação e formação de uma nova aldeia.

Este fenômeno é explicado por Borba (1908) com a narração do Mito de Origem Kaingang e por Monteiro (1994) em sua obra Negros da Terra quando descreve

a forma como grupos de origem tapuia disputam a liderança entre si e na maioria dos casos uma das lideranças se afasta a procura de um novo local para estabelecer uma nova aldeia. Borba narra a fuga dos Kaingang de uma inundação que ocorria, fugiram para o cume de uma serra (Crínjijnmé) e a partir dali se reorganizam e partem novamente para ocupar o espaço de domínio do grupo. Nota-se que na época do descobrimento o europeu colonizador encontrou populações indígenas, como os Kaingang em plena expansão de seus domínios. A ação colonizadora freou o avanço territorial das populações nativas.

As brigas ou conflitos são descritas por Monteiro quando surge um novo líder, mais simpático e mais confiante que o antigo líder. O antigo líder geralmente permanece no seu local de domínio, enquanto o novo líder com seus simpatizantes acabam se afastando a procura de uma nova terra. Mas ambas as explicações mostram como o grupo Kaingang se reorganiza e parte para dominar novamente o espaço considerado tradicional do grupo, portanto, podem ocupar sem problema algum, esta movimentação feita, pelos indígenas, entre eles os Kaingang em dias atuais não vista com bons olhos pela sociedade envolvente.

Com o advento de uma nova fase de imigração a partir de 1824, vimos de novo um movimento Kaingang de resistência num primeiro momento, mas, também de recuo e de aceitação da situação que se impunha as suas vidas. Era preciso aceitar e sobreviver às adversidades que surgiram dentro dos pequenos bolsões de terras que lhes foi demarcado. As demarcações de onze toldos em 1911 mostram tão claramente a diminuição do espaço tradicional Kaingang (Marcon, 1994). Notamos que só Nonoai em 1856 tinha uma área de 420 mil e segundo relatos de funcionários da FUNAI, Campo do Meio e Guarita tiveram uma área de 220 mil hectares cada um, o que daria um espaço com mais de 800 mil hectares de território Kaingang embora já, também, muito diminuído.

No caso dos Kaingang o que aconteceu não foi só demarcar-lhes pequenas aldeias e cercá-los completamente oferecendo aos colonos todas as terras do entorno das reservas. Para apressar, ou acelerar as transformações que se pretendiam os órgãos oficiais, passaram a introduzir o não indígena para morar dentro dos postos indígenas, possibilitando assim a miscigenação em grande escala. Hora! Procurava se proibir as relações, mas na prática nada se fazia, buscando os novos termos usados nos dias de hoje para explicar violências praticadas contra certos gêneros, então, cometeu-se contra

estes indígenas um grande etnocídio cultural, em outras palavras homicídio, morte a cultura deste povo.

Foram mais ou praticamente 80 anos de repressão da república, mas os Kaingang passam a reagir em meados de 1978, o projeto de civilização de certa maneira se rompe e os indígenas passam a ser protagonistas de suas decisões, de sua história. O próximo passo Kaingang agora é partir em busca das terras subtraídas, não toda a terra, o que em nosso modo de ver, seria impossível, mas aquelas perdidas depois da demarcação de 1911. Outro grande passo dado pelos povos indígenas, também, foi de garantir a sua participação na Assembléia Constituinte, esta mobilização mostrou que os indígenas estavam sim dispostos a tudo para de fato garantir os seus direitos, reconhecimento e o respeito que tanto lutaram para conquistar ao longo de séculos.

A grande reação iniciada em 1978 foi um marco importantíssimo no processo histórico dos Kaingang. Depois de expulsar os intrusos de dentro dos pequenos bolsões conquistados com muito sacrifício, garantiram pelo menos um pequeno espaço para sobreviver e ali se reorganizar, como mostra a narrativa do Mito de Origem, e dali partem na busca das terras perdidas e lutam para garantir seus direitos, junto com outros povos na Constituição Federal de 1988. Este contexto de reivindicações e mudança política fez o Kaingang surgir para cenário nacional como povo guerreiro. E felizmente o panorama atual nas academias, com novas abordagens interdisciplinares, vem dando rosto e voz as sociedades indígenas que sobreviveram á catástrofe demográfica identificada pela escola de Berkeley (Borah, 1976 apud Bessa Freire, 2010).

Por sua vez, se voltarmos para dois séculos atrás, percebe-se que o contato da sociedade Kaingang no território do atual estado do Rio Grande do Sul no século XIX, se desenrolou para Laroque (2000), imbuída de um discurso humanista e civilizador que a Europa Ocidental, legou para a América a respeito dos nativos, significou, na realidade, muito mais uma política contra eles do que para eles, como nos é comumente apresentada. Entendemos que tal política foi desenvolvida no sentido de fazer com que os povos indígenas desaparecessem e ficassem apenas registrados no passado do país. Os Kaingang desenvolveram contatos e alianças segundo a ótica de suas relações culturais (Laroque, 2000). O que os permitiu sobreviver e se reorganizar.

Portanto, os Kaingang, apesar de todas as ações de políticas indigenistas, permaneceram sujeitos com cultura e história que foi segundo explicações de Cunha (1992), sendo moldada não só pela natureza, mas pelas relações que foram sendo estabelecidas com o meio onde ocupavam. Essa população originária obteve grandes

conquistas na luta que travou para recuperar suas terras e o avanço desta população para além das fronteiras criadas no século XIX, torna-se um evento que é normal, pois desde os primórdios de sua ocupação na região, circulavam por estas terras.

A análise de tal processo remete-nos a pensar, os motivos que levam a presença dos Kaingang na região metropolitana nos dias atuais. Podemos pensar que os Caaguás como sendo antepassados dos Kaingang atuais. Nesse caso, seria então, a volta dos Kaingang, um fenômeno incompreendido pela grande cidade que não vê espaço para esses indígenas dentro de suas construções de cimento e areia, responsáveis pela destruição de grande parte dos resquícios que poderiam comprovar a existência deste grupo na região.

Estes movimentos ou deslocamentos são verificados desde o período colonial: “Qualquer que fosse a razão, a repetida criação de novas unidades de povoamento constituía um evento importante, envolvendo a reprodução das bases principais da organização social indígena” (Monteiro, 1994, p.22). Então, os Kaingang chegaram à região de fronteira ocupada por eles, comprovada pela pré - história. As comunidades Kaingang chegaram e estão acampadas na região metropolitana e dentre elas a hoje Terra Indígena Lomba do Pinheiro (Fag Nhin). Os grupos ali passaram a se organizar conforme suas tradições e cada dia procuram revitalizar, isso mostra que no Rio Grande do Sul, embora a muito se diga que não, os Kaingang estão ali presentes e vivem aqui a mais de 12 mil anos cultivando valores importantes de sua cosmologia.

Conquistas recentes dos Kaingang na região de Porto Alegre, tendo como base a organização tradicional do grupo, como, por exemplo, a ampliação de suas áreas atuais, permite nos dizer que o futuro será de grandes avanços. Nos últimos dias a notícia do reconhecimento da escola também foi recebido com alegria, pois este espaço hoje é onde se trabalha muito com a cultura e a língua do povo Kaingang. Tudo isso favorece a continuidade, a sobrevivência e o crescimento de um povo muito recentemente fadado a desaparecer.

Como podemos notar no país, nas últimas décadas, aconteceram mudanças políticas importantes que garantem direitos aos povos indígenas. Porém, destacamos que não basta concretizar os direitos na constituição, na lei maior. Porque, segundo a procuradora do Estado Dra. Mirian Balestro em suas falas, em fóruns e eventos que promovemos através do CEPI⁵², a lei, no papel esta tudo escrita, uma beleza, o

⁵² - O CEPI é o Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Atua no Rio Grande do Sul desde 1992, mas foi reorganizado em 2000 para tentar fazer com que o Estado participasse mais das ações de políticas

problema é que na prática, não estão correspondendo. Como já dizia o velho Augusto (In memorian) até mesmo perante a lei, nossos direitos só funcionam na pressão. É igual a feijão velho, só cozinha na pressão.

Em outras palavras, Augusto, queria nos repassar que precisamos ficar sempre alertas, mobilizados, organizados, prontos para pressionar e fazer valer nossos direitos. Nunca antes neste país, no pós 1978, na pós - ditadura e pós CF 88 nossos direitos foram tão atacados, principalmente, no que diz respeito á luta pela terra. Os políticos, representantes da bancada ruralista e até o governo através da FUNAI e AGU⁵³ tentam barrar avanços importantes, conquistas históricas obtida com muita luta pelos povos indígenas ao longo dos cinco séculos de Brasil. O certo é que agora, os povos indígenas, entre eles os Kaingang tem o seu direito a diferença assegurados pela atual legislação brasileira. Mesmo assim se procuram todas as brechas possíveis para burlar a lei e não garantir aos indígenas o que é deles. Tudo isso nos mostra que a luta continuará se arrastando por longos anos.

Nosso desafio em suma, com a presente abordagem, foi buscar apresentar a grande perda de território que aconteceu aos Kaingang do Rio Grande do Sul. A chegada da república lhes presenteou com as demarcações de pequenos bolsões de terras, localizados dentro das florestas para onde buscaram refugio. Nestas terras indígenas enfrentaram e sobreviveram aos mais diversos tipos de projetos que pretendiam integrá-los a comunhão nacional, em outras palavras queriam que deixassem de ser indígenas. Para ai sim serem considerados civilizados.

Como se não bastasse, até os pequenos bolsões demarcados começaram a ser cobiçados e muito foi perdido para colonização. Mesmo assim, no pouco que restou os Kaingang se reorganizaram, se articularam e movimentaram-se para reaver o que perderam e esse movimento não é compreendido pela sociedade envolvente, pois eles chegaram, tomaram posse, demarcaram, foram dando seus nomes ao lugar e registraram em cartórios. Mas para o Kaingang, essas terras pertenceram a seus avôs, a seus bisavôs,

publicas aos povos indígenas. O que não acontecia em anos anteriores, procurava-se empurrar todas as ações com indígenas sempre para FUNAI, como que os estados e municípios não tivessem responsabilidade nenhuma. O conselho é tripartite, ou seja, tem o conselho Kaingang, conselho Guarani e o conselho governamental. Depois de sua organização assumiram a coordenação do conselho Kaingang os caciques Antonio Míg (Presidente) e Danilo Braga (vice-presidente).

⁵³ - A AGU, significa Advocacia Geral da União. A AGU entrou com representação no Supremo querendo que as 19 condicionantes passem a valer para todo território nacional. A 19 condicionantes surgiram com o julgamento da questão da Raposa Serra do Sol em 2009. Em 2014 o Supremo julgou e decidiu que as 19 condicionantes valem apenas para a demarcação da Raposa Serra do Sol. Mesmo assim a AGU insiste que as condicionantes passem a valer para o país.

seus tataravôs, a seus antepassados. Portanto na ótica interna do grupo, como explica Laroque (2000), são os verdadeiros donos. Por isso o avanço do movimento Kaingang para dentro da região metropolitana de Porto Alegre não é algo em vão. Percebemos que a reação Kaingang procura avançar suas fronteiras, procura ampliar seu espaço de domínio, isso acontecia em tempos indos, como explica Borba (1908) na narração do mito de origem e como descreve Monteiro (1994) em *Negros da Terra*. E a partir de 1978, os Kaingang deram início, novamente, a este movimento e desta vez tem que enfrentar cidades, vilas, capelas, a grande e a pequena propriedade. Um desafio que não da pista que pretende acabar tão cedo.

Para concluir fica um lembrete dos Kaingang aos países e suas instituições que se envolvem com a questão indígena, principalmente, com as identificações e demarcações de terras para suas populações originárias. No caso do Brasil a FUNAI, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a 6ª Câmara, o Supremo Tribunal, o Ministério da Justiça e a Presidência da República que através de suas ações fazem respeitar a constituição federal e acabam devolvendo aos indígenas as terras perdidas não só num período recente, mas ao longo dos cinco séculos da formação de nosso país. Aos povos indígenas estas instituições estão devolvendo a dignidade e o direito á vida, fazem acontecer, ENTÃO, em nosso Brasil á verdadeira **DEMOCRACIA**.

A verdadeira democracia que em dias atuais vem se corrompendo e desrespeita aquilo que foi construído ao longo de quatro séculos no Brasil e é assim explicado a nós e não entendido pelos representantes do agronegócio, a bancada ruralista da câmara federal.

DIREITO ORIGINARIO

“Em que consiste o direito originário dos povos indígenas, ás terras que ocupam? Ainda no século XVII, a Coroa Portuguesa havia editado diplomas legais que visavam coadunar o processo de colonização com o resguardo de direitos territoriais dos povos indígenas, a exemplo do Alvará Régio de 1680, primeiro reconhecimento, pelo ordenamento jurídico do Estado português, da autonomia desses povos, seguido da lei de 06 de julho de 1755, editado pelo Marques de Pombal. Juntos, esses diplomas reconheceram o caráter Originário e Imprescritível dos indígenas sobre suas terras, compondo o que o Direito Brasileiro dos séculos XIX e XX chamou de instituto do indigenato, base dos direitos territoriais indígenas posteriormente consagrados no art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). O Alvará Régio de 1º

de abril de 1680 assim considerava: [...] E para os ditos Gentios, que assim descerem, e os mais, que há de presente, melhor se conservem nas aldeias: hey por bem que senhores de suas fazendas, como o são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre elas, lhe fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descerem do Sertão, lugares convenientes para nelas lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, que ainda estejam dados em Sesmarias e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiros, e muito mais se entende, e quero que se entenda ser reservado o prejuízo, e direito aos Índios, primários e naturais senhores delas”.

“Tal direito – congênito e originário – dos indígenas sobre suas terras, independente de titulação ou reconhecimento formal, consagrado ainda no início do processo de colonização, foi mantido no sistema legal brasileiro, por meio da lei de Terras de 1850 (Lei 601 de 1850), do Decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854/que regulamentou a Lei de Terras, da lei nº 6.001/73, das constituições de 1934, 1937 e 1946 e da Emenda de 1969”.

“Todavia, até os anos 1970, a demarcação das terras indígenas, amparadas na lei 6.001/73 (Estatuto do Índio) pautava-se pelo modelo da sociedade dominante, qual seja, a moradia fixa associada exclusivamente ao trabalho agrícola, desconsiderando que a subsistência de vários povos baseava-se na caça, na pesca e na coleta, atividades que exigem extensões mais amplas que o contorno imediato das aldeias. Desse modo, a perspectiva etnocêntrica e assimilacionista, vigorou na tradição do direito até 1988 quando, devido à luta do movimento indígena e amplos setores da sociedade civil, em meio ao processo de redemocratização do país, foi sancionado na nova Constituição o princípio da diversidade cultural como valor a ser respeitado e promovido, superando-se definitivamente o paradigma da assimilação e a figura da tutela dos povos indígenas”.

“Nos anos de 1990, a garantia do direito originário dos povos indígenas às suas terras passou a ser alicerçar sobre o estudo minucioso da territorialidade dos diferentes povos indígenas, considerando-se não apenas seus usos passados e presentes, mas também a perspectiva de uso futuro, tudo isso “segundo seus usos, costumes e tradições”, conforme o artigo 231 do texto constitucional”. (Site, Legislação – FUNAI).

6 - FONTESDEPESQUISA

Jornal Zero Hora. Edição de 13 a 17 de setembro de 1998. Edição especial que apresenta um levantamento do histórico e o momento atual da luta dos Kaingang pela terra.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Documentação/Relatório sobre a redução de terras 1949, 1956, 1962/1964.

Arquivo da FUNAI – Passo Fundo. Relatório de pedidos de terra, laudos antropológicos comprovando a ocupação tradicional das terras retomadas.

Entrevistas/história oral. Caciques ou ex-caciques de Nonoai, Iraí e Monte Caseros, lideranças que iniciaram movimentos de retomada de terras.

7 - BIBLIOGRAFIA:

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Os Índios Kaingang de San Pedro (Misiones)**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

AQUINO, Alexandre de Magno. **Ên ga vyg ên tóg (“nós conquistamos nossa terra): Os Kaingang no litoral do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado – PPGAS/UnB: Brasília, 2008.

ARMSTRONG, Jeannette. **“Keepers of the Earth”**. Ecopsychologia: Restoring the Earth, Healing the Mind. Edited by Theodore Roszak, Mary E. Gomes, and Allen D. Kanner. San Francisco, CA: Sierra Club. 1995.

BAPTISTA DA SILVA, Sergio. **“Dualismo e cosmologia kaingang: o xamã e o domínio da floresta”**. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, nº. 18, 2002.

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

BECKER, Itala I. Basile. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Instituto Anchieta, 1976.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida e VENZON, Rodrigo Allegretti. **Pensando a Educação Kaingang**. Pelotas. Ed. Universitária-UFPEL, 2010.

BORBA, Telêmaco Morocines. **Atualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

CARINE, Joel João. **ESTADO, ÍNDIOS E COLONOS: O Conflito na Reserva Indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

- CRÉPEAU, Robert R. **Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil meridional.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, PPG em Antropologia Social – UFRGS, ano 3, nº 6, 1997, pp. 173-186.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FERREIRA, Mareta de Moraes e FIGUEIREDO, Janaina, P.A. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.
- LAROQUE, Luis Fernando da Silva. **Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturas envolvendo os Kaingang no Sul do Brasil.** São Leopoldo: IAP, 2007.
- HENSEL, Reinaldo. **Os Coroados da Província do Rio Grande do Sul. In. Revista do Museu e Arquivo público do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. 1928.
- LÉVI-STRAUS, Claude. **Antropologia estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- MABILDE Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul.** São Paulo. IBRASA, INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. Trazem importantes dados sobre o início dos aldeamentos no Rio Grande do Sul.
- MARCON, Telmo (Coord.). **História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.
- MÉTRAUX, Alfred. **Os Kaingang.** Curitiba: ANAI. 1979.
- MOTTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios kaingang: A história épica dos índios kaingang no Paraná (1769 – 1924).** Maringá, EDUEM, 1994.
- MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes na origem de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- **Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios.** In: NOVAIS, Adauto (org.) *A Outra Margem do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Tese de livre docência. IFCH-Campinas, 2001 (Internet).
- OLIVEIRA, João Pacheco. **Ensaio em Antropologia Histórica.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- ■

- OLIVEIRA, Sílvia Maria. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS BILÍNGÜES: A Experiência Kaingang**. Santa Catarina: UFSC, 1999.
- ROSA, Rogério R. G. da. **Cap.1-O sistema kujá no xamanismo e poder Kaingang. Cap. 2-O sistema caboclo do complexo xamânico Kaingang**. In: Os Kujá são diferentes: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro. Tese de doutorado. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 2005.
- SMITH, Linda Tuhiwai. “**A Pesquisa Sgundo os Olhos do Império**”. Tradução de: Chapter 2: Research Trough Imperial Eyes. *Descolonizing Methodologies: Reserch and Indigenous* London: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press, 1999. Pg. 42-57. Trad. de Maristela Debom.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SANTOS, Sílvia C. dos. **Os Índios Sobreviventes do Sul**. Porto Alegre: Guaratujá, 1978.
- SCHADEN, Egon. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil: ensaio etno-sociológico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1963.
- SOUZA LIMA, Antonio C. de. **Um Grande Cerco da Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SIMONIAN, Lígia. “**Estado expropria e domina o povo Guarani e Kaingáng**”. In: Cadernos do Museu nº 09, 1980.
- TARNER, Terence. **De cosmologia a história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó**. In: VIVEIROS DE CASTRO E CARNEIRO DA CUNHA (org.). *AMAZÔNIA, ETNOLOGIA E História Indígena*. São Paulo: FAPESP. 1993.
- TAU GOLIN, Luis Carlos e BOEIRA, Nelson (Coord.). **Povos Indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009.
- TESCHAUER, Carlos. **Porandúba riograndense**. Porto Alegre: Globo, 1929.
- VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas: Ed. Curt Nimuendaju, 2006.
- WIESEMANN, Ursula Gojtéj. **Kaingang Indians Regain Their Pride Through Literacy**. UNESCO, 2003.
- **Kaingang – Português Dicionário Bilingüe**.
Curitiba: Ed. Evangélica Esperança, 2002.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o Botoque: imigrantes alemães e índios
Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1859-1926)**. Florianópolis: Letras
Contemporâneas, 2007.

ANEXOS:

Mapas de algumas Terras reconquistadas e ainda por reconquistar pelos Kaingang.

Mapa de Nonoai, reconquista da Quarta Seção

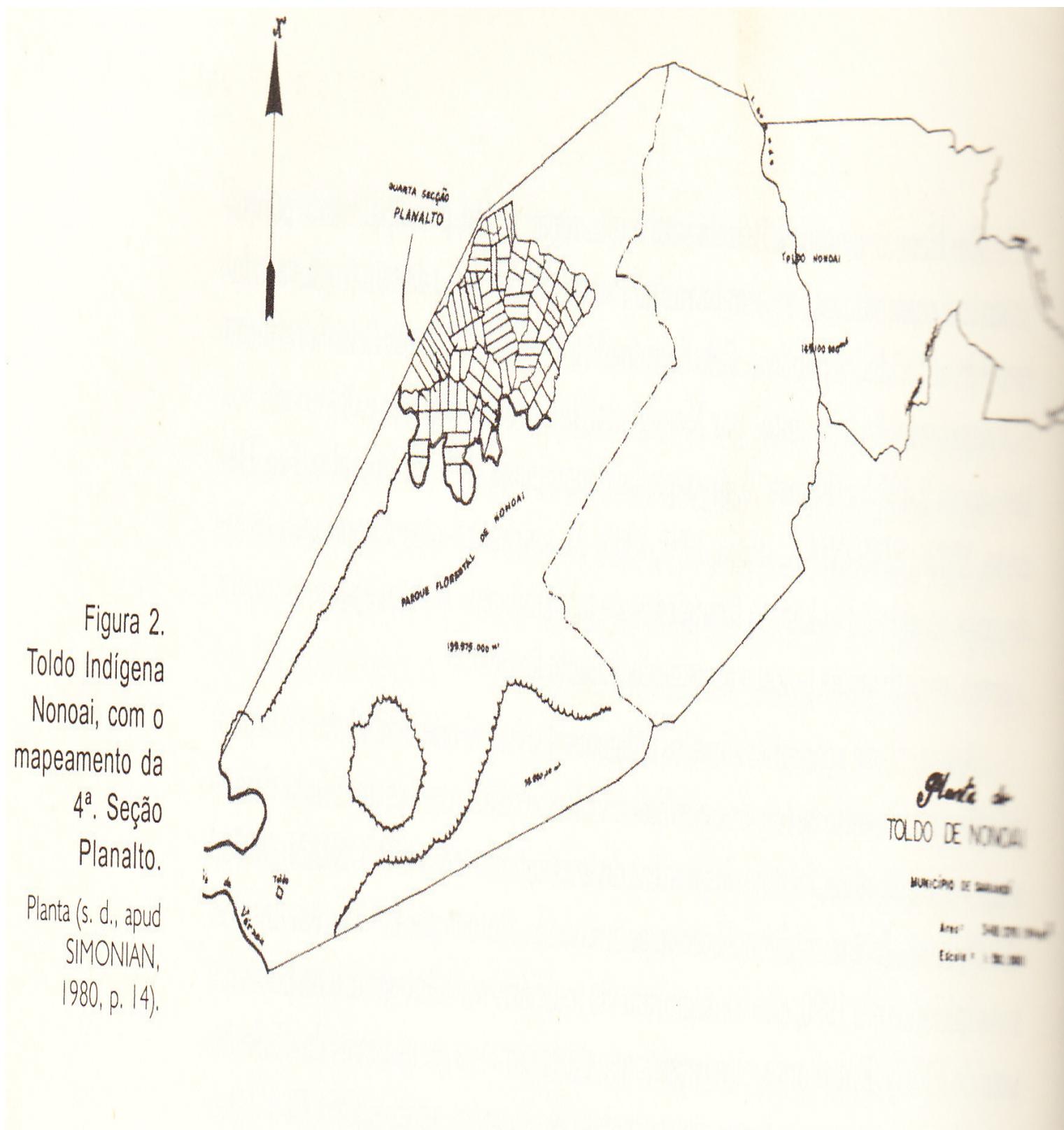
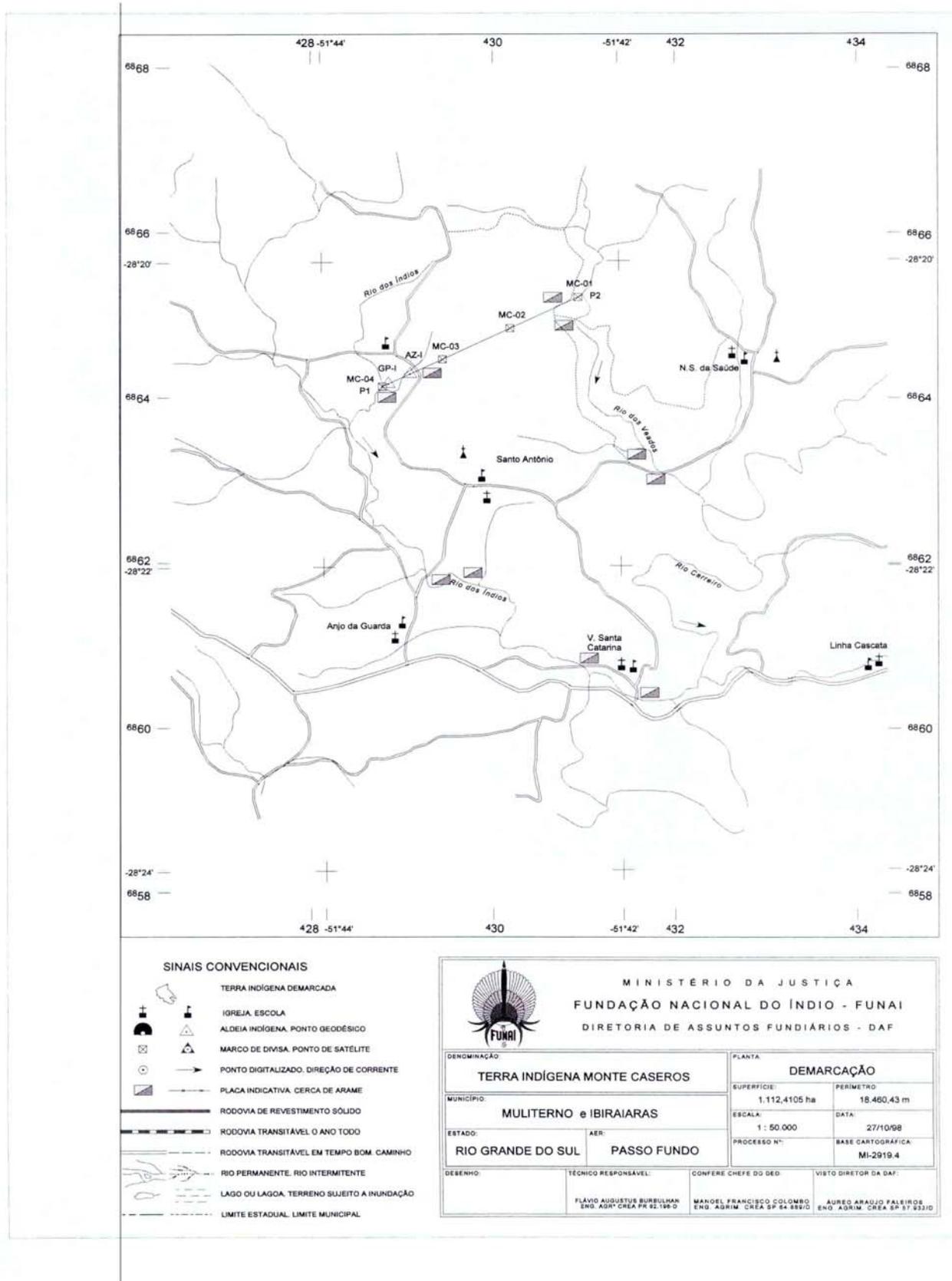


Figura 2.
Toldo Indígena
Nonoai, com o
mapeamento da
4ª. Seção
Planalto.
Planta (s. d., apud
SIMONIAN,
1980, p. 14).

Mapa, reconquista de Monte Caseros



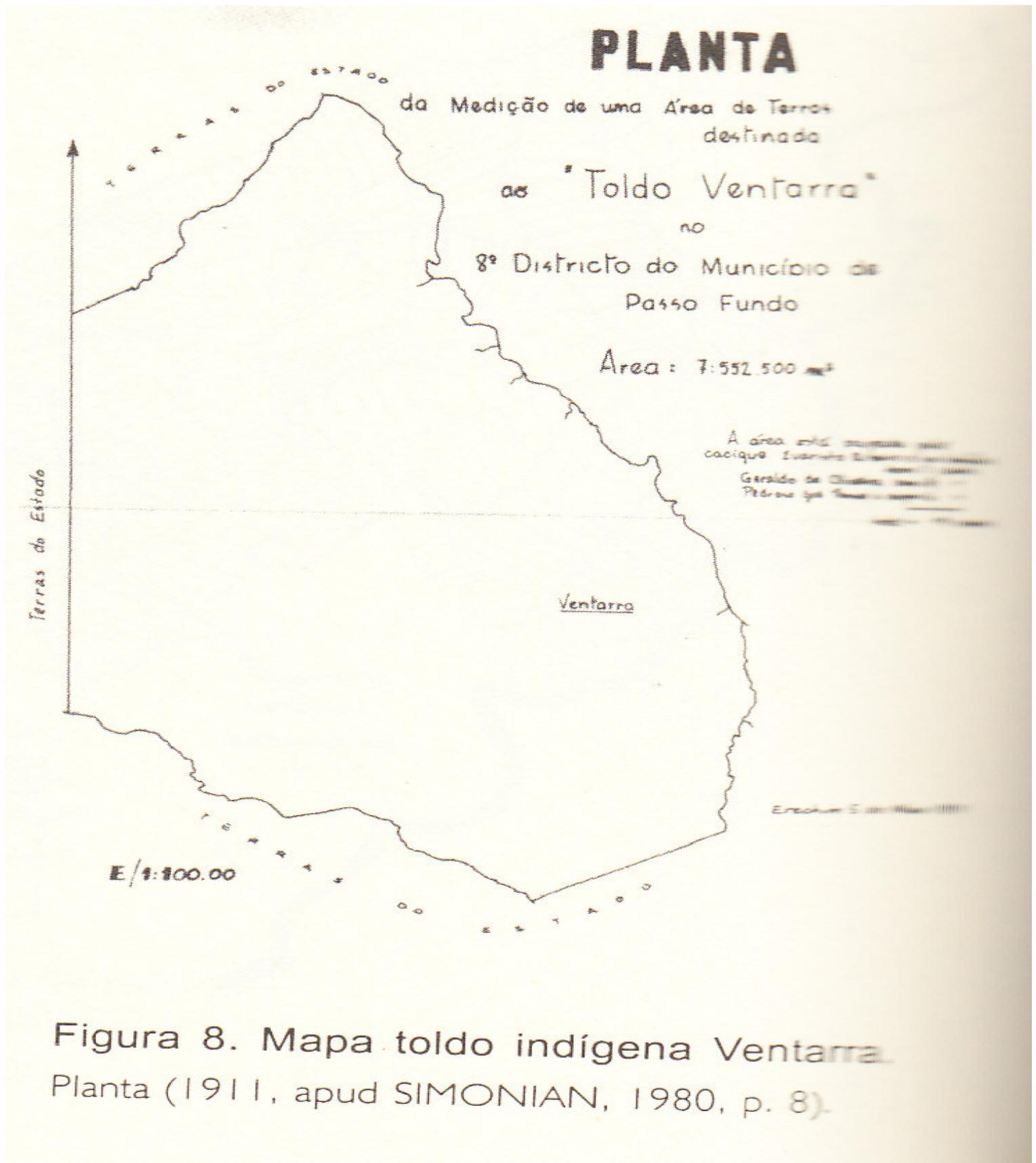


Figura 8. Mapa toldo indígena Ventarra. Planta (1911, apud SIMONIAN, 1980, p. 8).

Mapa, reconquista de Serrinha

30.12.1944
93 021632 / 0401-17

PLANTA

DO

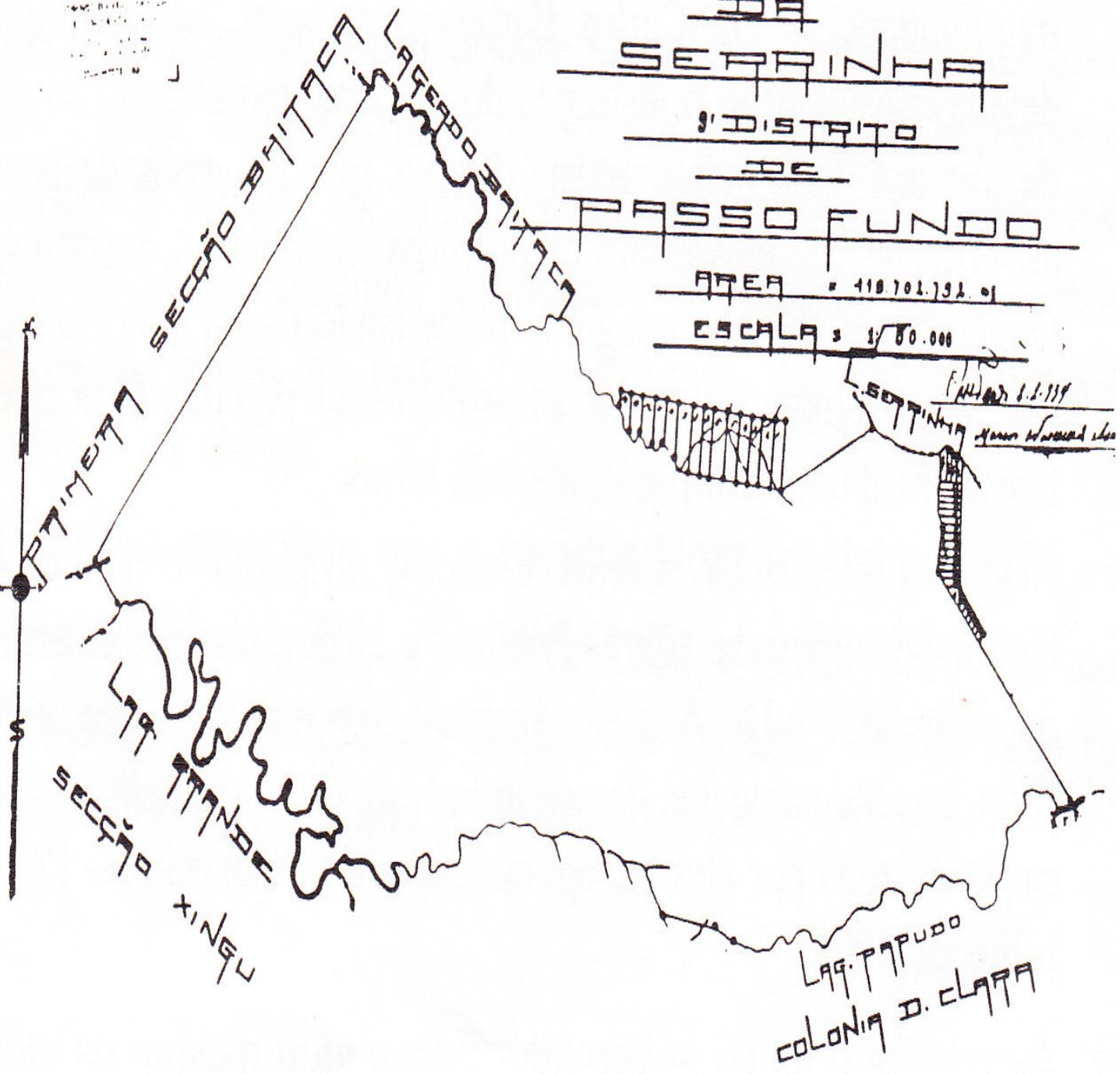
TUDO DA SERRINHA

1º DISTRITO DE

PASSO FUNDO

AREA = 418.702.192.01

ESCALA = 1/80.000



Mapa, terra por reconquistar Cacique Doble

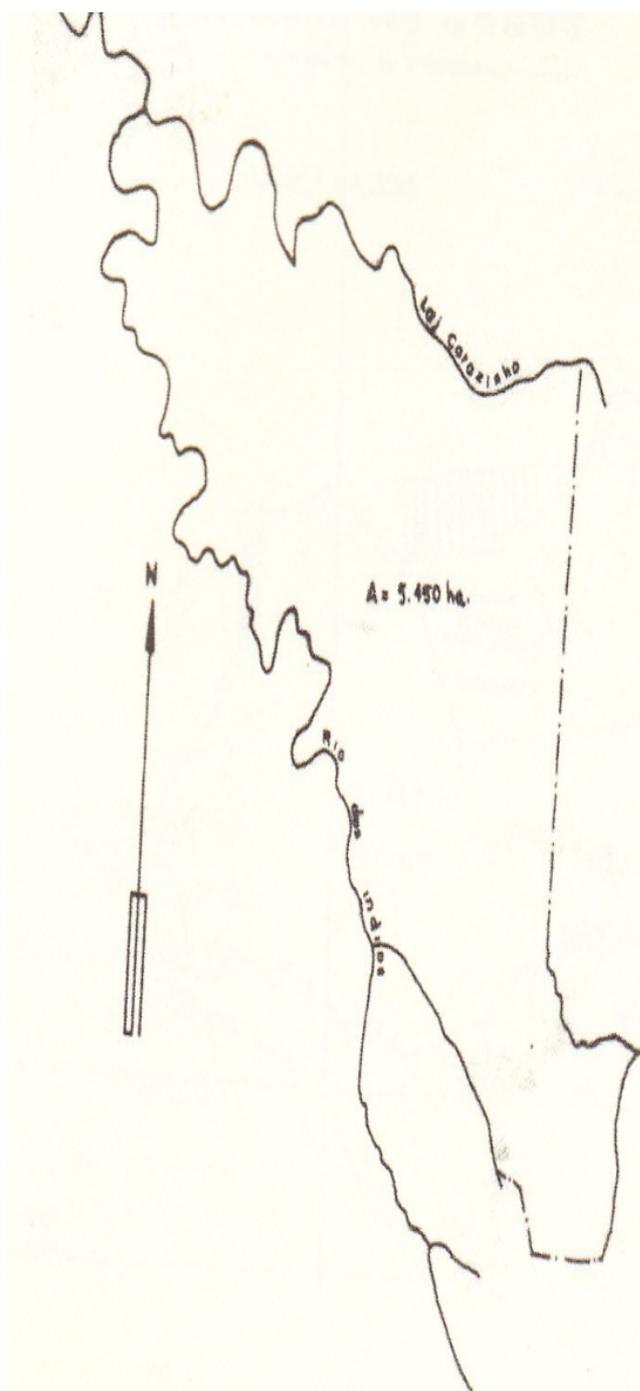


Figura 4. Área Indígena do Toldo Indígena Cacique Doble, conforme demarcação em 1910. Simonian (1980, p. 18).

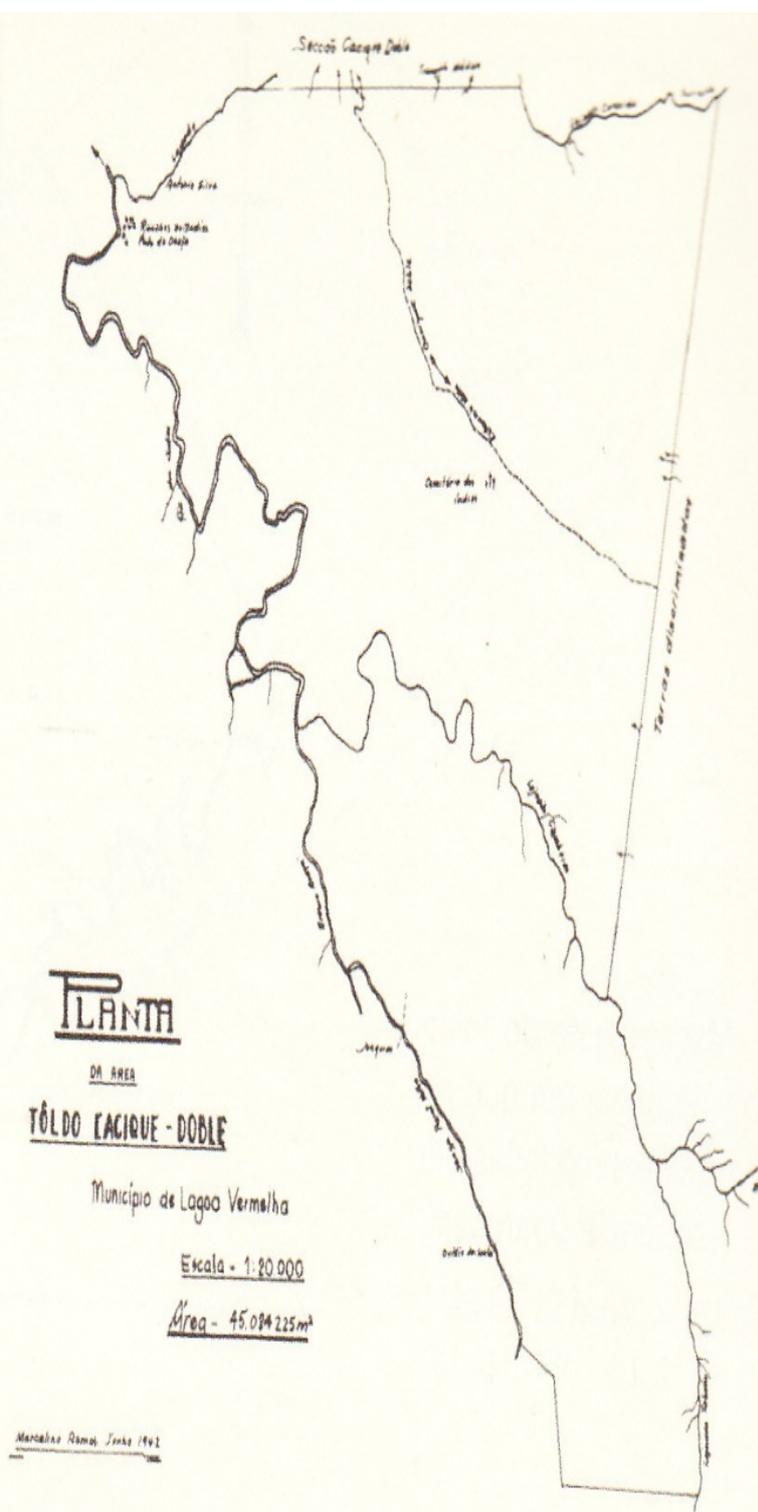


Figura 5. Proposta de redução Toldo Cacique Doble. Simonian (1980, p. 19).

Mapa, terra por reconquistar Ianhcorá

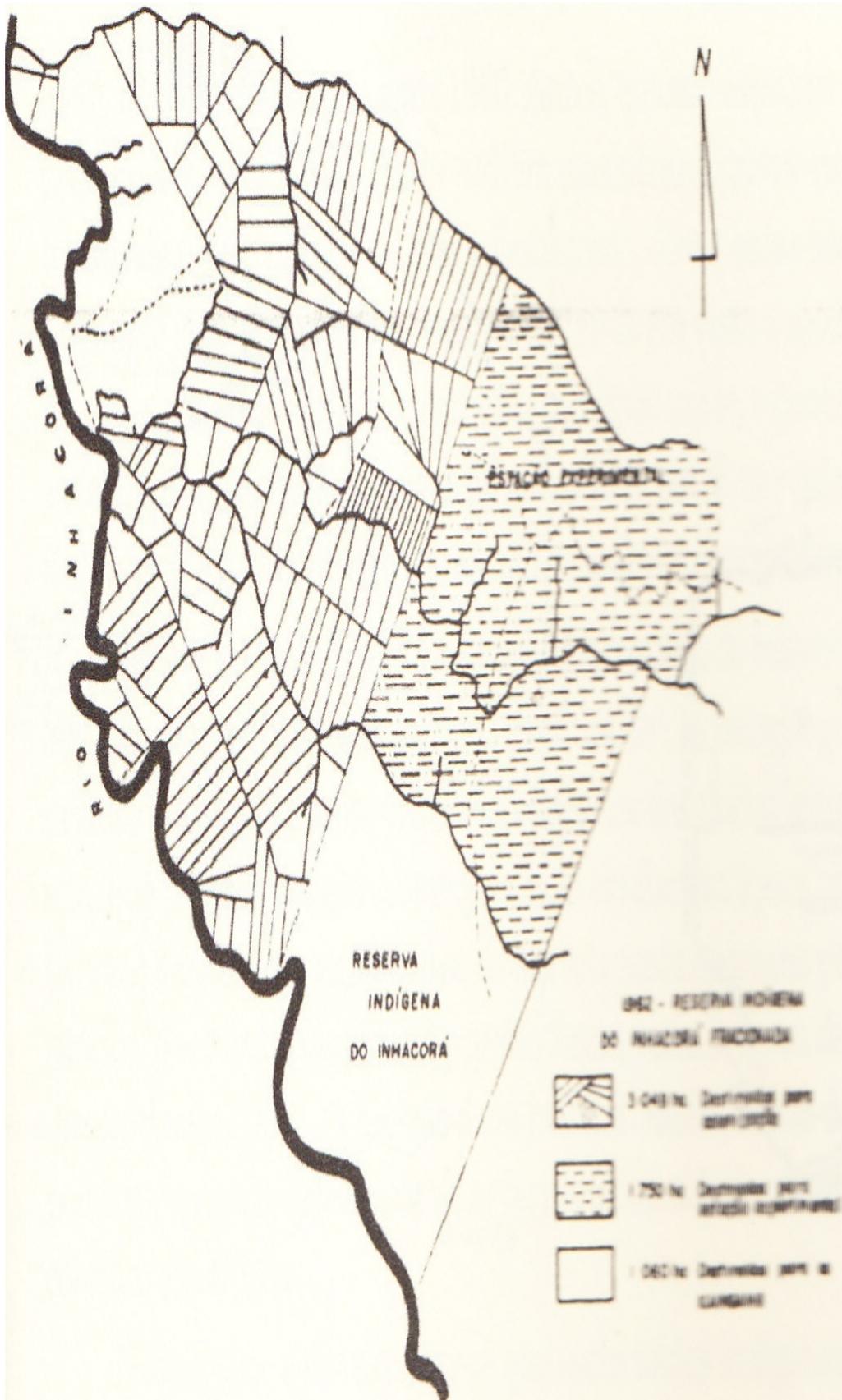
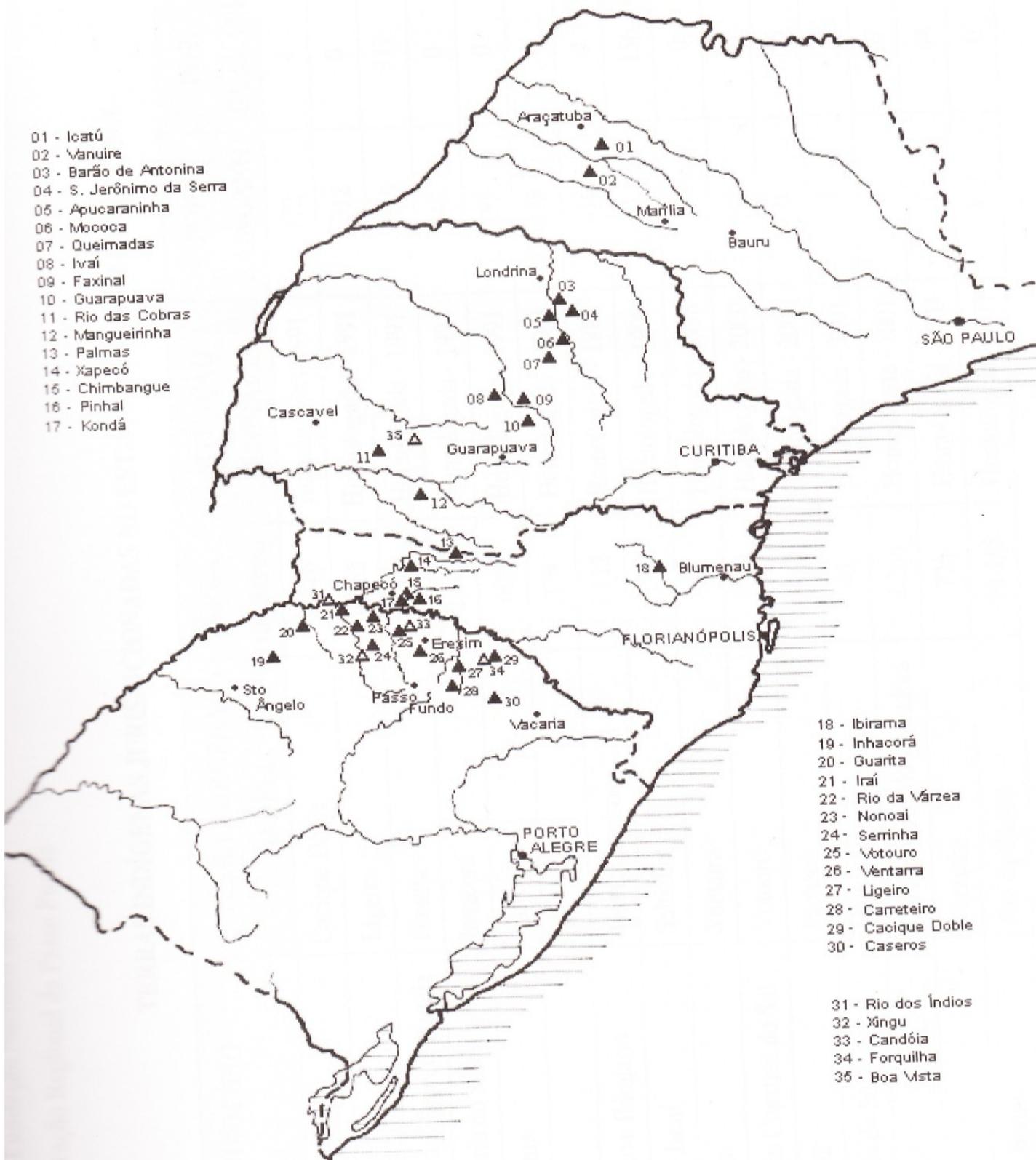


Figura 6. Toldo Indígena Ianhcorá, com a área fracionada em 1962.

Simonian (1980, p. 25).

Mapa mostrando localização atual das aldeias Kaingang no sul do Brasil

ÁREAS KAINGANG



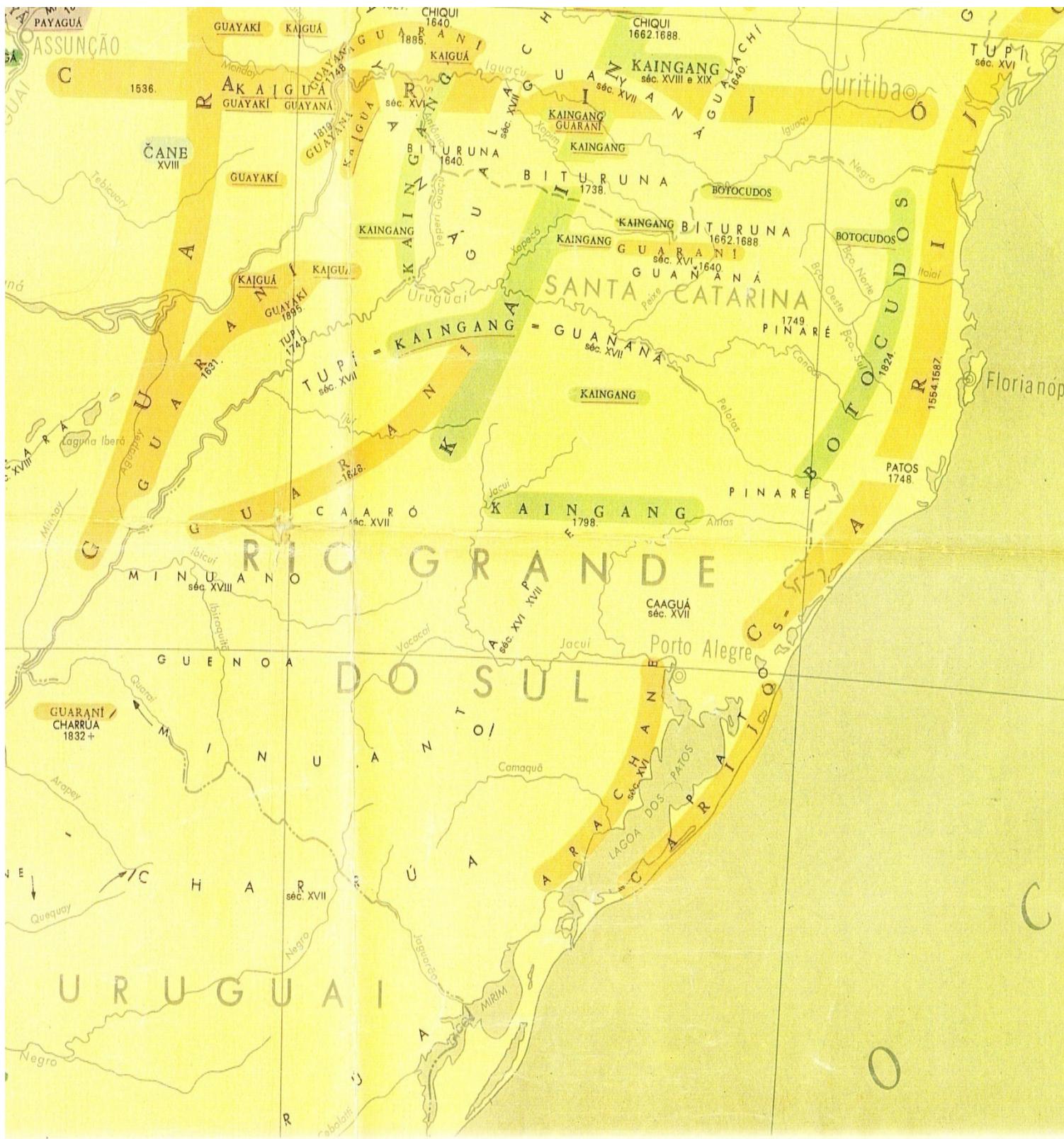
- 01 - Icatú
- 02 - Vanuie
- 03 - Barão de Antonina
- 04 - S. Jerônimo da Serra
- 05 - Apucarantina
- 06 - Mococa
- 07 - Queimadas
- 08 - Ivaí
- 09 - Faxinal
- 10 - Guarapuava
- 11 - Rio das Cobras
- 12 - Mangueirinha
- 13 - Palmas
- 14 - Xapecó
- 15 - Chimbangue
- 16 - Pinhal
- 17 - Kondá

- 18 - Ibirama
- 19 - Inhacorá
- 20 - Guarita
- 21 - Iraí
- 22 - Rio da Várzea
- 23 - Nonoai
- 24 - Serrinha
- 25 - Votouro
- 26 - Ventarra
- 27 - Ligeiro
- 28 - Carreteiro
- 29 - Cacique Doble
- 30 - Caseros

- 31 - Rio dos Índios
- 32 - Xingu
- 33 - Candóia
- 34 - Forquilha
- 35 - Boa Vista

ANEXO:

Mapa de Curt Nimuendajú sobre a ocupação indígena no sul Brasil no início da colonização em 1500.



ANEXO:

Decreto Lei 1775/96 e Outras

*Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas e dá outras providências.

Art. 1º - As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I, da lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste decreto.

Art. 2º - A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

§ 1º - O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

§ 2º - O levantamento fundiário de que trata o parágrafo anterior, será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico, cujos os técnicos serão designados no prazo de vinte dias contados da data do recebimento da solicitação do órgão federal de assistência ao índio.

§ 3º - O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.

§ 4º - O grupo técnico solicitará, quando for o caso, a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos para embasar os estudos de que trata este artigo.

§ 5º - No prazo de trinta dias contado da data da publicação do ato que constituir o grupo técnico, os órgãos públicos devem no âmbito de suas competências, e às entidades civis é facultado, prestar-lhe informações sobre a área objeto da identificação.

§ 6º - Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado ao órgão federal de assistência ao índio, caracterizando a terra indígena a ser demarcada.

§ 7º - Aprovado o relatório pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, este fará publicar, no prazo de quinze dias contados da data que o receber, resumo

do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de material descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

§ 8º - Desde o início do procedimento demarcatório até noventa dias após a publicação de que trata o parágrafo anterior, poderão os Estados e Municípios em que se localize a área sob demarcação e demais interessados, se manifestar, apresentando ao órgão federal de assistência ao índio, razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior.

§ 9º - Nos sessenta dias subsequentes ao encerramento do prazo de que trata o parágrafo anterior, o órgão federal de assistência ao índio encaminhará o respectivo procedimento ao Ministro de Estado da Justiça, juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas.

§ 10º - Em até trinta dias após o recebimento do procedimento, o Ministro de Estado da Justiça decidirá:

I – declarando, mediante portaria, os limites da terra indígena e determina a sua demarcação;

II – prescrevendo todas as diligências que julgue necessárias, as quais deverão ser cumpridas no prazo de noventa dias;

III – desaprova a identificação e retornando os autos ao órgão federal de assistência ao índio, mediante decisão fundamentada, circunscrita ao não atendimento do dispositivo no § 1º do art. 231 da Constituição e demais disposições pertinentes.

Art. 3º - Os trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas realizadas anteriormente poderão ser considerados pelo órgão federal de assistência ao índio para efeito de demarcação, desde que compatíveis com os princípios estabelecidos neste decreto.

Art. 4º - Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário dará prioridade ao respectivo re-assentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico observada a legislação pertinente.

Art. 5º - A demarcação das terras indígenas, obedecido, o procedimento administrativo deste Decreto, será homologada mediante decreto.

Art. 6º - Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, o órgão federal de assistência ao índio promoverá o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - O órgão federal de assistência ao índio poderá no exercício do poder de polícia previsto no inciso VII do Art. 1º da lei nº 5.371, de dezembro de 1967, disciplinar o ingresso e trânsito de terceiros em áreas em que se constate a presença de índios isolados, bem como tomar as providências necessárias à proteção aos índios.

Art. 8º - O Ministro de Estado da Justiça expedirá as instruções necessárias à execução do disposto neste decreto.

Art. 9º - Nas demarcações em curso, cujo decreto homologatório não tenha sido objeto de registro em cartório imobiliário ou na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, os interessados poderão manifestar-se nos termos do § 8º do art. 2º, no prazo de noventa dias, contados da data da publicação deste Decreto.

_ Parágrafo único. Caso a manifestação verse demarcação homologada, o Ministro da Justiça a examinará e proporá ao Presidente da República as providências cabíveis.

Art. 10 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992.

Brasília, 08 de janeiro de 1996; 175º da independência e 108º da República.

- Art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei 6001/73 – Estatuto do Índio;
- Decreto nº 5051/2004 – promulga a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e tribais;
- Portaria MJ nº 14/96 – regulamenta regras sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas;
- Portaria MJ nº 2498/11 – regulamenta a participação dos entes federados no âmbito do processo administrativo de demarcação de terras indígenas;

- Instrução Normativa FUNAI nº 02/2012 – institui a Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias – CPAB e estabelece o procedimento para indenização das benfeitorias implantadas no interior de terras indígenas.

- Portaria nº 682/PRES – FUNAI, de 24/06/2008 – Estabelece o Manual de Demarcação Física de terras indígenas.

**Entrevista com Danilo Braga –
Aula do Programa de Pós-graduação em História - UFRGS
Prof. Dr. Eduardo Neumann –
Campus do Vale, sala 206 do PPGHIST, 17/11/2011
Transcrição: Cesar Castro Pereira**

FITA 1 – LADO A

Até 2001 era até a 4ª Série o que tinha nas aldeias [...] em todo o Brasil. Era difícil ter escolas que tivessem o ensino fundamental e o Ensino Médio. Quem estudou até a 4ª série já era o máximo. Já era grande coisa na aldeia. [Muitos] desistiam, então calculo que 60% da população indígena que estudou até a 4ª Série desistiu. Então é uma população semi-analfabeta ou analfabeta como eu costumo dizer.

Fui professor de Kaingang na 1ª Série, em uma vaga que consegui na aldeia. Tive de dar aula de Kaingang e tive de voltar ao dicionário porque no 1º ano que era aula de [história?] do Brasil e depois nós tínhamos um ano em que estudávamos Kaingang-Português. Só depois a gente passava para a 1ª Série. Para dar as aulas tive de buscar o dicionário porque no percurso a gente não trabalha mais todo o dia com o Kaingang e vai esquecendo, principalmente a escrita.

E a escrita é nova também. A escrita começou na década de 1960. Foi criada a escrita da língua Kaingang. Até então ela era oral, transmitida oralmente e através do projeto que a gente está desenvolvendo, foi buscando e vendo nos estudos arqueológicos (Padre Schmitz, Arno Kern, Ítala Becker). Ítala Becker é um clássico, a 1ª que publicou tudo que ela reuniu serve de base para tudo, principalmente para questão de demarcação de terra, que é o foco do nosso projeto porque a Ítala Becker acabou criando que o centro da ocupação Kaingang é o norte do estado. Mas a gente percebeu, nos estudos, que ela vinha até aqui [região de Porto Alegre], inclusive à Argentina.

O povo kaingang foi classificado, se a gente vê o descobrimento em 1500. De São Paulo para baixo, quando as expedições vem descendo, eles descobrem outro povo, com uma língua diferente, com costumes diferentes do tupi-guarani, e acabam dando o nome desse povo de Guaianá, cabeludos[?], imbiaiaras, bugres mais para o século XIX. São vários nomes que surgem na literatura que trabalham com os povos indígenas e principalmente no século XIX, com a chegada da colonização alemã e italiana, Coroados, pelo corte de cabelo que tinham um corte arredondado. Nem todos, eram alguns grupos que usavam esse tipo de corte, aí então eram chamados de coroados.

Kaingang passa a ser chamado a partir de 1882 pelo escritos de [?], de Telemaco Borba. **[Pergunta: “É o Telemaco que começa?”]** Teria [sido] o Telemaco Borba que tinha dado o nome ao grupo de Kaingang. Segundo ele, ka, na nossa língua, é árvore, mato, ingang seria morador então morador do mato. E pra nós a gente só chama de kanhgág. Já Kaingang seria um termo mais aportuguesado. Kanhgág para nós, no nosso meio, seria homem. O homem branco a gente chama de fóg.

O que a gente tem, o que a gente buscou aqui é para falar da história Kaingang e questão de terra, a gente precisava resgatar um pouco [da história] e eu fui lá atrás mesmo para tentar trazer alguma coisa que ajude mesmo para a gente, entender melhor a questão Kaingang no RS, que está em um processo polêmico, que eu acompanhei de longe, à distância, mas alguns companheiros relatam para a gente, ligam para a gente, pedindo alguma idéia porque ela está bastante polêmica no RS. No RS teve audiência pública com os agricultores e não convidaram os indígenas e nem os quilombolas, mas eles acabaram entrando e participando da audiência. Mas a idéia é que se termine com a questão das demarcações que estão acontecendo. Mas nós vamos chegar nesse ponto.

Então Arno, Schmitz, Ítala Becker trazem para a gente que grupos indígenas, de pessoas que já ocupavam essa região há 12 mil anos atrás. Nos estudos de Arno ele divide esses grupos Humaitá, que estaria mais ao norte do RS, e o Uambu, que seria os que estavam mais ao sul que mais tarde, com a colonização, foram chamados de charruas, minuanos, guenoas, arachanes. Mas também nesses estudos eles já trazem outro [?] para eles também. É o mesmo período, mas a análise antes era de objetos líticos, agora é da cerâmica. Nesses estudos eles apresentam o grupo Taquara e o

grupo Vieira. Os grupos de Tradição Taquara seriam os Kaingang, e os grupos de Tradição Vieira seriam os grupos charruas e minuanos, que viviam nesse espaço aqui. Olhando mapa de Curt Nimuendajú mostra, mais ou menos, as populações indígenas aqui no sul do Brasil, que ocupam essas várias regiões. Então são grupos convivendo e se relacionando e se vê vários nomes. Tem o tupi bem no interior do Rio Grande do Sul. Alguns dados que Ítala Becker e alguns outros autores trazem eram Kaingang. Todas as características eram kaingang. Eles conviviam com os guaranis na região. Tem o caraó, toda essa região era kaingang.

[Pergunta: “Os kaingang já tinham cerâmica ou aprenderam com os Guaranis?”]

Já tinham a cerâmica e já encontraram vestígios em zonas onde os guaranis estão. Essa cerâmica de tradição taquara é mais antiga que a Guarani. Percebe-se, no mapa, o deslocamento das populações vindas do Paraguai, Mato Grosso, onde hoje mais se concentra a população guarani. A maior população indígena do Brasil é Guarani. Kaingang, hoje, é a segunda maior do Brasil, com mais de 40 mil pessoas [Neumann: na região do planalto, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo]. São Paulo hoje tem duas aldeias. Mas em São Paulo a questão de disputa de terra foi bem diferente a questão da disputa de terra, principalmente com o avanço das estradas de ferro. Foi dizimação dos grupos mesmo.

Os Guaranis descem para o Rio Grande do Sul há 2 mil, 4 mil anos atrás e passam a ocupar o espaço também e a dominar a região porque em termos de organização de guerra, de combate, eles eram mais organizados e acabavam vencendo e os grupos tinham certo medo deles porque eles eram antropófagos e o pessoal ficava com o horror deles, inclusive até os kaingang. Os guaranis descem pelo litoral, classificados como Carijó, na Lagoa dos Patos, classificados como arachanes. O Diretor do Museu Paulista causa uma polêmica no século XIX e o pesquisador argentino Quevedo que classificam os arachanes e os tapes que ocupam essa região de tapuias guaranizados.

[Pergunta: “Quando?”] Isso em 1908, aqui em Porto Alegre mesmo para ver quem que eram esses grupos. No século XIX se fala bastante em nomes, e no Brasil são dois grupos: Tupi e Tapuia. Tupi, Guarani. Tapuia, Kaingang. Seriam os grupos que dominariam o Brasil. Mas não são só dois grupos, porque se a gente vai ver hoje são 225 povos, com a população estimada, segundo o censo do IBGE, 817 mil se identificando como indígenas. E desses 896 mil, 560 mil estariam morando em aldeias,

assistidos pela FUNAI. Aqui no Rio Grande do Sul 32 mil pessoas se identificaram como indígenas e, segundo as informações, só na região metropolitana de Porto Alegre, 13 mil. Mas o que a FUNAI reconhece dá em torno de 800 pessoas na região de Porto Alegre.

A gente tem esses momentos em que eu vejo que é um território kaingang e é esse território que vai sendo diminuído a cada avanço da colonização. No século XIX, dentro do território foram criadas 3 aldeias. Só uma foi demarcada, em 1849: Nonoai, com 420 mil hectares. As outras aldeias, Campo do Meio e Guarita, não foram aldeias demarcadas porque, com a Lei de Terras de 1850 até 1865 à tentativa do governo do estado foi levar os Kaingang do Campo do Meio liderados pelo cacique Braga, que liderava 23 aldeias, e o cacique Fong, que era de Guarita. A origem dos nomes é complicada. Braga não sabia dizer, principalmente para Mabilde, que foi um engenheiro belga que veio aqui para o Rio Grande do Sul, morou em São Leopoldo e faleceu ali mesmo, foi um dos que começou a abrir as estradas pelos sertões do Rio Grande do Sul. Então o Mabilde, diz ele, ficou prisioneiro por dois anos entre os Kaingang de 1846 a 1848. Mas esses dados são meio confusos porque de longe eles fazem uma análise, que ele calcula que é mais ou menos 1836 a 1840, não chegou a ser em 1846 ou 1848. Então Mabilde perguntando para Braga, disse que ele sabia o nome dele desde que nasceu que era Braga. E o Fongue, tem um autor, que fala que na região no livro 'O Império dos Coroados', que fala sobre a origem de Fongue. E Fongue seria um padre espanhol que ficou prisioneiro dos Kaingang, casou, conviveu entre os kaingang e acabou assumindo a liderança do grupo e negociando a questão do aldeamento. Primeiro aldeamento que foi fundado em 1848, pelo, então, Padre Bernardo Parés. Em 1845 tem Penteado Leite, outro padre que se desloca para a região, tentando fundar capelas para catequese para os kaingang, já que os Guaranis já estavam dispersos pela região e tinham enfrentado toda a Guerra Guaranítica, embora tenham sido criadas 3 aldeias para os Guarani: Rio Pardo, Cachoeirinha e Aldeia dos Anjos, em Gravataí. Depois eles foram espalhados. A idéia do trabalho português foi de catequizar e ensinar a língua porque o índio que falava a língua portuguesa era desconsiderado indígena, esse processo que aconteceu com os Guaranis. Os Guaranis foram se espalhando e, inclusive, se refugiaram em território Kaingang, como se verá mais adiante.

[Intervenção: “Uma parte da historiografia e da antropologia está revendo a posição da existência de grandes cacicados entre os Kaingang no século XIX, como o Braga, o Fong, o Doble. O que tu podes falar sobre isso?]

A pouca informação que temos de Becker é que não existiria o cacique mesmo entre os Kaingang. O que existiria era o Conselho de Anciãos, liderados pelo *cujà*, ou seja, o *pajé*, o *xamã*. Nos combates, geralmente eles indicavam o melhor guerreiro para liderar os combates contra os Guaranis, contra os botocudos (os *Xokleng*), que também existiam na região. Mas com a chegada dos não-indígenas a busca foi legitimar essa liderança. E essa liderança muitas vezes foi chamada de capitão, de coronel. Mais para o século XX é que surgiu a figura do cacique mesmo. Capitão e coronel foram nomes que surgiram fruto do contato com a sociedade envolvente, no sentido de cooptar essas lideranças. Essa tentativa de cooptar foi muito utilizada para deslocar os índios para Nonoai, em 1850, 1865, isso que o governo do Estado fez. Por exemplo, do Braga, conversando com o Mabilde ele disse que tinha mais de 50 anos, a aparência dele apresentava mais de 50 anos, ou seja, duas taquaras (60 anos). O ciclo da taquara (brotação e seca – morte) dura 30 anos. Uma taquara é 30 anos e duas taquaras são 60 anos. Aí o Cacique Braga não tinha conflito nenhum entre os grupos que ele liderava (25 aldeias). Aí, de repente, surge o Cacique Doble, que é o que mais trabalha para o Governo do Estado e inclusive para o Império. O Cacique Condá, de Guarapuava do Paraná e Santa Catarina tinha salário do Império e ia cobrá-lo direto no Rio de Janeiro para reunir os indígenas e levá-los para um determinado local. No caso do Rio Grande do Sul era reunir os indígenas do Campo do Meio e de Guarita e levá-los para Nonoai. Um mapa de Ítala Becker, no final do século XIX, mostra pequenas aldeias nas regiões de Campo do Meio, de Nonoai e de Guarita. Porque esses pontinhos (no mapa)? Ao deslocar a população indígena para Nonoai muitos não permaneciam no local e acabavam voltando para as terras deles. Mas ao voltar já estavam. Em 10 anos o avanço da colonização já havia ocupado as terras. Inclusive Nonoai, já separando Nonoai e Serrinha, com o avanço de fazendeiros, porque os indígenas não sabiam que tinha de registrar e homologar as terras e demarcá-las, e se aproveitando a população da lei que estava surgindo, demarcou seu espaço e as suas fazendas. Na questão da minha aldeia, do Ligeiro, por exemplo, veio um paulista veio, José Bueno, e demarcou 20 mil hectares e os índios tiveram de ir para o outro lado porque ele começou a caçar

os índios. Então é assim que acontece e os índios acabam voltando e o governo se vê obrigado a fundar a toldos no estado, aldeamentos pequenos, uma desculpa para dizer que estavam dando alguma coisa para os índios. São pequenos toldos, o maior deles, hoje é Guarita com 23 mil hectares, dos 420 mil hectares de Nonoai, em 1940 eram 14 mil hectares. Mas tem a 'Linda Smith', da Nova Zelândia, que ela escreve sobre essa questão, que é a pesquisa segundo os olhos do Império, dizendo que os índios eram donos e que foram tirados deles e depois foram presenteados com pequenas reservas para eles poderem sobreviver. E foi o que aconteceu no Rio Grande do Sul e são esses territórios que hoje os indígenas estão buscando e o governo diz que faz mais de cem anos e não pode mais demarcar terra. Foi feito um pedido aqui pela Casa Civil para que a FUNAI terminasse com a questão da demarcação de terras, porque para eles não é interessante pagar aquelas famílias que já foi feito o levantamento fundiário e as outras não demarcam mais. O governo do Estado, responsável pelo pagamento de terra, consegui liberar 22 milhões para pagar a terra desses colonos que ainda estão morando em áreas já reconhecidas. Por exemplo, em Serrinha tem 42 famílias lá ainda. Sobre as indenizações aos colonos, a FUNAI não paga as terras, mas sim as benfeitorias. A FUNAI diz que tem, mais ou menos, 49 milhões por ano, que ela diz que tem para fazer essas questões que são mais de 600 pedidos na FUNAI para demarcação de terra no Brasil.

No século XIX, ainda no Império, houve guerra de extermínio contra os indígenas. D. João VI, quando chegou aqui, assinava cartas régias, uma atrás da outra, que declarava guerra contra determinadas populações indígenas em Minas Gerais, em Santa Catarina (em Blumenau contra os xokleng). Mas aproveitando-se disso, os colonos acabavam estendendo essas guerras para outros grupos também. O império era muito, principalmente para o nosso caso depois da independência, era guerra de extermínios das populações indígenas. Por isso que o século XIX, a gente trás e os historiadores também, a ideia de que os índios iriam desaparecer porque era guerra de extermínio mesmo. Mas quando se proclama a República, tem de se pensar em algo diferente da monarquia. Então a República passa a pensar outra forma de dominação que não fosse pela guerra, porque a guerra acabava exterminando. Uma forma de dominação que eles pegam, e seguem a teoria positivista, é a tutela, porque para eles os indígenas estavam em um estágio inferior e por estar em um estágio inferior eles precisavam ser

tutelados, cuidados e conduzidos a um estágio de civilização. **[Intervenção: “sai da questão da assimilação que preconizava o Diretório dos Índios, mesmo depois dele ser extinto, e entra na questão da tutela, que entra a questão do SPI. Muda a maneira: de assimilação, ou seja, tudo virava nacional, e depois as populações indígenas vão ser lançadas para as atividades produtivas]”**. O Império não tinha uma agência que trabalhava com a questão indígena e a República passou a pensar isso. E ela pensa, no começo, e o órgão era ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, era o SPI.

FITA 1 – LADO B

Com certeza dá para imaginar que teriam a mesma área de Nonoai, porque nela surgem várias aldeias, então 98 mil hectares. E esses 98 mil hectares, até 1962, quando foi a última ação do governo, do Leonel Brizola, foi diminuído, nos foi tirado 45 mil hectares. E são esses 45 mil hectares que a população kaingang do Rio Grande do Sul, agora que os Guarani estão se mexendo mais também, antes eles ficaram mais no canto deles, que estão buscando. Nem são os 420 mil hectares do século XIX. São esses 45 mil. Um cantinho. Daí surge toda uma questão polêmica em torno da terra que para nós desfavorece a população menos favorecida. Não consegue se articular hoje lá no senado. O ministério da Justiça tem ligado para a gente dizendo para parar de acampar aí. Nós temos recebido todo dia visita de prefeitos, de deputados e de vereadores pedindo para a gente para de fazer isso aí. O indígena não tem condição de estar fazendo o deslocamento toda hora para Porto Alegre ou para Brasília para estar buscando esses territórios. Dessas onze, a primeira que deu origem ao meu projeto, a 1ª terra indígena que passa a ser considerada extinta é Monte Caseros, em 1928, no governo do Getúlio Vargas. Quando Caseros foi retomado em 1996 a 2000, o processo que ocorreu a reconquista de Monte Caseros, a pesquisa diz que aconteceu uma epidemia. E ela aconteceu duas vezes. Porque em 1870, 1875, 78, a aldeia de Monte Caseros foi fundada por cacique Doble porque ele vivia fugindo, como ele brigava com as outras lideranças, caçando o pessoal dessas lideranças para aldear em Nonoai a serviço do governo do Estado, ele não muito bem visto pelos indígenas, e eles caçavam a turma dele também. Então ele vivia fugindo para lá e para cá e o governo fundou a aldeia para ele. Fundou o Pontão, divisa com Santa Catarina, nas nascentes dos rios

Pelotas e Uruguai. Foi feito o Pontão e depois foi feito uma outra mais em Santo Antônio da Patrulha, uma aldeia Guarani, segundo o estudo de Karina que era uma aldeia Guarani que tinham saído dali, mas que botaram o cacique Doble ali. Ele não gostou e foi mais para o interior, aí que fundaram o aldeamento de Monte Caseros e junto a uma colônia militar do exército. A Colônia Militar tinha a função de cuidar dos indígenas, para que eles não descessem a serra e também para dar segurança ao cacique Doble. O Cacique Doble vindo para Porto Alegre em uma de suas últimas vindas ele foi presenteado. O pagamento que deram para ele foram fardas de militares que tinham morrido de varíola. Consequencia: ele voltou para a reserva e distribuiu para a população e a maioria da população, inclusive ele, acabou morrendo de varíola.

[Intervenção: “Os guaranis ficavam quietinhos no seu canto quando começou esse movimento de demanda pela terra, em algumas aldeias como Ibirama, Chapecó, Cacique Doble, a maior parte dessas terras são kaingang, mas sempre tem uns guaranis”].

Depois das Guerras Guaraníticas foram feitas 3 aldeias para os guaranis. Em Rio Pardo, Cachoeira e Aldeia dos Anjos, em Gravataí. Mas foi feito todo um trabalho para dizer que ali não existiam mais indígenas. Catequese, ensinando os índios, principalmente a falar português para dizer que eles não existiam mais. Uma aldeia que nós temos nesse início do século XX é em Soledade, o Lagoão, que eles falam que é aldeia Guarani. Depois com o surgimento das outras aldeias os Guarani são deslocados para essas aldeias kaingang e ficam lá no ‘cantinho’. Na verdade eles não se envolvem com os kaingang até hoje. Na aldeia de Cacique Doble viviam os Guarani que hoje estão acampados em Mato Preto, território reivindicado por eles. Em Votoro, foi também passado uma parte da aldeia para os Guarani, assim como em Nonoai e em Guarita. Essas aldeias foram feitas originalmente para os kaingang, mas os Guarani foram passados para ocuparem essas aldeias também. O Lúcio Mota trabalha com esse tema. Os índios eram deslocados só para uma aldeia e se desocupava a região. Se cria um vazio demográfico para dizer que essa região não estava ocupada e assim se loteavam e se vendiam essas terras. Foi o que aconteceu com os Guarani. A única aldeia que na década de 80 era demarcada, que está em processo de regularização, era em Viamão, que era separada de uma terra indígena kaingang, o Cantagalo. Agora surgem vários acampamentos kaingang a partir do ano 2000 e vários acampamentos guarani,

seguindo o exemplo kaingang. Mas a gente não se envolve muito. Eles fazem separado o trabalho deles e nós o nosso, embora haja uma amizade muito grande com os guaranis. É isso que eu posso dizer dos Guaranis para vocês.

Aqui surgindo o SPI [Serviço de Proteção aos Índios], no Estado ele só veio em 1918 tomar posse de uma aldeia específica: a Aldeia de Ligeiro (que é a Aldeia de onde eu venho). O Toldo de Ligeiro passa a ser chamado de Posto Indígena de Ligeiro, que estava sob a administração federal. O primeiro chefe, pelo relato dos índios, foi Paulino de Almeida. **[Pergunta: “Nascestes no Ligeiro?”]** Sim. **[Pergunta: “Quanto ficaste lá? Quando saíste do Ligeiro? Foi para Estudar?”]** Sim. **[Pergunta: “Fazer a quarta-série?”]** Depois da quarta-série. E o Segundo Grau, mas o segundo-grau é ‘vai e volta’. E na faculdade eu voltava uma vez por mês para casa. E agora faz dois anos. Só fui lá para votar. **[Pergunta: “Viveste fora da Aldeia foi somente durante a graduação?”]** Não. **[Pergunta: “Não viveste na cidade nesse meio tempo?”]** Não. Vim para Porto Alegre, mas procurei uma aldeia. Para fugir do aluguel (risos).

O SPI vem no Ligeiro e passa a implantar o trabalho e a produção, como estava ligado ao Ministério da Agricultura. Tinha de fazer esses índios trabalhar, fazer os índios produzir, ‘eles só andam errantes pelos sertões do Rio Grande do Sul, como escreveu um escritor de Cruz Alta, Evaristo de Castro. Na verdade tem tudo: fruta, carne, vegetação usada para alimentação. Na verdade a gente não precisava trabalhar. Mas hoje, a maioria das famílias Kaingang planta soja e milho, pois o século XX foi trabalhado nesse sentido: as reservas deveriam entrar na questão da produção. **[Pergunta: “Existia cultivo antes do SPI chegar?”]** Sim. Tinha milho, aqueles coloridos, os catetos. Tinha mandioca, moranga. Todos cultivados para o consumo e não para produzir excedentes. Mas hoje nem isso é produzido. Tanto é que nós temos problemas muito sérios de desnutrição nas aldeias indígenas porque hoje é plantado somente soja e milho nas aldeias.

O trabalho [de produção] começou com o SPI. O que se percebe nas falas dos Kaingang é: *‘o SPI trouxe tudo para nós: facão, faca, enxada, foice, machado, vaca leiteira, junta de boi, porco, galinha. Nos ajudavam a fazer casas, que eram de tábuas de pinheiro. Depois nos deixaram livres pela aldeia’*. Isso foi feito por dez anos. Ficaram livres para produzir na aldeia, onde tinha seu pedacinho de terra, mas também eles, os índios, eram livres para trabalhar fora, trabalhar com os colonos que estavam se

estabelecendo no entorno da aldeia. Nesse trabalho eles foram aprendendo a dominar as técnicas da prática da agricultura. Percebendo isso, o SPI, a partir da década de 1930, recolheu tudo: das galinhas se fez um aviário coletivo; dos porcos se criaram os chiqueirões coletivos; recolhe o gado e os criam em um potreiro. Tudo isso dentro da aldeia, e disseram pertencia à coletividade e não a cada família. Depois houve o incentivo ao trabalho. O trabalho consistia em derrubar a mata para fazer as lavouras e pelas falas [dos índios] a gente percebe: *'ficamos ali trabalhando mais de vinte anos. E hoje não temos nada para nossa família. Quem sabe eu poderia ter um trator? Quem sabe eu poderia dar melhores condições [para a minha família]?'.* É uma visão que o pessoal tem: eles percebem que poderiam estar em uma condição melhor da que vivem hoje. Porque foi tirado tudo deles e eles foram acampar em várias partes das aldeias. Lá eles derrubavam a mata. Enquanto essa mata secava eles iam para outra. E assim ficavam o ano inteiro trabalhando. Plantavam aqui, colhiam ali, limpavam lá... E o que eles recebiam? Os índios chamam esse período de 'Tempo do Panelão', 'Tempo do Projeto' ou 'Tempo da Turma'. O SPI reunia os índios para trabalhar em mutirão para criar essas lavouras dentro das aldeias. As lavouras foram criadas no sentido de desenvolver projetos dentro das aldeias. A renda era para acontecer projetos dentro das aldeias. Alguns indígenas eram contratados pelo SPI para construir os armazéns, para construir a casa do Chefe de Posto, [a casa] do professor da escola que passou a morar dentro da aldeia, já que a maioria era branco, [a casa de] um enfermeiro. E para construir esses locais, esses postos, o SPI contratou indígenas. Então eles eram funcionários federais. Mas nem todos. A maioria que trabalhava nas lavouras não recebia salário nenhum. E é isso que eles questionam até hoje: *'não recebíamos nada. Trabalhávamos para comer uma farofa e um tocinho de porco ao meio-dia. E se não trabalhasse a gente ia para o chicote, ia para o tronco'.* No século XX foi repressão. E como eles falam: *'foi escravidão para nós. Nossos filhos acampados ali nas casinha de guarana, um vegetal do planalto que se usa para fazer as casinhas, e nossos filhos ficavam conosco, não tinham aonde ir, o pouco que nós recebíamos de comida tínhamos de dar para eles e as roupas terminavam no nosso corpo. Inverno ou verão, nós trabalhávamos direto. E quando nós buscávamos dinheiro fora, trabalhar fora, para conseguir dinheiro e comprar alguma coisa, eles (os caciques, algumas lideranças e o Chefe de Posto) vinham nos buscar e nos traziam acorrentados pelo pescoço, pelas*

pernas e nos colocavam no tronco' [duas madeiras colocadas entre as pernas e que fazem um movimento de 'alicate', esmagando-as]. Há casos de índios que não agüentaram e acabaram falecendo ali mesmo no tronco. Há casos que eu conheci de índios que ficaram com câncer. Eu falei com esses indígenas, o porque desse problema na perna. e eles me disseram *'foi por causa do tronco'*. Então foi um processo de espoliação dos kaingang. Tinham de virar colonos, mas viraram colonos na marra, no chicote. As mulheres (as mulheres também trabalhavam) que se metiam em confusão tinham as cabeças raspadas. Isso é uma forma de castigo. Ou passavam o chicote.

Com a FUNAI [Fundação Nacional do Índio], em 1967, a situação passou a mudar porque os índios passaram a ter a casa deles. Já na década de 1950 os índios passaram a ter casa porque surgiram denúncias contra o SPI. O SPI já começa a criar as casas. No final de semana eles vinham para a casa. Mas na segunda-feira, as seis horas da manhã tinha de estar entrando na lavoura. Se não ficavam o cabo ou major, que era a polícia indígena, salpecando na brasa uma vara, que a gente conhece como Rabo-de-Bugio, e quem chegava atrasado ia fazendo uma fila e recebia uma chicotada nas costas. E essa árvore é perigosa porque na nossa visão cosmológica se a mulher apanhar com essa árvore ela não pode ter filhos e se a mulher está grávida ela pode perder a criança.

[Pergunta: "Com esse regime de trabalho forçado o pessoal não fugia?"]. Fugia, mas ia para outra aldeia. **[Pergunta: "Muitos acabaram vindo para a cidade?"]**. Quem vinha para a cidade eles buscavam. Era a tutela total. Isso até 1988. É recente.

[Pergunta: "Mesmo com a FUNAI continuava esse controle estrito?"]. Na minha aldeia a FUNAI saiu a força a partir de 1983. Já nas outras aldeias que se rebelaram o processo foi mais cedo.

[Pergunta: "Os alfabetizados podiam sair? Se eles não eram mais considerados índios"; Intervenção: "A gramaticalização da língua kaingang foi só na década de 1960, com a Úrsula. Não estava reduzida a escrita kaingang eles não tinham como fazer da língua um instrumento para algumas demandas". Pergunta:

"Há referências de indígenas, especialmente de mulheres kaingang, que buscaram casamento como membros da sociedade envolvente, como negros e brancos, para fugir desse regime de trabalho?"]. Meu bisavô, Atanásio Braga, foi um dos que fugiu da aldeia na década de 1950 e nunca mais acharam ele. Fugiu por causa da repressão e do trabalho. Ele gostava de tomar uns tragos, mas era proibido. Quem tomava trago e criava confusão ficava de 15 a 20 dias na cadeia.

Final da década de 1940 e 1950 havia alguns espaços sobrando nas aldeias. Os índios não chegaram a fazer lavouras em toda a aldeia. Foram em locais demarcados. E a partir de 1950 se intensificou o arrendamento das terras indígenas feitas pelos próprios funcionários do SPI. Mas não era arrendamento como acontece hoje, de o colono ir lá [na aldeia] plantar e voltar. O colono era fixado dentro da aldeia. Morava dentro da aldeia indígena. Porque o projeto do Estado brasileiro é a extinção das populações indígenas e tem de conseguir uma maneira de extinguir. Ou é através da língua, como foi feito com os Guarani, que foram falando português e não eram mais considerados indígenas, ou através da miscigenação: fazer os não índios morar dentro das aldeias e produzir os casamentos. Aí a gente vê índios de olhos azuis. Eu também tenho descendência. Minha avó paterna foi uma das que chegou na década de 1950 na aldeia. Arrendaram terra ali e passaram a morar dentro da aldeia indígena. No Ligeiro havia 182 famílias não indígenas que moravam na aldeia, conforme os relatório dos SPI. **[Pergunta: “E o convívio?”]**. Na verdade, o convívio era proibido. Casamento ou qualquer relação era proibida. Era reprimido quando se achava alguém, mas acontecia. Isso nas décadas de 1950, 1960, até 1978 quando, em Nonoai, os kaingang passam a pesar: *‘essa terra é nossa ou não é?’*. Aí os conflitos passam a acontecer porque com a FUNAI os índios passaram a ter seus pedacinhos de terra para plantar. Os arrendatários foram avançando nesses pedacinhos de terra e os índios Kaingang começaram a se revoltar. Em 1978 a Aldeia de Nonoai, (tem Mangueirinha, ‘Concretã’), com o Nelson ‘Xangrê’ passou a se organizar e a expulsar essas famílias. Nas falas eles dizem: *‘não chegamos a expulsar. Nós levamos uma carta para as famílias dizendo que depois da colheita eles deveriam sair da aldeia’*. Como isso não aconteceu os indígenas queimaram igrejas, escolas, algumas casas, arrebitaram cercas de poteiros para o gado se espalhar. Essas foram algumas ações que aconteceram em Nonoai e a partir dali os colonos, saindo da aldeia, fizeram o Movimento dos Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Porque partindo de Nonoai eles vão acampar na Encruzilhada Natalino.

Mas, até a década de 1950 era até a segunda série também na aldeia, o segundo ano colegial que eles falavam. **[Pergunta: “A luta pela terra de vocês começa juntamente com o movimento de trabalhadores buscando terra. Para vocês, de alguma maneira, o que dá a partida são outras manifestações pela terra? Aí vocês também resolvem**

lutar pela terra?”]. A minha dissertação diz assim: *A História dos Kaingang na Luta Pela Terra no Rio Grande do Sul: do silêncio à reação, à reconquista e a volta para a casa*. Quando eu falo no ‘silêncio’ é esse período que parece que os kaingangs foram aceitando essa repressão e de algum jeito não reagiam. Reagiam, mas foram abafados durante 50 anos. A partir de 1960, 1970 começam a aparecer os primeiros movimentos de reação. Aí é que eu falo da reação. **[Pergunta: “E essa reação tu achas que tem a ver com eles já estarem fatigados com a situação ou vem que tem outros movimentos sociais lutando pela terra e isto acaba sendo o ponto de partida. A questão é essa: já estavam tentando ter [?] ou serão estimulados a partir de outros movimentos com repercussão nacional grande?”] A repercussão foca 1978. Mas antes já vinha acontecendo. Eu foco 1958 quando chegou a Igreja Luterana com o Instituto [?] de Linguística. Se trabalhou desde 1958, mas a FUNAI só chegou em 1967. Só quando surge a FUNAI a proposta de projetos de criação de professores bilíngües, escolas indígenas chega. E a FUNAI, como era governo militar, precisava fazer algo diferente pelos índios porque as denúncias [ao tempo] do SPI era de extermínio de índios. E internacionalmente isso repercutia mal para os militares. Então eles aprovam o projeto em todo o Brasil. **[Pergunta: “O pessoal sentiu essa mudança de SPI para FUNAI ou foi só mudança de sigla. No tratamento [com os índios] houve uma mudança efetiva ou foi só uma outra forma de organizar as agências?”]** Eu acho que não mudou. Na verdade a FUNAI uniu o Conselho Nacional do Parque do Xingu, o SPI e outros, mas os funcionários continuaram os mesmos. Não houve ruptura, foi mais uma continuidade. Na minha aldeia ficou até 1983, 1985. Na década de 1970 as aldeias de Guarita e Nonoai já estavam brigando com o Chefe de Posto. Não aceitavam tudo que o Chefe de Posto queria. A maioria dos Chefes de Posto eram militares. Dos 22 diretores do SPI, entre 1910 a 1967 [ou 1961], só três eram civis, os restantes eram militares. Então conseqüentemente os Chefes de Posto eram militares. No Ligeiro estava o Tenente Hermínio, o Capitão Lemos, o Tenente Veloso, que é tio do Chefe atual que com seus 80 anos ainda está lá, conduzindo os índios. **[Intervenção: “A grande queixa é que vocês trabalhavam, produziam e não tinham retorno. Produzir excedentes servia para sustentar outras aldeias, outras regiões e não ficavam com nada, só exploração”]**. Isso vem de São Paulo para cá. Os Kaingang aceitaram essa dominação de um jeito de tudo que eles produziam ia para o [?] que tinha seu**

escritório em Curitiba e depois Rio de Janeiro e Brasília. Em Brasília quem chegava para dividir esse 'bolo' com eles era os xavante e os caiapó. Eles invadiam, baixavam o pau... Alguns autores escrevem isso, que os kaingang eram os porcos gordos dos xavantes e dos caiapó porque trabalhavam aqui como escravos e os outros é que pegavam todo o dinheiro. **[Pergunta: “A produção que saia da aldeia não era só para manutenção? Havia estoque?”** Havia estoque e armazém porque a porcentagem dos arrendatários era tudo em forma de produto e tudo o que se produzia nas lavouras que eles chamavam de coletiva [ia para lá também]. Mas quem controlava a venda e a saída da aldeia desses produtos (milho, linho, cevada, trigo) era o Chefe de Posto. E ninguém questionava ele. Ele e o cacique controlavam dentro da aldeia. **[Intervenção: “Nos falaste bastante sobre o silêncio, sobre a omissão a respeito desse tratamento bastante desumano, de regime de trabalho forçado no século XX, porque até o XIX tem a formação dos toldos sua [?] demarcada e localização dessa populações para depois poder instalar os imigrantes e todas as colônias que foram abertas...**

FITA 2 – LADO A

A ideia era aprender português para melhor se relacionar com a sociedade envolvente e construir alianças para poder se defender para a vida. Então os pais não queriam que seus filhos aprendessem a língua [kaingang] ou que se formassem professores que se ensinasse o kaingang, mas sim, que se ensinasse português. No início houve essa resistência. Mas eu vejo que o português era buscado para a gente se defender melhor de todo o entorno que estava acontecendo. Vejo a língua como principal que começa em 1958. Em 1970 já formam as primeiras turmas de professores. A escrita na década de 1960, no Rio Grande do Sul, foi criada na Aldeia de Guarita a escola para [?] que para lá ia o pessoal kaingang do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo para ser formar todo ali. Aprendiam a língua para começar a dar aula da nossa língua nas escolas indígenas. Tinha muita denúncia que de línguas indígenas estavam sendo extintas no Brasil e o kaingang era uma delas. Essa preocupação, na verdade, veio de uma igreja alemã que começou a trabalhar em 1958 na aldeia de Rio das Cobras, Paraná. Ela espalha essa ideia e encaminha o projeto para a FUNAI e com esse projeto começou a formação de escola aqui no sul para formar professores bilíngües. Mas porque a língua? Porque a partir da língua passa a se entender melhor o português. O kaingang era traduzido para o português e o português passa a ser traduzido para o

kaingang e assim a população passa entender melhor o que estava acontecendo ao seu entorno. As informações chegavam, embora seja um período militar, com esses professores formados nas Igreja alemã ou católica, que continuou com seu trabalho de catequese nas aldeias indígenas. Essas informações chegavam e os índios começaram a buscar os seus direitos. Tanto que em 1973 se criou a Lei 6.001, o Estatuto do Índio. E ali no Estatuto a conquista foi que em três ou cinco anos o governo tinha de retirar a população não-indígena que vivia dentro das aldeias. Como o governo não tomou essa iniciativa, os índios fizeram. Amparados pela Lei. **[Intervenção: “O problema foi comunicação, como se posicionar ou como atuar nesse momento. Não adiantava ficar só agradando porque não conseguiam se comunicar com as autoridades, os governadores, ou quem poderia acolher essas demandas. Vocês não tinham como se manifestar em português. Alguns falavam português, mas não escreviam. Não dominavam o suficiente”.]** A partir desse domínio eles acabam lutando por esses direitos. É o que aconteceu com a Lei de 1973, o Estatuto do Índio que estabeleceu muitos direitos. Isso envolveu várias [?], inclusive liderados por Darcy Ribeiro, porque a ideia na década de 1970 era um índio já civilizado, que já não existia mais população indígena. Há um envolvimento da comunidade intelectual, com Darcy Ribeiro, ‘Alcida’ no sentido de fazer o movimento acontecer, fazer as lideranças se movimentarem, trazer as informações para essas lideranças, e lutarem por seus direitos. Mas a ideia era de se declarar os índios como já civilizados, integrados, se terminasse com as aldeias indígenas. Se terminando com as aldeias indígenas ficaria mais fácil para dominar a aldeia. O documentário dos Setenta e Oito 78 Índios da Terra, filmado com o Darcy várias lideranças falam Cretã, Juruna, Marçal, que é Guarani do Mato Grosso, tem o Nelson Xangrê, do Rio Grande do Sul. Essas lideranças que aparecem nesse documentário dizem porque estão se movimentando. **[Intervenção: “Surgiram várias lideranças com uma outra política ou estratégia. Isso é um ponto fundamental”.]** A partir de Nonoai começa, no Rio Grande do Sul, a tirar os colonos das aldeias. Mas o que se percebe nos anos de 1940, 42, 45, 49, 55 e 62, as aldeias que estavam sob a administração do Estado (somente quatro eram federais. Em 1918 só o Ligeiro estava sob administração do SPI. Na década de 1940 o SPI pegou Cacique Doble, Guarita e Nonoai para administrar. Pegou as maiores do estado para administrar.) As outras continuaram sob a administração do Estado, como Caretê, Ventara, Serrinha, Vontoro

e Inhacorá que sofrem por esse processo de diminuição de seus espaços. O governo estadual passou a diminuir esses espaços com o Jobim, o Meneguete e o Brizola. Dos 98 mil hectares, Nonoai tinha 34 mil, hoje foram reduzidos para 14 mil. Criaram um Parque Nacional e a 4ª Sessão que foi loteada e vendida para os colonos. **[Pergunta: “Mas Nonoai estava na mão do SPI?”]**. Mesmo nas mãos do SPI ela, Nonoai, foi reduzida. Cacique Doble perdeu mil hectares na década de 1940. Nonoai e Cacique Doble, embora estivessem sob a administração do SPI foram diminuídas. Essas terras que foram tiradas das aldeias foram loteadas e vendidas para os colonos. Em 1962 Ventara foi extinta e os índios foram carregados para Votoro, Ligeiro, Cacique Doble e a aldeia ficou totalmente livre para ser colonizada. Serrinha tinha 11 mil hectares e foi declarada extinta. Os indígenas foram levados para Nonoai, Guarita, Votoro e em seu lugar foi feita a colonização, criando vários municípios ali. Em 1978 Nonoai passou a exigir a ampliação. Iraí também passou a exigir a ampliação em 1985, conseguindo somente a partir de 1992. Nonoai conseguiu a 4ª Sessão do Planalto e Iraí conseguiu ampliar sua aldeia de 6 hectares para 200 hectares, que inclusive tinha o aeroporto de Iraí. O que acontece de diferente a partir de 1988 é que os kaingang não querem somente a ampliação das aldeias, eles passam a buscar outros territórios que foram extintos: Monte Caseros, Serrinha, Ventara, Votoro (ampliação também), Inhacorá (ampliação), Cacique Doble (ampliação). Esses são os territórios que os kaingang ainda hoje estão buscando. **[Pergunta: “Mas como os índios chegam a essa decisão: vamos retomar essas terras. O que levará a tomar esse tipo de decisão? O que leva ao consenso de retomar as terras?”]**. A primeira reunião, em 1972, no Posto Indígena Rio das Cobras no Paraná, até quem o Cacique do Ligeiro foi [?] Braga, irmão do meu avô. A primeira decisão que eles tomaram foi terminar com o Projeto do Panelão e contra os castigos. Mas isso só foi terminar em 1982. Em 1982, 1983 as últimas famílias estavam saindo das aldeias. Ainda sobre os casamentos, nesse período aconteceram vários. Os caciques se reuniram na década de 1980 em Porto Alegre, e está registrado em Ata, aceitando o casamento entre índios e brancos, mas com algumas regras. O índio poderia levar a branca para dentro da aldeia, pois a branca, segundo os caciques, não iria exercer tanta influência dentro da aldeia. Já o homem branco teria que levar a mulher indígena para fora da aldeia. Em 1984 e 1985 ocorreram outras reuniões em que aparecem esses mapas de terras indígenas. Os caciques eram reunidos pelo CIMI

[Conselho Indigenista Missionário], da Igreja Católica, escondido da FUNAI, e nessas reuniões apareceram os primeiros mapas. *‘Se tiraram as terras da gente, o que a gente vai fazer?’*, foi o que os índios disseram para mim. Eu era o Presidente dos Caciques e repassei todos esses documentos para o Samuel, então cacique de Guarita, desejando bom trabalho, mas ressaltando a ‘obrigação’ de retomar essas terras kaingang e devolver para os indígenas. O Samuel foi o primeiro que acampou em Monte Caseros, em 1993. [Pergunta: Não havia ninguém em Monte Caseros?] Tinha muita gente que estava vivendo em Ciríaco, em Ibiraiara, nas periferias. Em torno de 7 ou 8 famílias que voltaram. Eles não falavam mais a língua. Estavam bastante miscigenados. Mas eles voltaram para a aldeia. Aquele que desejar voltar a liderança deixou aberto para voltar para Monte Caseros. **[Pergunta: “Monte Caseros não era uma aldeia esvaziada. Era um Posto demarcado e era só chegar lá e entrar. Então te pergunto como foi esse processo?”]** A extinção que o governo declarou em 1928, na verdade, na verdade, eles fugiram de uma outra epidemia em Monte Caseros. Como o estado não estava oferecendo muita ajuda suficiente na área da saúde eles buscaram socorro em Ligeiro e em Cacique Doble. De lá eles tentaram voltar, mas os Chefes de Postos seguraram os índios e Monte Caseros ficou praticamente vazia. Os que estavam ali acabaram se casando e se misturando com famílias não-indígenas. Monte Caseros foi loteado e vendido. Eram 1013 hectares e hoje eles reivindicam mais 9 mil hectares que descobriram em novos documentos que segundo eles, mostram que a área não era de 1013 hectares. **[Pergunta: “como foi a mobilização para retomar essa terra?”]** Essa é a grande questão. Porque John Monteiro trás desde o período colonial que quando surgiu uma liderança nova, geralmente acontecia conflito e as famílias se deslocavam para outro local. E é o que está acontecendo nas aldeias kaingang. Surgem lideranças novas, ora conflito, e o ‘perdedor’, geralmente, sai para procurar essas aldeias que foram perdidas no século XX. O Samuel era Cacique de Guarita e perdeu a eleição ou escolha. Então ele e seus simpatizantes se deslocaram para Monte Caseros e acamparam lá. [Pergunta: Então foram conflitos entre lideranças e não problemas de restrição de território. Ou são os dois?] Resposta: “As terras não são suficientes. Por exemplo, o Ligeiro passou por um processo de intervenção federal em 2006 motivados por conflitos e os 1.060 hectares agriculturáveis foram divididos para cada família. Deu

3 hectares para cada família. No modelo que nós temos de produção não dá para sustentar. **[Intervenção: “O padrão é de 20 a 25 hectares para se sustentar”].**

A questão da terra também tem a ver com a Constituição de 1988. Surgiram brechas na lei, mas políticos foram criando obstáculos a essas brechas. Os artigos 231 e 232 referem-se à população indígena. O 231 diz que são reconhecidas as populações indígenas, seus costumes, crenças e tradições e as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Governo regularizá-las e demarcá-las. Em cima disso as populações indígenas procuraram esses territórios, mas a maioria não foi uma procura espontânea. Nonoai e Iraí estavam fora porque estavam em um cantinho no Rio Iraí, no Rio Uruguai. Não tinham terra. Não podiam tirar água da fonte que não eram dos índios. **[Intervenção: “A Constituição Federal de 1988 dá o direito à diferença. Mas pelo que tu estás falando que se os índios não tivessem a capacidade de entender a lei, ou seja, a questão do processo [?], da alfabetização do kaingang, o ensino bilíngüe não resolveria o problema. Só pela lei não. O que muda é o tipo de manifestação, conduta, reação dos próprios kaingang tentando fazer uso dessa nova possibilidade que a legislação agora está fornecendo. Por isso que tu dizes que essa questão da escrita foi fundamental para essa mudança de rumos. Porque a própria Constituição por si só não faz nada”].** A gente tem feito reuniões com procuradores e eles tem apresentado a lei e dizem *‘aqui está bonitinho, mas se vocês não se mexerem a lei não vai acontecer’*. A partir de 1993 há a retomada das aldeias que foram perdidas nas décadas de 1950 e 1960 com os governos de Jobim, Menegheti e Brizola. Agora, depois de 2002, há um movimento de que todas essas aldeias descobriram documentos que suas terras foram reduzidas. Inclusive a minha [terra], em Ligeiro, quando eu era cacique, em 2001 e 2002. Em 2003 já estava trancando asfalto e a Polícia Federal atrás de mim. Já estava me entregando para a Polícia Federal. A gente já tinha a experiência do Augusto, que de Nonoai e de Iraí, ele tem essa experiência desde a década de 1970. Ele conversou com o Ministro da Justiça. Estávamos lá no gabinete dele e ele nos chamou disse *‘vamos prender esses caras aqui [entre eles eu]’*. Daí é que começou de 2002 pra cá a gente está no movimento e surgiu a ideia de conseguir a bolsa e trabalhar em cima desse tema, porque ele é importante... Porque alguns teóricos defenderam que no Estado brasileiro nos anos 2000, século XXI, não haveria mais população indígena. E o movimento começou aqui com os kaingang nas

décadas de 1960 e 1970. Se não tivesse acontecido isso, quem sabe o objetivo do Estado teria se concretizado. E são os kaingang, novamente, que estão se movimentando aqui para tudo. Para saúde, para educação, para terra. **[Pergunta: “Sobre as terras que estão sendo buscadas agora, estão em processo de reconhecimento e demarcação e de famílias que estão acampando nesses territórios reivindicados existe alguma ancestralidade? Essas famílias estão nesse lugar porque buscam na memória de antepassados lugares onde trabalharam ou foram expulsos em determinada época? Por exemplo: estão buscando reconhecimento em Carazinho. As famílias que estão reivindicando Carazinho tem alguma relação com a memória de seus ancestrais, de seus avós, bisavós?”]**. É isso que o antropólogo faz. Se acampa e se encaminha documento para a FUNAI reivindicando a criação de um GT (Grupo de Trabalho) que é formado por antropólogo e ambientalista. Hoje, há casos em que a FUNAI exige que tenha arqueólogo ou historiador. E há caso que ela não exige tanto isso. Na realidade, ela [a FUNAI] faz esse jogo para criar dificuldades mesmo. Mas a maioria do que foi reconquistado foi buscado justamente na memória dos mais velhos.”] *[Há uma breve discussão onde não foi possível ouvir com clareza o que se falava]*. Mostrando por onde passava a aldeia, embora não se achava. Eles mostravam exatamente onde tinha matos. E eles ficavam por lá e se achou os matos nos fundos da terra. Então eles não esqueceram. **[Intervenção: “É um critério semelhante a dos quilombolas também. É a mesma lógica da reparação histórica, de devolver territórios. Sobretudo, demarcá-los e legalizá-los”]**. A questão é bem polêmica porque uns falam que 12% do território são áreas indígenas, outros dizem que são 14%. Mas se olharmos Mato Grosso e Amazonas as áreas indígenas são suficientes. A partir da década de 1950 elas foram demarcadas vendo a questão indígena, porque esses povos foram descobertos a partir da década de 1940 e 1950. Então foram demarcados grandes territórios para eles poderem viver segundo seus usos e costumes. Aqui no Rio Grande do Sul, os kaingang perderam esses espaços e acabaram voltando em 1978. *[Antes]*, ocupavam fundos de fazendas. O governo considerou que não era mais terra deles [kaingang], mas mesmo assim os presenteou com algumas reservas para o grupo sobreviver. Mas a ideia era declarar que *[não havia mais índios. Até hoje é assim]*. Por exemplo, há algumas semanas atrás a proposta do Senador Paulo Paim era de juntar a FUNAI com a Secretária Especial de Saúde

Indígena, que está substituindo a FUNASA, que está uma bagunça, e criar o SPPI (Secretaria para os Povos Indígenas). Mas para atender a Amazônia, porque segundo ele aqui, no Rio Grande do Sul, não tem mais índio. Então é processo que a gente está enfrentando. Tem um grupo novo em Porto Alegre, os Charrua, que surgiu em 2008 e [seu reconhecimento] foi rápido. E foi o próprio Paim que encaminhou o reconhecimento do grupo e por eles estarem sendo ‘conduzidos’ pelo Paim foram reconhecidos muito rapidamente. **[Intervenção: “São dois processos paralelos. Um legal, o administrativo, e o outro é o material. Uma coisa é garantir o que está na Lei, outra coisa é garantir uma terra boa, fértil para plantar. Não dá para ter hectares sem água, sem vegetação...”]**. Serrinha, hoje, é um problema, pois há muita denúncia de arrendamento. Eles [os índios] chegaram nos bancos buscando financiamento mas encontraram as portas fechadas. Infelizmente, não tem esse tipo de política para a população indígena. Alguns bancos dizem que a FUNAI deve vir junto para assinar os documentos. Algumas aldeias fizeram isso e estão indo muito bem. Mas onde eu os funcionários da FUNAI se negaram e disseram que é nossa responsabilidade. Aí o banco não concede o financiamento. Então não tem como plantar e sobreviver. Então parte para o arrendamento, o que tem gerado polêmica. Inclusive vira argumento dos pequenos agricultores que nas audiências falam que os índios querem terra só para arrendar. **[Intervenção: “A agricultura é uma atividade de risco. Se não chover, ser der seca, se der praga, fale. A gente pensa que atividades de risco são somente os grandes empreendimentos”]**. O que a gente consegue da floresta já não dá mais para sobreviver. Quando chega o período [das frutas, das plantas] é pouco ou já está extinto. Não serve para abastecer a comunidade o ano todo. Há algumas famílias que ainda buscam as comidas típicas que a gente tem. A gente tem a samambaia, o urtigão, o pinhão, as frutas do período, mas não dá para todos porque as aldeias foram muito reduzidas. **[Pergunta: “Houve apoio internacional em todo esse movimento ou ele foi totalmente local? Houve pressão internacional para facilitar esse tipo de reconquista?”]**. A gente cobra do Brasil alguns tratados assinados internacionalmente. Por exemplo, a [resolução?] 69 Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) dos direitos indígenas, de 2008. Através desses documentos a gente tem cobrado o Brasil. Mas quem ajudou no movimento foi a Igreja Luterana e o Conselho Indígena Missionário, da Igreja Católica.

(CIMI). Mas como [antes] era só Nonoay e Iraí, eles conseguiram recursos e abastecer o movimento. Mas como hoje há um número maior de aldeias nesse movimento, praticamente todas, eles nos dizem que não possuem recursos. **[Pergunta: “As terras reivindicadas darão conta da demanda, serão suficientes para produzir? Ou elas só irão aliviar um pouco o problema?”]** Elas só irão aliviar. Não vão resolver. **[Intervenção: “A medida não será apenas ampliar a área. Tem de buscar outras estratégias.”]** A gente busca outras estratégias. Como, por exemplo, a educação no ensino superior, [ou seja] a formação das pessoas. Eu tenho conversado com vários professores, colegas e lideranças no sentido de abrir ensino médio nas aldeias indígenas. De algumas ideias que encaminhei ao Ministério da Educação (MEC) foram aprovadas a criação de três escolas de ensino em tempo integral dentro de aldeias indígenas. **[Intervenção: “Em cada aldeia ou espalhadas?”]** Em três aldeias para que chegue a questão [a todos]. Eu converso com os professores e com as lideranças para nos prepararmos para enfrentar o mundo. A gente tem a opção de morar dentro da aldeia, onde os kaingang trabalham [na escola?] principalmente com a língua e com a cultura, onde se ensina kaingang, disciplina criada em 2001, até a 8ª série. Se tiver segundo grau [ensino médio] se ensinará também. A ideia é trabalhar para poder viver sem grandes caciques dentro da aldeia. Respeitar tudo o que está acontecendo dentro da aldeia, principalmente lideranças. Mas a gente tem de estar preparado para enfrentar o mundo lá fora. Para enfrentar o mundo lá fora a gente tem de ter grau de escolaridade, ter curso de computação, língua estrangeira..., para, enfim, disputar o mercado. O que é bem complicado. Eu vejo que essa população que se deslocou para cá [Porto Alegre?] não tem escolaridade nenhuma. Foram para o artesanato. Mas [viver do] artesanato é complicado, principalmente no período de inverno, quando não vendem nada. Eles pegam bijuterias para vender, lenços e outras coisas. Aí a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC).

FITA 2 – LADO B

[Pergunta: “No processo de identificação foi a Igreja que procurou vocês? Qual foi a relação?”] Na verdade, a Igreja, a partir da década de 1980, passou a reconhecer que ela foi umas promotoras de trabalhar com a cultura indígena. E com a criação do CIMI a Igreja começou a trabalhar no sentido de orientar os indígenas na busca de seus

direitos. Hoje, a maioria das aldeias indígenas não tem a Igreja Católica dentro. A Igreja Católica se afastou. Vai uma vez por mês realizar um batizado. Mas nessa retirada dela houve um avanço muito grande de igrejas evangélicas. Mas foi nesse sentido que a Igreja mais trabalhou. A Igreja Luterana está trabalhando mais com a Lei nº 11.645, que obriga as escolas públicas e privadas a trabalharem com a história e a cultura africana e indígena. Mas, eles esperam que as lideranças se movimentem. Se as lideranças não se movimentarem eles ficam na deles. **[Pergunta: Não deu para compreender]**. A saúde, a princípio com o SPI era um postinho dentro da aldeia. Com a FUNAI também. Havia um enfermeiro, que fazia [as vezes de] motorista e consulta e levava para fora [da aldeia]. A partir de 1996, A FUNASA, dentro do Ministério da Saúde, assumiu a saúde indígena. Dentro dos postos, tem o médico, o dentista, o enfermeiro-padrão, o técnico de enfermagem e os agentes de saúde indígena e os [?], que cuidam da parte da água. Essas equipes foram sendo montadas desde 1996 dentro das aldeias indígenas. O que acontecia antes? O recurso era terceirizado para o Rondon, de Santa Catarina, que cuidava toda essa parte da região sul. A criação da secretaria aconteceu porque houve muitas denúncias da FUNASA, por exemplo, o coordenador de Mato Grosso comprou uma caneta por R\$ 9.000,00. O Conselho Nacional de Política Indígena (CNPI) se reuniu diretamente com o Presidente Lula. E a proposta do Lula foi criar essa secretaria especial de saúde indígena, mas do jeito que está andando não é especial coisa nenhuma. É para detonar com os indígenas mesmo. Está totalmente abandonada, sem recurso. O convênio com o [?] foi cortado porque a associação dos funcionários da UNESP, que ganhou o edital, e até que eles comecem a ficar por dentro... estão tirando todos os funcionários. Mas o movimento não surtiu efeito algum. O Antônio Alves, coordenador da secretaria, exonerou o [?]. É uma briga de partidos. O Antônio Alves é do PMDB e o que coordenava Porto Alegre é do PT. Agora veio um do PMDB que está tentando organizar, mas as próprias lideranças ficaram divididas. As aldeias de Guarita e Inhacorá ficaram separadas. Como [Guarita?] é grande consegue fazer um movimento separado e não se juntou às outras aldeias. Isso mostrou que os índios estavam brigando entre eles também e a coisa não tem avançado. Está bem bagunçada essa questão da saúde indígena. **[Pergunta: “Alguns grupos indígenas requerem terras que são reservas ambientais. Como fica a relação com os ambientalistas?”]**. Dentro dos GTs é obrigatório ter um ambientalista que faz

todo o estudo que compete a ele. No início alguns estão contra, mas a maioria dos ambientalistas, depois, fica favorável. Porque grande parte [das terras que vão para os índios] se recupera com a vegetação nativa, que é o que eles querem. A [natureza da] maioria das aldeias indígenas tem se recuperado. No Rio Grande do Sul, juntando Guarita, com 23.000, Nonoay, com 19.000, Ligeiro, com 5.000 hectares são as maiores áreas de floresta do estado. **[Pergunta: “Como está o atual estágio de luta? O que mudou? O que melhorou? Na tua avaliação, quais são as perspectivas atuais a partir de todo esse conjunto de manifestações e de ações que sintetizaste aqui? O que tu vêes como avanços? Quais são os desafios atualmente para os kaingang?”]** É bem complicado. Por exemplo, a questão dos caciques. Uma aldeia indígena tem um cacique. Em Nonoay e Guarita é muito forte a questão do coronel, do sargento, do major, porque, segundo eles relatam, participaram da Guerra do Paraguai. Do Paraguai eles trouxeram a hierarquia do exército para dentro das lideranças indígenas. Então tem cacique, coronel, major, sargento... Algumas aldeias organizam-se de uma outra maneira. Eu organizei dessa maneira: cacique, vice-cacique, Conselho, presidente do Conselho e Capitão, com a polícia da aldeia. Tentei organizar um Conselho de Anciãos para tentar organizar de outra maneira. Mas o que vejo é que as lideranças estão bem fechadas. Inclusive para nós que estamos buscando formação para fazer mudanças significativas dentro das aldeias há uma certa desconfiança. Porque para acontecer a transformação a liderança tem de se movimentar. As lideranças acham que está tudo bem, e a gente que está fora está vendo que as coisas não vão tão bem assim. A gente não tem a força de chegar e fazer o movimento acontecer. E se acontecer algum movimento com certeza vai culminar em algum conflito. No Rio Grande do Sul, as lideranças estão muito desarticuladas, distantes uma das outras e procurando [as coisas] para si. Mas também vejo que [isso] faz parte das estratégias do próprio governo. Por exemplo, a própria FUNAI é contra as lideranças buscarem CIMI, COMI e outras organizações. A FUNAI é contrária até [a atuação do] Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), onde trabalhei como coordenador. Tudo o que competia à execução da FUNAI ou da FUNASA, na época, ficava engavetado e eu mandei para o Ministério Público. Nesse sentido eles disseram que a gente só sabia denunciar e não ajudava em nada. Para reunir as lideranças precisa-se dos recursos da FUNAI, ou da secretaria. Se não ocorrer essas reuniões, não acontece nada. Eles ficam esperando o

órgão chamar. Se o órgão não chama, dizendo que não recursos, as lideranças ficam sofrendo as consequências das políticas que estão andando hoje. Agora, se eles chamam, consegue-se até conversar e produzir movimentos como tem acontecido hoje. Mas eu tenho brigado muito no sentido de eles terem autonomia. De criar possibilidade de se criar fundos para que eles sejam autônomos, de eles terem recursos poder decidir e fazer o movimento conforme eles pensam, não precisando da participação de um funcionário da FUNAI, da Secretaria, ou do governo estadual, mas sim das lideranças mesmos se reunirem e pautarem aquilo que eles querem batalhar. Essa é uma dificuldade de anos: a total dependência de órgãos federais e estaduais. Se eles não chamarem as coisas não acontecem. Hoje as coisas estão acontecendo porque não é só mais o cacique que sai para as reuniões. Sai o professor, sai o funcionário da saúde, os estudantes tem participado muito. Essas informações tem chegado nas aldeias, mas depende do cacique para aceitar melhor essas ideias e a gente poder trabalhar com eles. Mas vejo que, aqui no Rio Grande do Sul, os caciques tem enfrentado grandes dificuldades. Por exemplo, no norte existe 22 instituições estrangeiras que auxiliam a coordenação e articulação dos povos indígenas da Amazônia brasileira. Então eles tem recursos para fazer o movimento que eles querem. E aqui [no Rio Grande do Sul] nós estamos engatinhando na criação da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, que tem chamado para nós 'irmos' a Brasília, São Paulo... Nós nos estendemos entre nós mesmos. Eu por exemplo tenho um acesso muito fácil a todos os caciques. Mas se a gente não se movimentar as coisas não acontecem mesmo. **[Intervenção: Uma das coisas trabalhadas na disciplina foi tentar desmitificar a ideia de que os índios só existem na Amazônia, que aqui não tem índio. No Rio Grande do Sul, com a forte migração parece que todo mundo é europeizado, que os índios estão mestiçados, aculturados e, portanto, não tem nada que fazer com eles. Então não seria um assunto para se dedicar atenção. Esse trabalho que o Danilo está fazendo é fundamental porque vai mostrar a outra face, menos conhecida. Como tu demonstra, os índios não eram preguiçosos, foram, sim, muito explorados em regimes forçados. Produziam em condições bastante desumanas e não tiveram nenhum retorno. 'Para que trabalhar se o fruto do teu trabalho não retorna para ti?' É natural que se uma pessoa trabalha e não tem retorno, ela para de trabalhar. É a coisa mais óbvia essa reação. Essa questão o**

Danilo esclareceu bem. O grande mérito do trabalho do Danilo é um índio contando a história dos índios no Rio Grande do Sul. No Estado é o primeiro índio na pós-graduação em história, trazendo um tipo de conhecimento de uma população que tem um curta experiência com o letramento também.] Na verdade, os professores estão buscando bastante informação também. Inclusive nós temos 25 professores na FACED fazendo a especialização e mestrado. É uma caminhada que está acontecendo em vários lugares. A UFSM está oferecendo graduação em licenciatura interdisciplinar e intercultural. Com certeza, a formação trará melhorias para nós. **[Pergunta: Como os teus pares vêm a tua trajetória?]** [Minha trajetória] Não é comum. Eu fui dar uma aula na FACED para o pessoal. São todos colegas professores, trabalhando com o [governo do] estado. Mas eu achei estranho eles me chamarem de professor. Nós somos da mesma geração e eles me tratavam com respeito pela minha formação. Como eu sou o primeiro, como eu abri a picada, eles me procuram muito. Perguntam como se faz para entrar na UFRGS, como faz para receber a bolsa, como é a seleção, se posso ajudá-los com o projeto. Mas como eu estou escrevendo eu passo a bola para outro que atendam eles. É um grupo bom que está se construindo. **[Pergunta: E quando tu voltas para o Ligeiro. Como o pessoal te vê?]** Uma vez que fui lá conversei com o cacique sobre questão de terra e a escola. Foi rápido. Dois dias e ainda estava chovendo. Não deu para ir a lugar nenhum. Mas quando eu voltei, recebi um recado do cacique dizendo que quando eu terminar o mestrado que volte para lá porque eles querem que eu seja o Chefe de Posto de novo. **[Pergunta: E a escola?]**. Está se criando na Aldeia Inhacorá um Instituto Estadual para a criação de técnicos: professores, enfermeiros, agrícolas... Está tudo abandonado e o governo está tentando retomar e ir os indígenas para lá. Mas a ideia é que a gente assuma o Instituto e aplicar o nosso conhecimento para eles. No próprio curso eles estão pedindo aula de língua [kaingang] porque a maioria mora ou foi criada de fora da aldeia. Agora estão voltando para as aldeias e querem adquirir a língua. Porque se não fala a língua não é índio. A gente tem esses problemas de aldeias que estão reivindicando terras, como em Salto do Jacuí (Borboleta) e Estrela (Aldeia da Glória) desde 1983. A FUNAI vem enrolando eles. A questão de dois ou três meses foi negado o laudo de Borboleta porque eles não falam o idioma [kaingang]. É bem complicado. O próprio governo diz que nós temos de saber. É bem polêmico entre os próprios indígenas. É uma briga bem intensa, inclusive

por disputa de liderança. *'Tu não podes ser liderança porque tu não falas a nossa língua'*. Esse é um dos critérios para ser cacique. Até aqui na UFRGS foi uma questão para o vestibular para indígenas. Os índios fazem o vestibular separado. A prova é uma redação. Mas, em um primeiro momento, as lideranças haviam exigido a língua. Mas como é um vestibular aberto para todo o Brasil, se vem todos os indígenas para cá tem de se fazer provas com 180 línguas diferentes. Não dá para fazer. Então a UFRGS decidiu trabalhar mais com a questão histórico-cultural na redação.